

BRASIL BRASIL



Mensagem ao Congresso Nacional | 2023

BRASIL BRASIL

Copyright © 2023 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total,
por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser
encontrado o original

[https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/
mensagem-presidencial-ao-congresso-nacional-2023](https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/mensagem-presidencial-ao-congresso-nacional-2023)

Publicação em formato digital.

Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidente (2023- : Lula)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2023 [recurso eletrônico] –
Brasília, DF : Presidência da República, 2023. – 124 p.

I. Mensagem Presidencial – Brasil, 2023. 1. Transformação social
- Brasil. 2. Desenvolvimento Social - Brasil. 3. Desenvolvimento
econômico - Brasil. 4. Democracia - Brasil. 5. Políticas públicas – Brasil.
6. Legislação - Brasil. 7. Organização Administrativa – Brasil. I. Lula,
1945-. II. Título

CDU 342.511.7(81)



Escaneie o **QR Code** e acesse a
versão completa da **Mensagem
ao Congresso Nacional 2023**.



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Rui Costa dos Santos

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino de Castro e Costa

Ministro de Estado da Defesa

José Múcio Monteiro Filho

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado da Fazenda

Fernando Haddad

Ministro de Estado dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Ministro de Estado de Portos e Aeroportos

Márcio Luiz França Gomes

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Ministra de Estado da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Roberto Lupi

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Ministra de Estado da Saúde

Nísia Verônica Trindade Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro de Estado de Minas e Energia

Alexandre Silveira de Oliveira

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Ministro de Estado das Comunicações

José Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministra de Estado do Esporte

Ana Beatriz Moser

Ministra de Estado do Turismo

Daniela Moté de Souza Carneiro

Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministro de Estado das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

André Carlos Alves de Paula Filho

Ministra de Estado das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Ministra de Estado da Igualdade Racial

Anielle Franco

Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Silvio Luiz de Almeida

Ministra de Estado dos Povos Indígenas

Sônia Bone Guajajara

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Marco Edson Gonçalves Dias

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social

Paulo Roberto Severo Pimenta

Advogado-Geral da União

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

Vinícius Marques de Carvalho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL.....	14
--	----

1. Vamos juntos pelo Brasil - Compromissos para a reconstrução do País	15
--	----

2. Desenvolvimento social e garantia de direitos	19
--	----

3. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática.....	31
---	----

4. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania	46
---	----

O BRASIL AO FINAL DE 2022 – DESAFIOS À RECONSTRUÇÃO DO PAÍS E DO ESTADO	53
--	----

1. Radiografia do desmonte do Estado e das políticas públicas	62
---	----

1.1 Desenvolvimento social e garantia de direitos	67
---	----

1.2 Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática	103
---	-----

1.3 Defesa da democracia, reconstrução do Estado e da soberania	128
---	-----

2. Mapeamento das emergências fiscais e do orçamento público	143
2.1 Mapeamento das principais emergências orçamentárias	145
2.2 Ações para reconstrução do orçamento público: PEC do Bolsa Família e ajustes para o PLOA 2023	148
3. Sugestões de medidas para revogação e revisão.....	151
3.1 Revogações e revisões na área da política pública de armas	153
3.2 Revogações e revisões na área da política pública de meio ambiente	154
3.3 Revisão de atos que impuseram sigilo indevido de 100 anos em documentos de acesso público	156
3.4 Revogações de atos que avançam em processos de desestatização.....	157
3.5 Revogações e revisões de atos que prejudicam direitos sociais e econômicos.....	158
3.6 Revogações e revisões de atos contrários aos direitos de crianças, adolescentes e da juventude.....	160
3.7 Revogações e revisões na área das políticas públicas de cultura	161
3.8 Revogações e revisões de atos contrários à igualdade racial.....	162
3.9 Revogações e revisões de atos que limitam o direito de participação social.....	163
4. Proposta de nova estrutura organizacional dos ministérios.....	166
4.1 Nova dinâmica de Centro de Governo	168
4.2 Nova estrutura de ministérios.....	170
5. Conclusão	178

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Parlamentares.

Vinte anos atrás, quando apresentei à esta Casa a primeira das oito mensagens presidenciais que tive a honra de assinar, exaltei a importância do Parlamento para a democracia e para a construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

Durante meus oito anos como presidente, mantive uma relação de harmonia e independência com o Congresso Nacional. Todos os avanços que conquistamos dependeram, fundamentalmente, do profundo diálogo e da busca de convergências com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Honrado pelo povo brasileiro com um terceiro mandato, volto a me dirigir ao Parlamento para propor uma atuação harmônica, ainda que independente, em favor da reconstrução do Brasil. Reconstrução urgente e necessária porque o Brasil e o povo brasileiro foram submetidos, nos últimos quatro anos, a um estarrecedor processo de fragilização das instituições e de negação de direitos e oportunidades.

Tenho a mais absoluta certeza de que o diálogo, a parceria, a confiança mútua e a união de esforços pela reconstrução do País serão o norte de nossas relações nos próximos quatro anos. E o Congresso Nacional, recentemente, deu duas demonstrações cabais de seu compromisso com o povo brasileiro.

A primeira delas foi a aprovação da [Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022](#), que excluiu do Teto de Gastos o montante de R\$ 145 bilhões necessários para fazer

frente ao pagamento de um Bolsa Família fortalecido e mais justo. Que ampliou recursos para ações urgentes na área da saúde. E abriu espaço orçamentário suficiente para, entre outras ações, retomarmos obras prioritárias em Estados e Municípios, a serem definidas a partir de um amplo diálogo federativo.

A aprovação da Emenda, ainda antes de minha posse, simboliza uma colaboração sem precedentes, na qual o Congresso Nacional foi extremamente aberto e cooperativo. Em conjunto com a Equipe de Transição, construiu respostas rápidas e consistentes ao caos orçamentário que nos foi deixado e que tanto prejudicou a vida da população brasileira.

A segunda demonstração do Congresso Nacional foi a reação célere, firme e determinada aos atos terroristas do dia 8 de janeiro. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados se levantaram contra a barbárie cometida pela tentativa de golpe. Aprovaram rapidamente os atos necessários para a garantia da segurança e da ordem institucional. E deram um claro recado: juntos, os três Poderes da República jamais permitirão que qualquer aventura autoritária vingue em nosso país. Não permitirão que se trilhe, no Brasil, qualquer caminho que não seja o da democracia e o da Constituição.

De minha parte, reafirmo o compromisso de defender e fortalecer nossa democracia, respondendo ao terror e à violência com a Lei e suas consequências. Reitero minha convicção de que o povo brasileiro rejeita a violência. Ele quer paz para estudar, trabalhar, cuidar da família e ser feliz. Quer de volta o direito de sonhar e as oportunidades para construir um futuro digno para si e para as gerações que virão.

A nós, como representantes eleitos pelo povo, cabe criarmos as condições necessárias para que isso seja possível. É urgente enfrentar a fome e as desigualdades. Mais do que governar, é preciso cuidar de todos e todas, mas olhando com atenção especial para as

populações mais fragilizadas. É preciso tirar o pobre da fila do osso e recolocá-lo no Orçamento. Caso contrário, jamais conquistaremos a verdadeira democracia.

Como as Senhoras e os Senhores poderão ver, o primeiro capítulo desta Mensagem reproduz muitos dos temas que registramos no programa de governo de nossa coligação, nas eleições de 2022. Desde o início do nosso Governo, estamos trabalhando de forma incansável e dialogando com parlamentares, governantes estaduais e municipais, trabalhadores, empresários e representantes da sociedade. Temos um país para reconstruir e isso só será possível com a contribuição de diferentes forças políticas e da sociedade como um todo.

Já o segundo capítulo desta Mensagem corresponde ao relatório síntese do Gabinete de Transição. Fiz questão de incluí-lo neste documento para explicitar, mais uma vez, a gravidade do processo de desmonte do Estado e desorganização das políticas públicas nos últimos anos.

O trabalho do Gabinete de Transição mostrou que a tragédia que se abateu sobre o Brasil tem múltiplas faces. A fome voltou e a pobreza e a exclusão explodiram. Faltam recursos para a saúde, a educação e a ciência e tecnologia. Os direitos dos povos originários foram duramente atacados, assim como nossa biodiversidade, provocando um retrocesso no combate às mudanças climáticas. O obscurantismo tomou conta da cultura. As políticas de direitos humanos e de enfrentamento das desigualdades foram propositalmente abandonadas. A gestão do Estado foi relegada e a transparência deu lugar ao sigilo despropositado. A governança na economia foi desorganizada, assim como as políticas de apoio ao produtor, de todos os setores e tamanhos.

Demos início, já no primeiro dia de Governo, a mudanças fundamentais. Estabelecemos uma política de controle de armas mais severa, revertendo a criminosa liberalização promovida no governo anterior, que tanta insegurança trouxe ao nosso País. Restituímos as

políticas de combate ao desmatamento, reativamos o Fundo Amazônia e revimos a destinação das multas ambientais, porque é urgente retomar uma política responsável em relação à nossa biodiversidade. Vamos tornar o Brasil uma potência ambiental, com uma agropecuária e mineração sustentáveis, uma indústria mais verde, e o estímulo à bioeconomia e aos empreendimentos da sociobiodiversidade.

Os desafios da reconstrução são grandes. Sua superação exigirá vontade, determinação política e plena abertura ao diálogo com os demais poderes da República. Estejam cientes que, a mim e ao Vice-Presidente, Geraldo Alckmin, nenhum desses ingredientes faltará.

Nesta Casa, o trabalho e a busca pelo consenso começam desde já, com o debate que precede a deliberação sobre medidas provisórias que entendemos fundamentais neste início de Governo. São textos relativos à reestruturação do Estado e recriação de ministérios, além da retomada e do fortalecimento do Bolsa Família, tão urgente quanto a fome que afeta nossos irmãos e nossas irmãs de todo o Brasil. Lembro ainda as medidas de recuperação das contas públicas que apresentamos em 12 de janeiro, que também esperamos ver aprovadas pelo Congresso.

No curto e no médio prazo, vamos juntos debater outros temas estruturantes. Encontramos um Estado em profundo desequilíbrio fiscal. O Teto de Gastos teve efeitos destrutivos sobre as políticas sociais, ao mesmo tempo que se tornou absolutamente inócuo como instrumento de controle fiscal. Vamos construir um novo regime fiscal para o Brasil.

Ainda no primeiro semestre, antes mesmo da data prevista na [Emenda Constitucional nº 126, de 2022](#), submeteremos à apreciação do Congresso Nacional novas regras fiscais que assegurem previsibilidade e credibilidade ao nosso País. Também avançaremos na reforma tributária, essencial para a retomada sustentável do crescimento, e que deverá promover uma mudança capaz de distribuir a carga tributária de maneira mais justa.

É de nosso máximo interesse reorganizar, o mais breve possível, a situação fiscal para que possamos voltar a investir nas brasileiras e nos brasileiros. Queremos políticas públicas mais robustas, queremos atrair investimentos privados nacionais e externos. Por isso, reafirmo o compromisso e a disposição deste Presidente e da equipe do Governo para dialogar com o Congresso em favor da aprovação das medidas de reorganização fiscal.

Na educação, vamos apresentar à sociedade, ainda em 2023, propostas consistentes para elevar a qualidade da educação básica, assim como para ampliar a oferta de creches e expandir a educação em tempo integral. Já iniciamos a recuperação dos orçamentos das universidades e dos institutos federais de educação tecnológica. Apresentaremos, ainda em 2023, uma proposta para retomar a expansão das vagas nas redes federais de educação, com o fortalecimento das cotas, que será acompanhada de medidas consistentes para garantir a permanência dos estudantes.

Patrimônio do povo brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) terá recursos para reorganizar a atenção básica e retomar programas como o Farmácia Popular e as campanhas de vacinação. Daremos especial atenção à ampliação da oferta de atenção especializada, adotando, ainda nestes primeiros meses de 2023, medidas para enfrentar as filas de exames e tratamentos especializados.

Asseguro nosso compromisso de cuidar da saúde de todas e todos, sem exceção, para que situações como a de nossos irmãos Yanomami, deliberadamente abandonados pelo governo anterior, não se repitam nunca mais. O genocídio cometido contra o povo Yanomami exige de nós medidas mais drásticas, além do atendimento médico de urgência e do combate à desnutrição. É urgente a retirada de 20 mil garimpeiros que atuam de forma ilegal no território indígena, assassinando crianças, destruindo florestas e envenenando rios e peixes com mercúrio.

Reconstruir o Brasil exige que estejamos comprometidos com a geração de emprego, trabalho e renda. Vamos retomar o investimento público e estimular o investimento privado para que os empregos voltem a ser gerados. Os empreendedores voltarão a contar com crédito em condições adequadas.

Adotaremos uma nova política de valorização do salário mínimo. Criamos uma comissão para, até abril de 2023, elaborar uma proposta sobre o tema, que vamos encaminhar, em seguida, para análise do Parlamento. E, em breve, queremos também contar com a colaboração do Congresso para a construção negociada de regras para um novo sistema sindical e de proteção ao trabalho. As propostas serão elaboradas por meio de diálogo tripartite – governo, centrais sindicais e empresariais – e submetidas à apreciação e ao aperfeiçoamento pelos representantes do povo no Congresso. Haveremos de alcançar o equilíbrio entre a proteção ao trabalho, a liberdade de empreender e o estímulo ao investimento.

As filas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão acabar. A garantia de direitos das cidadãs e dos cidadãos voltará a ser o parâmetro para medir a eficiência da gestão. Cada redução de desigualdade alcançada será medida de eficácia da gestão. O Estado brasileiro volta, a partir de agora, a atuar de forma obstinada contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Assegurar igualdade de direitos e oportunidades a todas e todos exigirá políticas ativas e afirmativas. As mulheres, as negras e os negros, os povos indígenas e as pessoas com deficiência voltam a ter no Estado um parceiro para suas lutas por igualdade.

O Brasil terá, em nossa gestão, uma política externa soberana, dedicada ao desenvolvimento sustentável e à construção de nova ordem global comprometida com o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. A cooperação com nossos vizinhos continentais voltará a ser central em nossa política exterior, com a reintegração à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Cari-

benhos (Celac), o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a revitalização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além das parcerias bilaterais.

Reassumiremos nossa posição histórica em defesa dos direitos humanos em todos os foros internacionais. Voltaremos a nos posicionar como um país comprometido com a defesa da biodiversidade e com o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. As viagens internacionais, que incluirão igualmente o continente africano em clara demonstração da centralidade daquela região para o Brasil, voltarão a ser momentos da prática de uma política de um país que se reconhece como relevante no cenário internacional, que respeita e valoriza seus parceiros desenvolvidos e em desenvolvimento, mas principalmente defende e valoriza sua soberania.

O ano de 2023 será o início de um tempo de união e reconstrução, um tempo de reafirmação da democracia e de retomada do compromisso de cuidar do povo brasileiro. Trabalharemos de forma incansável, em profunda interlocução republicana com governantes estaduais e municipais, sem qualquer distinção partidária. Ouviremos, sempre, trabalhadores, empresários e representantes da sociedade.

Estaremos, sobretudo, trabalhando de maneira harmônica e independente com o Congresso Nacional. Temos uma agenda prioritária robusta neste ano legislativo que se inicia. Temos, sobretudo, a missão de deixar mais uma vez escrito na história desse País que é somente a partir do diálogo, da boa política e da busca pelos consensos que poderemos avançar no processo de reconstrução do Brasil.

É isso que o povo brasileiro espera de todos nós.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

As forças democráticas e progressistas que compunham a frente “Vamos juntos pelo Brasil”, formada por PT, PSB, PCdoB, PV, PSOL, REDE e SOLIDARIEDADE, submeteram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um programa que regeria, em caso de vitória, o governo Lula – Alckmin.

O documento orientava a implementação de um projeto justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para um Brasil que pudesse ser, de fato, de todos os brasileiros e todas as brasileiras. Além disso, o programa visava mobilizar as forças sociais, políticas e econômicas comprometidas com a democracia, a soberania e o desenvolvimento, somando esforços para reconstruir e transformar o Brasil, resgatando as forças, o otimismo, a criatividade e a esperança do povo brasileiro.

Os compromissos apresentados naquele documento, transcritos e reafirmados no capítulo a seguir, guiarão a gestão federal no período 2023-2026, tempo que será de união e reconstrução.

1. Vamos juntos pelo Brasil - Compromissos para a reconstrução do País

Mais do que nunca, o Brasil precisava trazer de volta a esperança na reconstrução e na transformação de um País devastado por um processo de destruição que trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que colocou em



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

xeque a democracia e a soberania nacional; que destruiu o investimento público e das empresas; e que dilapidou o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando o País ao atraso e ao isolamento internacional.

Acima de tudo, a sociedade brasileira precisa voltar a acreditar na sua capacidade de mudar os rumos da História. Só assim será possível superar esta profunda crise social, humanitária, política e econômica, agravada por um governo negacionista, que negligenciou os efeitos de uma pandemia e foi o principal responsável por centenas de milhares de mortes. O Brasil merece e pode mudar para melhor, e o povo brasileiro já provou que é capaz disso. Portanto, o Poder Público deve ser o grande estimulador das parcerias multissetoriais e dos acordos necessários para a reconstrução do País.

A política econômica praticada no governo anterior é a principal responsável pela decomposição das condições de vida da população, da instabilidade e dos retrocessos na produção e no consumo. O desemprego e a subutilização da força de trabalho seguem extremamente elevados, enquanto a precarização avança e, a indústria, definha. Além disso, setores estratégicos do patrimônio público vinham sendo privatizados e desnacionalizados e bancos públicos e empresas de fomento ao desenvolvimento, destruídos, em um momento em que o quadro na infraestrutura é desolador.

As políticas sociais, conquistas civilizatórias de mais de uma geração, foram mutiladas. Mulheres, negros e jovens padecem com o des-



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

monte de políticas públicas, de modo a reforçar discriminações históricas. Populações indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais tiveram conquistas atacadas sem trégua. Saúde, assistência social e previdência sofreram ataques e retrocessos. Educação, ciência e tecnologia foram ameaçadas com cortes de investimentos e mudanças regressivas, enquanto a cultura era perseguida e, até mesmo, criminalizada.

Diante dessa situação, o primeiro e mais urgente compromisso que este Governo assume é com a restauração das condições de vida da imensa maioria da população brasileira: os que mais sofrem com a crise, a fome, o alto custo de vida, os que perderam o emprego, o lar e a vida em família. São esses brasileiros e essas brasileiras que devem ser primeiro socorridos, tanto por meio de ações emergenciais quanto por meio de políticas estruturantes, por um governo eleito para reconstruir o Brasil, superar a crise presente e resgatar a confiança no futuro.

O novo Governo está empenhado na defesa da igualdade, da democracia, da soberania e da paz, com respeito ao resultado das urnas, à qualificação da representação política, à humanização do Estado, à ampliação da representatividade e da participação popular e à reinserção do Brasil como protagonista global pela democracia, pela paz, pelo desenvolvimento e pela autodeterminação dos povos.

O Governo manterá o compromisso de campanha com o desenvolvimento econômico sustentável com estabilidade para superar a crise e conter a inflação, assegurando o crescimento e a competitividade,



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

bem como o investimento produtivo, em um ambiente de justiça tributária e transparência na definição e execução dos orçamentos públicos. O objetivo é garantir a ampliação de políticas públicas e investimentos fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

Este Governo também reforça seu compromisso com a justiça social e inclusão com direitos, trabalho, emprego, renda e segurança alimentar para combater a fome, a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho e do emprego, e a desigualdade e a concentração de renda e de riquezas.

Também manterá o compromisso inabalável com os direitos humanos, a cultura e o reconhecimento da diversidade, que protejam as pessoas de todas as formas de violência, opressão, desigualdades e discriminações, garantindo, assim, o direito à vida, à liberdade, à memória e à verdade. A dignidade humana de todos os brasileiros e todas as brasileiras e a defesa da população historicamente privada de direitos no Brasil são prioridades na pauta deste Governo.

Além disso, o Governo eleito reforça preocupação e engajamento com a sustentabilidade social, ambiental e econômica, bem como com o enfrentamento das mudanças climáticas. Isso exigirá cuidar das riquezas naturais, produzir e consumir de forma sustentável e mudar o padrão de produção e consumo de energia no País, participando do esforço mundial para combater a crise climática. O Brasil somará esforços na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e no avanço da transição ecológica e energética para garantir o



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

futuro do planeta, apoiando o surgimento de uma economia verde inclusiva, baseada na conservação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade de todos os biomas brasileiros.

O Brasil da esperança exige compromisso com o povo brasileiro, a maior riqueza deste País, em torno de um Estado de bem-estar social. Milhões de cidadãos e cidadãs criativos compõem essa sociedade tão plural. O Brasil possui ambiente acadêmico rico, um parque produtivo amplo e riquezas oriundas da biodiversidade em um país de dimensão continental. Apesar das desastrosas políticas ambientais e internacionais adotadas pelo governo anterior, o Brasil mantém posição e peso estratégicos na geopolítica e na geoeconomia mundiais, decorrentes de um histórico de cooperação multilateral em defesa da autodeterminação dos povos e da não intervenção em nações soberanas. Este Governo trabalhará para tornar o Brasil um grande país, socialmente justo, soberano, democrático e desenvolvido de forma sustentável tanto para esta geração como para as que estão por vir.

2. Desenvolvimento social e garantia de direitos

Incluir o povo no orçamento foi, durante os governos populares, uma decisão e prática política inovadora e coerente com a transformação que aconteceu no Brasil. Disputas em favor dos interesses e das demandas da população brasileira foram arbitradas, criando condições para o processo de crescente materialidade e acesso a direitos asso-



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

ciados às políticas inclusivas previstas pela Constituição Federal de 1988. Este Governo retomará essa estratégia, avançando ainda mais.

O novo Governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, emprego e relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos; aos que trabalham por conta própria; aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas; àqueles em teletrabalho e em *home office*; e trabalhadores mediados por aplicativos e plataformas. Serão revistos os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma, e restabelecido o acesso gratuito à justiça do trabalho.

O Governo eleito incentivará o debate e as iniciativas de reestruturação sindical, que democratizam o sistema de relações de trabalho no setor público e privado, urbano e rural. A autonomia sindical será respeitada, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicais. Serão respeitadas, também, as decisões de financiamento solidário e democrático da estrutura sindical.

O Brasil precisa criar oportunidades de trabalho e emprego. Para isso, o Governo irá propor a retomada dos investimentos em infraestrutura e habitação; a reindustrialização nacional em novas bases tecnológicas e ambientais; a reforma agrária; e o estímulo à economia solidária, à economia criativa e à economia verde inclusiva, baseada na conser-



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

vação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade brasileira. O apoio ao cooperativismo, ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas também será estendido.

A política de valorização do salário mínimo será retomada visando à recuperação do poder de compra de trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos beneficiários e das beneficiárias de políticas previdenciárias e assistenciais, essencial para dinamizar a economia, em especial dos pequenos municípios.

Será promovida a reconstrução da seguridade e da previdência social, para ampla inclusão dos trabalhadores e das trabalhadoras, por meio da superação das medidas regressivas e do desmonte promovido pelo antigo governo. Será proposto um modelo previdenciário que concilie o aumento da cobertura com o financiamento sustentável. A proteção previdenciária voltará a ser um direito de todos e todas. Frente aos milhares de trabalhadores e trabalhadoras hoje excluídos, o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a inclusão previdenciária serão centrais para a sustentabilidade financeira do Regime Geral de Previdência Social.

É estratégica a retomada da centralidade e da urgência no enfrentamento da fome e pobreza, assim como a garantia dos direitos à segurança alimentar e nutricional e à assistência social. O Brasil produz comida em quantidade suficiente para garantir alimentação de qualidade a todos. No entanto, a fome voltou ao País. Além da questão de soberania alimentar, o enfrentamento da fome exigirá mais empregos



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

e renda aos mais vulneráveis e será prioridade neste Governo, que trabalhará de forma incansável até que todos os brasileiros e todas as brasileiras tenham novamente direito a, ao menos, três refeições de qualidade por dia.

É imperativa a reconstrução e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a garantia de acesso a ações de inclusão produtiva no campo e nas cidades, em todos os territórios brasileiros, aliando escala e respeito às diversidades regionais.

Um programa Bolsa Família renovado e ampliado precisa ser implantado com urgência para garantir renda compatível com as atuais necessidades da população. Um programa que recupere as principais características do projeto que se tornou referência mundial de combate à fome e ao trabalho infantil e que inove ainda mais na ampliação da garantia de cidadania aos mais vulneráveis. Um programa que, orientado por princípios de cobertura crescente, baseados em patamares adequados de renda, viabilizará a transição por etapas, no rumo de um sistema universal e uma renda básica de cidadania.

O País voltará a investir em educação de qualidade, no direito ao conhecimento e no fortalecimento da educação básica, da creche à pós-graduação, coordenando ações articuladas e sistêmicas entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, retomando as metas do Plano Nacional de Educação e revertendo os desmontes do governo anterior. Para os alunos que ficaram defasados devido às inúmeras limitações – materiais, pedagógicas ou tecnológicas –, durante



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

a crise sanitária, o Governo eleito assume compromisso com um programa de recuperação educacional concomitante à educação regular, para que os atingidos possam superar esse grave déficit de aprendizagem. A educação é investimento essencial para fazer do Brasil um país desenvolvido, independente e igualitário, mais criativo e feliz.

Um dos objetivos deste Governo é resgatar e fortalecer os princípios do projeto democrático de educação, que foi desmontado e aviltado. Para participar da sociedade do conhecimento, é fundamental o resgate de uma proposta de educação que dialogue com o projeto de desenvolvimento nacional. Para isso, é preciso fortalecer a educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais.

A saúde, o direito à vida e o Sistema Único de Saúde (SUS) foram tratados com descaso pelo último governo. Faltam investimentos, ações preventivas, profissionais de saúde, consultas, exames e medicamentos. É urgente assegurar condições ao SUS para retomar o atendimento às demandas que foram represadas durante a pandemia, atender às pessoas com sequelas da Covid-19 e retomar o reconhecido programa nacional de vacinação. Não fossem o SUS e os corajosos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, a irresponsabilidade do último governo na pandemia teria custado ainda mais vidas.

Nos governos Lula e Dilma, a saúde foi tratada como uma política pública central, como um direito de todos os brasileiros e todas as bra-



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

sileiras e como um investimento estratégico para um Brasil soberano. Portanto, o Governo eleito reforça seu compromisso com o fortalecimento do SUS público e universal, o aprimoramento de sua gestão, a valorização e formação de profissionais de saúde, a retomada de políticas como o Mais Médicos e o Farmácia Popular, bem como a reconstrução e o fomento ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde.

A cultura é uma dimensão estratégica do processo de reconstrução democrática do País e da retomada do desenvolvimento sustentável. O novo Governo defende o amplo direito à cultura, com o fortalecimento das instituições culturais e a recomposição do financiamento e do investimento, criando condições para a qualificação, ampliação e criação de políticas culturais. Tudo isso com o objetivo de oferecer melhores condições de vida e trabalho no mundo da cultura; dinamizar a economia da cultura; potencializar processos criativos; fortalecer a memória e a diversidade cultural; valorizar a arte e a cultura popular e periférica; garantir a plena liberdade artística; e, assim, qualificar as relações sociais por meio do fomento a valores civilizatórios e democráticos.

O Governo eleito defende a implantação do Sistema Nacional de Cultura e a adoção da política de descentralização de recursos para os estados e o maior número possível de municípios, além de políticas para reestruturar a cadeia produtiva cultural, severamente prejudicada durante a pandemia e duramente perseguida pelo último governo.



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

A democratização e descentralização de acesso ao esporte e lazer promovem desenvolvimento; combatem à violência; e constroem a cidadania. Políticas universais de garantia dos direitos ao esporte e lazer, de acordo com a Constituição Federal de 1988, voltarão a ser implementadas. O fomento ao esporte e lazer será reinserido na agenda nacional, incentivando a atividade esportiva nas suas várias dimensões.

O Governo eleito incentivará o protagonismo dos atletas e o fortalecimento da gestão pública e transparente do sistema esportivo, contemplando os governos locais e regionais. O esporte e lazer, por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Esportes, serão instrumentos de resgate do orgulho nacional e da construção de uma cidadania democrática e plural, especialmente no combate à desigualdade social, na promoção da cultura da paz e na luta contra qualquer tipo de intolerância e preconceito.

Atualmente 85% da população reside nas cidades brasileiras. Este novo Governo retomará as políticas de garantia do direito à cidade, combatendo desigualdades territoriais, em direção a uma ampla reforma urbana, reduzindo, assim, as desigualdades socioterritoriais e promovendo a transição ecológica das cidades por meio de investimentos integrados em infraestrutura de transporte público, habitação, saneamento básico e equipamentos sociais. As cidades criativas e sustentáveis terão todo o apoio governamental.

O Brasil voltará a ter um amplo programa de acesso à moradia, com mecanismos de financiamento adequados a cada tipo de público. Ter



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

uma moradia digna, que assegura proteção às famílias, é um direito de todos e todas e um requisito para um Brasil desenvolvido e soberano.

A segurança pública é outro direito fundamental e sua conservação e promoção se dará por meio da implementação de políticas públicas interfederativas e intersetoriais pautadas pela valorização da vida e da integridade física, pela articulação entre prevenção e uso qualificado da ação policial, pela transparência e pela participação social. As políticas de segurança pública contemplarão ações de atenção às vítimas e priorizarão a prevenção, a investigação e o processamento de crimes e violências contra mulheres, juventude negra e população LGBTQIA+. É fundamental uma política coordenada e integrada nacionalmente para a redução de homicídios envolvendo investimento, tecnologia, enfrentamento do crime organizado e das milícias, além de políticas públicas específicas para as populações vulnerabilizadas pela criminalidade.

O Governo Federal vai implementar e aprimorar o Sistema Único de Segurança Pública, modernizando estratégias, instrumentos e mecanismos de governança e gestão. Serão realizadas reformas para ampliar a eficiência do Sistema de Segurança por meio da modernização das instituições de segurança, das carreiras policiais, dos mecanismos de fiscalização e supervisão da atividade policial e do aprimoramento das suas relações com o Sistema de Justiça Criminal.

A valorização do profissional de segurança pública será um princípio orientador de todas as políticas públicas da área. Serão implementa-



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

dos canais de escuta e diálogo com os profissionais, programas de atenção biopsicossocial e ações de promoção e garantia de respeito às suas identidades e diversidades.

O País precisa de uma nova política sobre drogas, intersectorial e focada na redução de riscos, bem como na prevenção, no tratamento e na assistência ao usuário. O atual modelo bélico de combate ao tráfico será substituído por estratégias de enfrentamento e desarticulação das organizações criminosas, baseadas em conhecimento e informação, com o fortalecimento da investigação e da inteligência.

A melhoria da qualificação técnica dos policiais será uma busca permanente a ser alcançada, dentre outras estratégias, pela reformulação dos processos de seleção, formação e capacitação continuada, pela atualização de doutrinas e pela padronização de procedimentos operacionais. Será aberto o diálogo sobre a modernização das carreiras, a qualificação e a autonomia dos peritos, a padronização de escalas e jornadas de trabalho e outras estratégias de implementação das diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos policiais.

O Brasil não será o país de todos e todas enquanto mulheres continuarem a ser discriminadas e submetidas à violência pelo fato de serem mulheres. O Estado brasileiro deve assegurar a proteção integral da dignidade humana das mulheres, assim como desenvolver políticas públicas de prevenção à violência e que garantam suas vidas. Está na agenda prioritária deste Governo construir um país que caminhe



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

rumo à equidade de direitos, a salários iguais para trabalhos iguais em todas as profissões e à promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo.

É preciso que o País enfrente a realidade que faz a pobreza ter o "rosto das mulheres", principalmente "das negras", lhes assegurando autonomia. Este Governo investirá em programas que visem proteger vítimas, bem como seus filhos e filhas, e irá assegurar que não haja impunidade em casos de agressões e feminicídios. Com políticas de saúde integral, as condições para que todas as mulheres tenham acesso à prevenção de doenças e que possam ser atendidas segundo as particularidades de cada fase de suas vidas serão fortalecidas no SUS.

É imprescindível a implementação de um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, que garantam ações afirmativas para a população negra e o seu desenvolvimento integral nas mais diversas áreas. Este novo Governo construirá políticas que combatam e revertam a política de genocídio e perseguição à juventude negra, com o superencarceramento, e que combatam a violência policial contra as mulheres negras, contra a juventude negra e contra os povos e as comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro.

Este Governo também irá assegurar a continuidade das políticas de cotas sociais e raciais na educação superior e nos concursos públicos federais, bem como sua ampliação para outras políticas públicas.



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

O Governo eleito está comprometido com a proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. É dever do Estado assegurar a posse de suas terras, impedindo atividades predatórias, que prejudiquem seus direitos. É fundamental implementar políticas que lhes assegurem vida digna e cidadania, respeitando e valorizando sua cultura, tradições, modo de vida e conhecimentos tradicionais.

Não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual. Para isso, serão propostas políticas que garantam os direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão. Políticas estas que assegurem o direito à saúde integral dessa população, a inclusão e permanência na educação, no mercado de trabalho, bem como o reconhecimento do direito das identidades de gênero e suas expressões.

No processo de reconstrução do Brasil, a juventude, na sua pluralidade, merece respeito, reconhecimento de seu protagonismo e demandas políticas transversais. O País enfrentará o cenário de desemprego elevado, conjuntural e estrutural, agravado pela disseminação de sistemas complexos de tecnologia da informação. O desemprego, a fome, a insegurança e a falta de perspectiva são realidades comuns nas juventudes brasileiras neste momento. O novo Governo quer um projeto de país que viabilize novas e mais oportunidades para esse segmento, com acesso à educação e à cultura, bem como a promo-



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

ção, qualificação e geração de empregos de qualidade. Um país que assegure a todos e todas o direito à vida, com dignidade e liberdade, e aos sonhos.

Um Brasil inclusivo e acessível, com a garantia de direitos e respeito às pessoas com deficiência, é uma das metas deste Governo. Para tanto, é preciso assegurar às pessoas com deficiência e suas famílias o acesso à saúde, à educação, à cultura e ao esporte, e a inserção no mundo do trabalho. O compromisso firmado com os brasileiros e as brasileiras é romper as barreiras do capacitismo e assegurar inserção social, oportunidades e autonomia a todos e todas. Para tanto, o novo Governo irá trabalhar com a comunicação acessível e inclusiva; investir em pesquisa e inovação; assegurar à pessoa com deficiência o acesso a tecnologias assistivas; e, sobretudo, integrar todas as esferas de governo e da sociedade para que seja garantida a premissa de cidadania das pessoas com deficiência – de que não há “nada sobre nós, sem nós”.

É necessário que se promova a defesa das famílias, com proteção e cuidado prioritário às crianças e suas infâncias, em especial por meio do combate à pobreza, da garantia de acesso integral às políticas públicas e do direito ao brincar, assegurando proteção, saúde, alimentação, educação e bem-estar para a primeira infância. O Governo Federal dará prioridade absoluta à promoção, à proteção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, erradicando a fome, combatendo a miséria, garantindo perspectivas para as crianças e os adolescentes, enfrentando a exploração do trabalho infantil, a violência, a ex-



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

ploração sexual e todas as formas de preconceitos e discriminações, assegurando a garantia do direito ao brincar. Terão atenção especial as milhares de crianças e adolescentes em situação de orfandade decorrentes da Covid-19.

O novo Governo atuará para construir políticas que assegurem os direitos dos idosos com envelhecimento ativo, saudável e participativo, bem como a ampliação e o fortalecimento dos serviços necessários por meio de uma rede de cuidados.

Por fim, o compromisso com a afirmação de direitos é amplo e inclui a proteção e a garantia dos direitos dos animais, domésticos e selvagens, por meio de campanhas educativas e o apoio a iniciativas públicas e da sociedade que tenham eficácia no cuidado animal.

3. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

A retomada do crescimento, dos empregos e da renda, bem como a busca pela estabilidade de preços, serão tarefa prioritária neste Governo. É necessário restabelecer um ambiente de estabilidade política, econômica e institucional que proporcione confiança e segurança aos investimentos que interessam ao desenvolvimento do País.



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

O Brasil irá adotar uma estratégia nacional de desenvolvimento justo, solidário, sustentável, soberano e criativo, buscando superar o modelo neoliberal que levou o País ao atraso. Os investimentos na infraestrutura urbana, de comunicações e de mudanças dos padrões de consumo e produção de energia, abrem enormes possibilidades de novos tipos de indústrias e serviços, bem como de oportunidades de inserção ocupacional.

Este Governo irá combater o uso predatório de recursos naturais e estimular as atividades econômicas com menor impacto ecológico. Para isso, será necessário recuperar as capacidades estatais, o planejamento e a participação social, fortalecendo o Sistema Nacional de Meio Ambiente e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). O Governo eleito reafirma seu compromisso com as instituições federais, que foram desrespeitadas e sucateadas por práticas recorrentes de assédio moral e institucional.

Serão mobilizadas, de maneira virtuosa, as potencialidades da economia brasileira e suas principais frentes de expansão: o mercado interno com potencial de produção e consumo em massa; as capacidades estatais com potencial de gasto social e investimento público; as infraestruturas econômicas, urbanas e sociais; além do uso ambientalmente sustentável de recursos naturais estratégicos com inovações industriais e proteção dos bens de uso comum.



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O novo Governo irá recolocar os pobres e os trabalhadores no orçamento. Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, atualmente disfuncional e sem credibilidade.

O Brasil construirá um novo regime fiscal, que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade. Ainda, que possua flexibilidade e garanta a atuação anticíclica; que promova a transparência e o acompanhamento da relação custo-benefício das políticas públicas; que fortaleça o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e a articulação entre investimentos públicos e privados; que reconheça a importância do investimento social, dos investimentos em infraestrutura; e que esteja vinculado à criação de uma estrutura tributária mais simples e progressiva. Este Governo colocará os pobres outra vez no orçamento e os super-ricos pagando impostos.

Será proposta uma reforma tributária solidária, justa e sustentável, que simplifique tributos e que assegure que os pobres paguem menos e os ricos, mais. Essa reforma será construída na perspectiva do desenvolvimento, "simplificando" e reduzindo a tributação do consumo; corrigindo a injustiça tributária ao garantir a progressividade tributária; preservando o financiamento do Estado de bem-estar social; restaurando o equilíbrio federativo; contemplando a transição para uma economia ecologicamente sustentável; aperfeiçoando a tributação sobre o comércio internacional; e desonerando, progressivamente, produtos com maior valor agregado e tecnologia embarcada. O Governo Federal, também, irá corrigir um mecanismo que historicamente transfere



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

renda das camadas mais pobres para as de maior renda da sociedade: a sonegação de impostos.

No Brasil, os mais ricos pagarão imposto de renda, de maneira que os recursos arrecadados sejam voltados para o investimento, de forma inteligente, em programas e projetos com alta capacidade de induzir o crescimento, promover a igualdade e gerar ganhos de produtividade.

É tarefa prioritária coordenar a política econômica para combater a inflação e enfrentar a carestia, em particular a dos alimentos, a dos combustíveis e da eletricidade.

O governo anterior renunciou ao uso de instrumentos importantes no combate à inflação, a começar pela política de preços de combustíveis, além de ter abandonado as políticas setoriais indutoras do aumento da produção de bens críticos. Em contrapartida, implementou uma política de juros altos, que freou a recuperação econômica e agravou o desemprego, mas com pouco impacto na inflação, gerada basicamente por um choque de custos.

O Governo eleito irá estabelecer uma política nacional de abastecimento, que inclui a retomada dos estoques reguladores e a ampliação das políticas de financiamento e de apoio à produção de alimentos, aos pequenos agricultores e à agricultura orgânica.

O País precisa de uma transição para uma nova política de preços dos combustíveis e do gás, que considere os custos nacionais e que seja



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

adequada à ampliação dos investimentos em refino e distribuição e à redução da carestia. Os ganhos do pré-sal não podem se esvaír por uma política de preços internacionalizada e dolarizada: é preciso abrasilizar o preço dos combustíveis e ampliar a produção nacional de derivados, com expansão do parque de refino.

Reduzir a volatilidade da moeda brasileira por meio da política cambial também é uma forma de amenizar os impactos inflacionários de mudanças no cenário externo. A orientação passiva para a política cambial dos últimos anos acentuou a volatilidade da moeda brasileira em relação ao dólar, com consequências perversas para o índice de preços.

Como a renda familiar dos brasileiros e das brasileiras desabou e o endividamento das famílias explodiu, já são mais de 66 milhões de pessoas inadimplentes. Este Governo irá promover a renegociação das dívidas das famílias e das pequenas e médias empresas por meio dos bancos públicos e incentivos aos bancos privados para oferecer condições adequadas de negociação com os devedores. Também serão promovidos avanços na regulação e incentivos em medidas para ampliar a oferta e reduzir o custo do crédito, ampliando a concorrência no sistema bancário.

É preciso fortalecer e modernizar a estrutura produtiva por meio da reindustrialização, do fortalecimento da produção agropecuária e do estímulo a setores e projetos inovadores. O Brasil precisa fortalecer a empresa nacional, pública e privada, com instrumentos como financiamento, compras governamentais e investimento público, amplian-



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

do e agregando valor à produção, com ênfase em inovações orientadas para a transição ecológica, energética e digital.

O País irá reverter o processo de desindustrialização e promover a reindustrialização de amplos e novos setores e daqueles associados à transição para a economia digital e verde. É imperativo elevar a taxa de investimentos públicos e privados e reduzir o custo do crédito a fim de avançar com uma reindustrialização nacional de novo tipo, acoplada aos novos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia. Faz parte desse esforço o desafio de reverter a desnacionalização do parque produtivo brasileiro, e modernizá-lo.

A principal missão da política industrial será promover o engajamento da indústria na transição tecnológica, ambiental e social. Para isso, a política industrial deve manter o foco nas prioridades do País e alavancar a capacidade tecnológica nacional e a inovação. Será também estimulada pelo poder de compra governamental em complexos industriais estratégicos, como saúde, energia, alimentos e defesa.

Elevar a competitividade brasileira será uma prioridade do novo Governo, que construirá medidas efetivas de desburocratização; redução do custo do capital; ampliação dos acordos comerciais internacionais relevantes ao desenvolvimento brasileiro; avanço na digitalização; investimentos na inovação e na pesquisa científica e tecnológica; e defesa do meio ambiente e aproveitamento industrial e comercial dos diferenciais competitivos como, por exemplo, a biodiversidade da Amazônia.



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

O Brasil estará comprometido com a soberania alimentar, por meio de um novo modelo de ocupação e uso da terra urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica; e construção de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a produção e o consumo de alimentos saudáveis. O novo Governo dará apoio às pequenas e médias propriedades agrícolas, em especial à agricultura familiar. Políticas de compras públicas podem servir de incentivo à produção de alimentos saudáveis e de qualidade – que têm tido sua área plantada reduzida nos últimos anos por falta de apoio do Estado –, e de estímulo à ampliação das relações diretas dos pequenos produtores e consumidores no entorno das cidades.

O fortalecimento da produção agrícola, nas frentes da agricultura familiar, agricultura tradicional e do agronegócio sustentável, é estratégico para repensar o padrão de produção e consumo e a matriz produtiva nacional, com vistas a oferecer alimentação saudável à população. A experiência brasileira já demonstrou que esse é o caminho para superar a crise alimentar e ampliar a produção de alimentação adequada e saudável, por meio de medidas que reduzam os custos de produção e o preço de comercialização de alimentos frescos e de boa qualidade; fomentem a produção orgânica e agroecológica; e incentivem sistemas alimentares com parâmetros de sustentabilidade, de respeito aos territórios e de democratização na posse e uso da terra.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) será fortalecida para identificar potencialidades dos agricultores e assegurar mais avanços tecnológicos no campo, essenciais para a competitividade e sustentabilidade tanto dos pequenos quanto dos grandes produtores.



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

A produção agrícola e pecuária é decisiva para a segurança alimentar e a economia brasileira, um setor estratégico para a balança comercial do País. O Brasil precisa avançar rumo a uma agricultura e uma pecuária comprometidas com a sustentabilidade ambiental e social. Sem isso, perderá espaço no mercado externo e não contribuirá para superar a fome e o acesso a alimentos saudáveis dentro e fora das fronteiras brasileiras.

É imprescindível agregar valor à produção agrícola, com a constituição de uma agroindústria de primeira linha, de alta competitividade mundial, e fortalecer a produção nacional de insumos, máquinas e implementos agrícolas, fomentando o desenvolvimento do complexo agroindustrial.

O Brasil é um grande produtor mineral. Por isso, a atividade minerária deverá ser estimulada por meio de maiores encadeamentos industriais internos e do compromisso com a proteção ao meio ambiente, aos direitos dos trabalhadores e ao respeito às comunidades locais. O padrão de regulação minerária deve ser aperfeiçoado e a mineração ilegal, particularmente na Amazônia, será duramente combatida.

É preciso garantir a modernização e a ampliação da infraestrutura de logística de transporte, social e urbana, com um vigoroso programa de investimentos públicos. Este Governo irá assegurar a imediata retomada do investimento em infraestrutura, fundamental para a volta do crescimento e decisivo para reduzir os custos de produção.



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

O investimento privado também será parte importante da reconstrução do Brasil e será estimulado por meio de créditos, concessões, parcerias e garantias.

Tais investimentos estarão comprometidos com missões socioambientais e orientados para garantir maior eficiência na produção e na circulação de mercadorias, assim como para aumentar o bem-estar da população e para a construção de cidades mais inclusivas, seguras, justas, resilientes e sustentáveis. O Brasil retomará obras importantes que foram paralisadas pelo último governo, que buscou, em inúmeros momentos, se apropriar de obras que recebeu praticamente concluídas.

O novo Governo irá assegurar o fortalecimento de uma política pública para a coleção das águas do País, promovendo a progressiva melhoria de sua qualidade e disponibilização para utilização racional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável social e econômico. É importante garantir o direito à água e ao saneamento, por meio do reconhecimento da responsabilidade das esferas administrativas federal, estaduais e municipais na universalização dos serviços de saneamento básico à população brasileira e garantir a atuação das entidades públicas e das empresas estatais na prestação dos serviços de saneamento básico.

É imprescindível garantir a soberania e a segurança energética do País, com ampliação da oferta de energia, aprofundando a diversificação da matriz, com expansão de fontes renováveis a preços compatíveis à realidade brasileira. Além disso, é necessário expandir a capacidade



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

de produção de derivados no Brasil, aproveitando-se da grande riqueza do pré-sal, com preços que levem em conta os custos de produção no País.

Será necessário proteger o patrimônio do Brasil e recompor o papel indutor e coordenador do Estado e das empresas estatais para que cumpram, com agilidade e dinamismo, seu papel no processo de desenvolvimento econômico e progresso social, produtivo e ambiental do País.

O Governo eleito se opõe fortemente à privatização, em curso, da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA). A Petrobras terá seu plano estratégico e de investimentos orientados para a segurança energética, a autossuficiência nacional em petróleo e derivados e a garantia do abastecimento de combustíveis no País. Portanto, voltará a ser uma empresa integrada de energia, investindo em exploração, produção, refino e distribuição, mas também atuando nos segmentos que se conectam à transição ecológica e energética, como gás, fertilizantes, biocombustíveis e energias renováveis. É preciso preservar o regime de partilha, e o fundo social do pré-sal deve estar, novamente, a serviço do futuro.

O novo Governo também se opõe à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), maior empresa de geração de energia elétrica da América Latina, responsável por metade das linhas de transmissão do País. É preciso que a Eletrobras recupere seu papel como patrimônio do povo, preservando a soberania energética brasileira e



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

viabilizando programas como o Luz para Todos, que terá continuidade, e uma política sustentável de modicidade tarifária.

Por fim, o Governo eleito se opõe à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), uma empresa com importante função social, logística e capilaridade em todo o território nacional.

O novo Governo Federal reassume seu compromisso com os bancos públicos – como Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – em sua missão de fomento ao desenvolvimento econômico, social e ambiental e na oferta de crédito a longo prazo e garantias em projetos estruturantes, comprometidos com a sustentabilidade financeira dessas operações.

A Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) tem um caráter estratégico e central para o Brasil se transformar em um país efetivamente desenvolvido e soberano, no caminho da sociedade do conhecimento. Essa diretriz é fundamental para o Governo eleito e implica combinar educação universal de qualidade, pesquisa científica básica e tecnológica, inovação e inclusão social. Para tal, é necessário recompor o sistema nacional de fomento do desenvolvimento científico e tecnológico, via fundos e agências públicas, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

É preciso assegurar a liberdade de pesquisa, em suas distintas dimensões, e usar a CTI para as políticas públicas e para a gestão em todos os níveis, integrando o território nacional. A ciência é essencial para a inovação tecnológica e social, bem como para o aproveitamento sustentável das riquezas do País, a geração de empregos qualificados e o enfrentamento das mudanças climáticas e das ameaças à saúde pública.

Na mesma dimensão, é fundamental inovar para enfrentar o desafio da transformação tecnológica em curso, ecológica, energética e digital, com políticas de Estado que busquem garantir qualidade de vida, em dimensões que ultrapassam o mundo da produção. É necessário fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) para que a sociedade usufrua dos benefícios do processo de geração de conhecimento.

Para o Brasil entrar na era do conhecimento, será necessária, também, uma estratégia econômica que contemple, junto ao fomento à ciência, à tecnologia e à inovação, os elementos da economia criativa e da economia da cultura, que acelere a transição digital, o uso da inteligência artificial, a biotecnologia e a nanotecnologia, em processos produtivos sofisticados com maior valor agregado.

O Brasil iniciará um grande processo de transformação digital no País, assegurando Internet de qualidade em todo o território e para todos e todas. O direito à inclusão no ambiente da conectividade também será garantido.



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

O País voltará a estimular a indústria do turismo, grande fonte de geração de empregos, por meio da valorização da cultura, do patrimônio histórico e da biodiversidade brasileiras e do ecoturismo. Investimentos em infraestrutura turística, segurança e qualificação dos trabalhadores e das empresas do segmento e a promoção do Brasil no mercado interno e externo serão todos retomados.

Em um país continental como o Brasil, é necessário combater as desigualdades regionais, fortalecendo o desenvolvimento das regiões e estimulando novas experiências de cooperação e organização territorial. O desenvolvimento regional passa pela inovação, pelo conhecimento, por investimentos, pela articulação de políticas públicas e pelo compartilhamento de boas práticas.

Será preciso criar um ambiente em que empreendedores individuais, sociais e o cooperativismo em geral contem com um mosaico de oportunidades que assegure crédito facilitado, assistência técnica e, em gestão, acesso à tecnologia, prioridades em compras públicas e superação de burocracia.

O novo Governo irá estimular a economia solidária, a economia criativa e o empreendedorismo social, que têm elevado potencial de inclusão produtiva, geração de renda e inovação social. Serão construídas políticas de fomento e fortalecimento de redes e cadeias produtivas e outras iniciativas de cooperativismo, de facilitação do acesso a mercados e ao crédito e de estímulo à inovação.



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

O Brasil precisa construir sua trajetória de transição ecológica com base no conhecimento tradicional e científico. A emergência climática se impõe, e a ciência não deixa margem para dúvidas: o aquecimento global é inequívoco, promovido pelo atual padrão de produção e consumo, com resultados cada vez mais catastróficos.

Os custos de não se enfrentar o problema climático são inaceitáveis, com projeções de forte redução do Produto Interno Bruto (PIB), perdas expressivas na produção nacional no médio prazo e, principalmente, a perda de vidas e o sofrimento humano, somado às constantes tragédias ambientais. O compromisso deste Governo será de cumprir, de fato, as metas de redução de emissão de gás carbono que o País assumiu na Conferência de 2015 em Paris e ir além, garantindo a transição energética; a transformação das atividades produtivas para um paradigma de sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica; a recuperação de terras degradadas por atividades predatórias; o reflorestamento das áreas devastadas; e um amplo processo de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas brasileiros.

O Governo Federal deve ser protagonista dessa transformação, liderando e induzindo a construção de novas capacidades da estrutura produtiva nacional na fronteira do conhecimento e gerando tecnologia e inovação em conjunto com a sociedade brasileira. Deve, também, dirigir os benefícios sociais dos investimentos para as populações indígenas, quilombolas, ciganas, tradicionais, vulneráveis e marginalizadas, tanto no contexto urbano quanto no campo.



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

É imperativo defender a Amazônia da política de devastação posta em prática pelo governo anterior. Nos governos Lula e Dilma, o desmatamento da Amazônia foi reduzido em quase 80%, a maior contribuição já realizada por um país para a mitigação das mudanças climáticas entre 2004 e 2012. O Governo eleito reassumirá o compromisso com a Amazônia.

O Brasil também irá combater o crime ambiental promovido por milícias, grileiros, madeireiros e qualquer organização econômica que aja ao arrepio da lei. O compromisso estabelecido é com o combate implacável ao desmatamento ilegal e a promoção do desmatamento líquido zero, ou seja, com a recomposição de áreas degradadas e o reflorestamento dos biomas.

O Brasil tem uma das maiores biodiversidades do planeta. É dever do Estado conservar a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pantanal, os Pampas e os outros biomas e ambientes. Igualmente indispensável é conhecer e conservar a zona econômica exclusiva brasileira, no Oceano Atlântico; a Amazônia Azul; e as zonas costeiras. Esse projeto harmonizará a proteção dos ecossistemas que estão em risco com a promoção do desenvolvimento sustentável, bem como exigirá o enfrentamento e a superação do modelo predatório de exploração e produção, atualmente, agravado pela completa omissão do último governo.

O Brasil terá como agenda o destravamento do potencial econômico e social da economia da biodiversidade, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de capacidades científicas, tecnológicas e inovadoras nacionais.

4. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

A Constituição brasileira enumera os fundamentos do Estado Democrático de Direito. No entanto, a soberania e a democracia do País foram constantemente atacadas pela política irresponsável e criminoso do governo anterior.

O grave momento que o País atravessa obriga todos a superarem eventuais divergências para que se possa construir, juntos, uma via alternativa à incompetência e ao autoritarismo que governou o Brasil nos últimos anos.

O Governo eleito defende os direitos civis, as garantias e as liberdades individuais, entre os quais se destacam o respeito à liberdade religiosa e de culto e o combate à intolerância religiosa, que se tornaram ainda mais urgentes para a democracia brasileira. A ameaça totalitária, o ódio, a violência, a discriminação e a exclusão que pesaram sobre o País serão enfrentados e vencidos, em um amplo movimento em defesa da democracia.

Defender a soberania brasileira exige recuperar a política externa ativa e altiva que alçou a nação à condição de protagonista global. O Brasil era um país soberano, respeitado no mundo inteiro. Ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento dos países pobres, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Será reconstruída a cooperação internacional Sul-Sul com América Latina e



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

África. Este Governo defende a ampliação da participação do Brasil nos assentos de organismos multilaterais.

Além disso, defender a soberania brasileira é defender a integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, com vistas a manter a segurança regional e a promoção de um desenvolvimento integrado do continente, com base em complementaridades produtivas potenciais entre os países. É fortalecer novamente o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e os Brics. É estabelecer livremente as parcerias que forem as melhores para o País, sem submissão a quem quer que seja. É trabalhar pela construção de uma nova ordem global comprometida com o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, que contemple as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento, com novas diretrizes para o comércio exterior, a integração comercial e as parcerias internacionais.

O Governo eleito irá defender os direitos de brasileiras e brasileiros também no exterior. São milhões de pessoas que trabalham, estudam e vivem fora do País e contribuem para a economia e desenvolvimento do Brasil. Serão retomadas e ampliadas as políticas públicas para a população brasileira no exterior e seus direitos de cidadania a partir de acordos bilaterais, em condições de reciprocidade, para reconhecimento de direitos e uma vida melhor para as populações migrantes.



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

A plena projeção dos interesses estratégicos do Brasil no cenário internacional não pode prescindir de políticas de defesa e inteligência. As Forças Armadas atuarão na defesa do território nacional, do espaço aéreo e do mar territorial, cumprindo estritamente o que está definido pela Constituição.

É necessário superar o autoritarismo e as ameaças antidemocráticas. Para sair da crise e voltar a crescer e se desenvolver, o Brasil precisa de normalidade e respeito institucional, com observância integral à Constituição Federal, que estabelece os direitos e as obrigações de cada poder, de cada instituição, de cada um de nós.

O compromisso democrático pressupõe o diálogo permanente e respeitoso entre os poderes da República e entre os entes da Federação. O novo Governo repudia qualquer espécie de ameaça ou tutela sobre as instituições representativas do voto popular e que expressam a Constituição Federal do Brasil.

Além disso, reafirma que está comprometido com a retomada do diálogo com todos os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as representações populares, compreendendo-os como importantes protagonistas na reconstrução do Brasil.

Mais do que nunca é preciso uma reforma política que fortaleça as instituições da democracia representativa e, ao mesmo tempo, amplie os instrumentos da democracia participativa. Este Governo anseia por fortalecer a democracia brasileira, o que exige a abertura de um am-



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

plo debate nacional. Um déficit democrático alarmante é a absurda discrepância da representação feminina e negra nas instituições.

É preciso retomar o processo coletivo e participativo de construção de políticas públicas por meio da restauração de todas as instâncias de participação social extintas pelo governo anterior, aprimorando sua composição e fortalecendo sua institucionalidade.

Serão constituídas novas instâncias de participação popular direta para assegurar ainda maior participação social, inclusive na elaboração do orçamento federal, incorporando os recursos digitais para democratizar o acesso à informação. As parcerias com entidades da sociedade civil para o fomento de atividades de interesse social e para a execução de políticas públicas serão retomadas.

Este Governo reitera seu compromisso com o respeito e o fortalecimento de um novo federalismo. É impossível garantir direitos e políticas públicas desconsiderando estados e os 5.570 municípios. Será dado completo apoio ao fortalecimento das capacidades de planejamento e gestão municipal e estadual, a celebração de consórcios públicos e a integração entre as políticas públicas setoriais e transversais, resgatando a construção fraterna, respeitosa e republicana, baseada em critérios objetivos e na garantia de direitos e justiça social, na relação com estados e municípios.

Os governos populares instituíram, de forma inédita no Brasil, uma política de Estado de prevenção e combate à corrupção e de pro-



PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

moção da transparência e da integridade pública. Foram criadas a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), bem como fortalecida a Polícia Federal, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal e diversos órgãos e carreiras de auditoria e fiscalização.

O Governo eleito irá assegurar, com base nos princípios do Estado Democrático de Direito, que os instrumentos de combate à corrupção sejam restabelecidos, respeitando o devido processo legal, de modo a impedir a violação dos direitos e das garantias fundamentais e a manipulação política. De forma colaborativa com as instituições nacionais de controle interno e externo, este Governo fará com que o combate à corrupção se destine àquilo que deve ser: instrumento de controle das políticas públicas para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar.

A transparência será resgatada e a Lei de Acesso à Informação, cumprida. O governo eleito fará com que o combate à corrupção se destine àquilo que deve ser: instrumento de controle das políticas públicas para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar.

É preciso uma reforma do Estado, que traga mais transparência aos processos decisórios, no trato da coisa pública de modo geral, direcionando a esfera pública e a ação governamental para as entregas públicas que realizem os direitos constitucionais.



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

Por fim, o Governo eleito reitera o respeito e compromisso com as instituições federais, que foram desrespeitadas e sucateadas e com a retomada das políticas de valorização dos servidores públicos.

Cabe considerar o papel central que o Poder Judiciário cumpre. É necessário que seja estabelecido diálogo permanente com os atores desse Poder, com respeito a sua independência, para estimular o aperfeiçoamento, em todos os níveis do sistema de justiça, da prevalência da cidadania e da soberania democrática.

O direito de acesso à informação e aos meios de comunicação é essencial em uma sociedade democrática, orientada pelos direitos humanos e para a soberania. A liberdade de expressão não pode ser um privilégio de alguns setores, mas um direito de todos, dentro dos marcos legais previstos na Constituição – que até hoje não foram regulamentados. Esse tema demanda um amplo debate no Legislativo, garantindo a regulamentação dos mecanismos protetores da pluralidade e da diversidade, com a defesa da democratização do acesso aos meios de comunicação.

É preciso, ainda, fortalecer a legislação, dando mais instrumentos ao Sistema de Justiça para atuação junto às plataformas digitais no sentido de garantir a neutralidade da rede, a pluralidade e a proteção de dados, bem como coibir a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio. Paralelamente, é dever do Estado universalizar o acesso à Internet de qualidade, garantindo a democratização



PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

de seu uso por toda a população, especialmente na rede pública de educação básica.

Este Governo atuará para que o Brasil volte a ser considerado um país no qual o livre exercício da atividade profissional do jornalismo seja considerado seguro, onde a violência contra jornalistas, meios de comunicação, comunicadores e todos os profissionais de imprensa sejam coibidas e punidas. A democracia clama pela mais ampla liberdade de imprensa.

No ano em que o Brasil celebrou 200 anos de luta pela independência nacional a mensagem deve ser clara: golpes e ditaduras nunca mais, democracia sempre.



O BRASIL AO FINAL
DE 2022 – DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO DO
PAÍS E DO ESTADO



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Este é o momento de resgatar as esperanças. O desejo popular expresso pelo resultado das urnas elegeu um projeto de reconstrução e transformação nacional. Para o Governo eleito, o horizonte será voltado à criação de um país justo, inclusivo, sustentável, criativo, democrático e soberano para todos os brasileiros e as brasileiras. Trata-se de um grande desafio e uma obra de muitos. Contudo, a esperança do povo brasileiro será o motor das mudanças que serão realizadas nos próximos anos.

Neste capítulo é apresentado o relatório final do Gabinete de Transição da Presidência da República, ponto de partida para este novo ciclo. Trata-se do registro histórico de um amplo processo de consulta e construção coletiva dos princípios orientadores da agenda do novo Governo.

O presente texto sintetiza a real situação em que o País se encontra. A ampla radiografia aqui realizada lança luz sobre o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas durante os quatro anos do governo anterior.

A produção deste relatório foi orientada pelo compromisso fundamental com a transparência, a participação e o diálogo social, presente desde a campanha eleitoral. O trabalho do Gabinete de Transição deu continuidade à mobilização realizada pela Coligação Brasil da Esperança ao longo de 2022. A construção programática para as saídas da grave crise que o Brasil atravessa foi realizada a partir de um amplo e participativo processo público, no qual foram recebidas mais de 13 mil contribuições, durante a campanha presidencial, por meio de uma



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

plataforma digital especialmente criada para essa finalidade. Outra iniciativa de grande relevância foi a participação de representantes de cerca de 500 organizações em mais de 50 mesas de diálogo realizadas no âmbito da construção do programa de governo.

Em consonância com esse compromisso, o Gabinete de Transição inovou ao incorporar a participação social ao processo de transição governamental, com a criação de Grupos Técnicos (setoriais e transversais) para elaboração do relatório final. Ao longo de 34 dias de intenso trabalho, entre 8 de novembro de 2022 e 12 de dezembro de 2022, cerca de mil pessoas estiveram envolvidas nas atividades de 32 Grupos Temáticos, cujo esforço se somou ao do Conselho Político e do Conselho de Participação Social do Gabinete de Transição.

Essa intensa mobilização foi marcada pela pluralidade de visões de mundo e pela diversidade regional, de gênero e raça, além de um forte viés técnico. A riqueza de olhares e percepções contribuiu para a construção de um abrangente mapa situacional do Estado brasileiro e de suas políticas públicas.

O resultado é uma fotografia contundente da situação dos órgãos e das entidades que compõem a Administração Pública Federal. Ela mostra a herança socialmente perversa e politicamente antidemocrática deixada pelo governo anterior, principalmente para os mais pobres. A desconstrução institucional, o desmonte do Estado e a desorganização das políticas públicas são fenômenos profundos e generalizados, com impactos em áreas essenciais para a vida das pes-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

soas e os rumos do País. Isso tem trazido consequências graves para a saúde, a educação, a preservação ambiental, a geração de emprego e renda, o combate à pobreza e à fome, entre outras.

O governo anterior chegou ao fim do mandato em meio à ameaça real de colapso dos serviços públicos. Os livros didáticos que deverão ser usados no ano letivo de 2023 ainda não haviam começado a ser editados; faltavam remédios na Farmácia Popular; não havia estoques de vacinas para o enfrentamento das novas variantes da Covid-19; faltavam recursos para a compra de merenda escolar; as universidades corriam o risco de não concluírem o ano letivo; e não existiam recursos para a Defesa Civil e a prevenção de acidentes e desastres. E quem está pagando a conta desse apagão é o povo brasileiro.

Este relatório, portanto, delinea o caminho para as primeiras medidas que o novo Governo deverá adotar, com sugestões de atos normativos a serem revogados ou reformulados, a partir de janeiro de 2023, a exemplo das legislações que flexibilizam o controle e a compra de armas; o garimpo em terras indígenas; a Lei de Acesso à Informação, entre outras.

O Conselho Político do Gabinete de Transição contribuiu de modo efetivo na construção da proposta de Emenda Constitucional do Bolsa Família, além de debater e pavimentar o caminho para o início do novo Governo.

O presente relatório também apresenta uma nova estrutura ministerial, mais adequada à agenda do Governo eleito e ao seu compromisso



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

so com a reconstrução e transformação do País. Essa nova estrutura contempla, ainda, a necessidade de recuperação e otimização de órgãos da Administração Pública direta e indireta, de maneira a criar condições mais apropriadas à implementação de políticas públicas e à melhoria dos serviços prestados à população.

Por fim, este relatório oferece à Presidência da República, aos novos ministros e ministras e ao governo em geral um ponto de partida para a reconstrução e a transformação do País. O projeto para o qual foram reunidas tantas contribuições é o do respeito à vida, à democracia, à justiça, à inclusão social. É o projeto do emprego digno, do salário decente, da comida no prato de todos os brasileiros e todas as brasileiras, da proteção previdenciária, dos direitos e das oportunidades para todas e todos. É o projeto da valorização da saúde, da educação, da preservação ambiental, do respeito às mulheres, à população negra e à diversidade brasileira. É o projeto da ciência e tecnologia, da inovação, da reindustrialização, do desenvolvimento sustentável e da reintegração soberana do Brasil no mundo.

Ao final de 2022, momento em que o País celebrou o Bicentenário da Independência, foi devolvida, ao povo brasileiro, a oportunidade de voltar a sonhar e de construir uma vida melhor para todas e todos. É a oportunidade do reencontro histórico com um projeto de Nação alicerçado no compromisso com a paz, o diálogo, a democracia, a inclusão e a justiça social.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Inovação no processo de transição: a experiência dos grupos técnicos e a participação social como método

A alternância de poder é elemento central da democracia. Um processo de transição institucionalizado e orientado por normas e procedimentos claros cria as condições necessárias para que o Governo eleito possa ter conhecimento da situação dos serviços públicos e da máquina pública e implementar mais rapidamente as diretrizes e propostas que foram referendadas nas urnas pelo voto popular.

A institucionalização do processo de transição de governo foi inaugurada na passagem de poder de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, com a criação de um arcabouço legal e um conjunto de regras que permitiram uma passagem de poder ordenada e republicana. Na ocasião, foram estabelecidos prazos, regras e procedimentos para disciplinar o processo democrático de transição governamental. Além de pôr à disposição da equipe de transição do governo eleito recursos, infraestrutura e cargos da Administração Federal, custeados pelo Tesouro Nacional, o governo de FHC viabilizou o acesso a informações indispensáveis para o início da atuação do novo governo. Havia um claro intuito de não apenas disciplinar aquela passagem de poder, mas também de conferir caráter institucional ao processo, de maneira a assegurar futuras transições governamentais.

Na atual conjuntura, o Gabinete de Transição do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do Vice-Presidente Geraldo Alckmin inova ao



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

incorporar e trazer a participação social para o centro do processo de transição ocorrido em 2022. Foram criados 32 Grupos Técnicos (GTs), de maneira a contemplar a participação de diversos setores sociais e grupos de interesse nas suas respectivas áreas de atuação. Também participaram da transição profissionais com reconhecida trajetória e conhecimento técnico, além de parlamentares com atuação nas mais diversas temáticas sob análise. A composição dos GTs teve como diretriz a valorização da diversidade regional, de gênero e de raça, de maneira a estimular olhares diversos e plurais para um diagnóstico mais abrangente possível.

Os Grupos Técnicos foram organizados pelos seguintes temas: i) agricultura, pecuária e abastecimento; ii) centro de governo; iii) cidades; iv) ciência, tecnologia e inovação; v) comunicações; vi) comunicação social; vii) cultura; viii) desenvolvimento agrário; ix) desenvolvimento regional; x) desenvolvimento social e combate à fome; xi) direitos humanos; xii) economia; xiii) educação; xiv) esportes; xv) igualdade racial; xvi) indústria, comércio e serviços; xvii) infraestrutura; xviii) inteligência estratégica; xix) justiça e segurança pública; xx) juventude; xxi) meio ambiente; xxii) minas e energia; xxiii) mulheres; xxiv) pesca; xxv) planejamento, orçamento e gestão; xxvi) povos originários; xxvii) previdência social; xxviii) relações exteriores; xxix) saúde; xxx) trabalho; xxxi) transparência, integridade e controle; e xxxii) turismo.

Os GTs tiveram a missão de produzir relatórios com informações acerca do funcionamento e da atuação de praticamente todos os órgãos da Administração Pública Federal. Os 32 relatórios setoriais produzi-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

dos pelos GTs foram entregues aos respectivos ministros e ministras empossados, sendo que alguns dos documentos contêm informações reservadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), como no caso de Defesa e Inteligência. Os documentos produzidos, elaborados com base nesse princípio orientador, cumpriram dois objetivos básicos. Em primeiro lugar, formular diagnósticos setoriais em suas respectivas áreas de abrangência, cujos principais resultados estão sintetizados no Relatório Final da Transição. Em segundo lugar, reunir e sistematizar informações essenciais para o início do trabalho dos ministros e das ministras e de suas equipes, incluindo principais emergências orçamentárias, alertas acerca de programas e políticas que demandariam ação imediata, atos normativos que deveriam ser revogados ou reformulados, avaliação de programas e políticas de cada área de atuação governamental, e sugestões de estruturas organizacionais mais adequadas para os desafios do novo Governo.

Historicamente, esses diagnósticos eram elaborados por equipes de transição compostas basicamente por servidores públicos requisitados e por profissionais indicados pelo novo Governo. O Gabinete de Transição não apenas inovou ao incorporar a participação social nas discussões promovidas pelos GTs, como também estimulou o envolvimento desses atores políticos no processo de construção das análises acerca do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. A pluralidade de demandas e perspectivas que emergiram nas reuniões dos Grupos Técnicos permitiu a produção de diagnósticos mais representativos e socialmente orientados.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Além dos membros designados formalmente para composição dos GTs, cada Grupo contou com participação de servidores e colaboradores voluntários, que contribuíram com seus olhares, suas experiências e seus conhecimentos específicos. Adicionalmente, muitos GTs promoveram escutas e rodadas de reuniões com organizações da sociedade civil, representantes de entidades, movimentos sociais, sindicatos e associações de trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações internacionais, entre outros.

Foi o caso, por exemplo, do GT de Igualdade Racial, que realizou webinar nacional para colher sugestões e contribuições para o trabalho do grupo, com participação de 1.200 pessoas. O GT de Meio Ambiente também realizou plenária com a sociedade civil, que contou com a participação de mil pessoas. Além dessas reuniões e escutas, foram recebidos diversos insumos para as discussões dos GTs, em forma de cartas abertas, ofícios, relatórios e listas de alertas que compõem um repositório de diretrizes, orientações e sugestões de ações emanadas da sociedade para o Governo eleito.

Esse trabalho realizado com comprometimento político e competência técnica foi empreendido sem que houvesse reajuste no orçamento disponível para a transição governamental. Apesar dos valores defasados, os recursos não foram integralmente executados e o custo desta transição foi exponencialmente menor do que a anterior. Dos 50 cargos disponíveis foram utilizados apenas 22; a ampla maioria do trabalho foi voluntário, o que evidencia a disposição republicana de centenas de brasileiros e brasileiras para a reconstrução do País.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Além dos Grupos Técnicos, o Gabinete de Transição criou outras duas instâncias de participação, que também contribuíram para a pluralidade do processo: o Conselho Político e o Conselho de Participação Social. O Conselho Político auxiliou na coordenação dos trabalhos do Gabinete, analisando o cenário geral e dando contribuições acerca dos desafios políticos, como no caso da elaboração e tramitação da PEC do Bolsa Família. O Conselho de Participação Social, por sua vez, reuniu mais de 50 entidades e contribuiu com a formulação da futura política nacional de participação social e sua relação com a sociedade civil.

Neste momento, em que a democracia e a participação estiveram ameaçadas e desafiadas, o fortalecimento institucional do processo de transição de governo, com a participação efetiva de diversos setores sociais, é instrumento indispensável à promoção do diálogo social e à valorização das práticas democráticas, tão essenciais para o desenho e a implementação das políticas públicas para a construção de um Brasil mais plural, democrático, justo, inclusivo e solidário.

1. Radiografia do desmonte do Estado e das políticas públicas

Nesta seção, será apresentada uma caracterização geral do processo de desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas em âmbito federal, considerando as contribuições reunidas nos relatórios setoriais elaborados pelo GTs da Transição de Governo.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A herança do governo anterior é a desorganização do Estado e o desmonte dos serviços públicos essenciais. Esses processos foram contínuos, abrangentes e sistemáticos, sendo parte do seu projeto político-ideológico de redução e enfraquecimento institucional do Estado. O desmonte respondeu a uma lógica de menos direitos para a maioria e mais privilégios para uma minoria.

Durante o governo anterior, sob a égide da [Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016](#), exacerbou-se um processo de enrijecimento dos gastos reais primários, no que diz respeito ao desfinanciamento das políticas públicas de saúde, previdência, assistência social, dentre outras. No entanto, para atender às próprias necessidades de sustentação política, o último governo furou, em quatro anos, o Teto de Gastos por cinco vezes, gerando despesas no valor de cerca de R\$ 800 bilhões.

As consequências são bastante perniciosas, não apenas no que diz respeito às estruturas do Estado, mas também no que toca ao comprometimento de direitos e políticas públicas de modo geral. Ao final, é a própria população brasileira, em especial a parcela mais vulnerável, que mais vem sofrendo com a ausência ou precarização dos serviços públicos.

O legado dos últimos quatro anos do governo anterior é perverso. Ele deixa para a população o reingresso do Brasil no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU): hoje, 33,1 milhões de brasi-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

leiros passam fome e 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país, vivem com algum grau de insegurança alimentar.

Os cortes no orçamento da saúde para 2023 são da casa de R\$ 10,47 bilhões, o que inviabiliza programas e ações estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS), tais como Farmácia Popular, saúde indígena e o programa HIV/Aids. Tudo isso sem contar a fila dos atendimentos especializados, que cresceu de forma vertiginosa após a pandemia.

Na educação, o governo anterior mostrou seu descompromisso com o futuro. Cortou deliberadamente recursos, não contratou a impressão de livros didáticos e colocou em risco a qualidade do ano letivo em 2023. E contribuindo para ampliar a evasão escolar que cresceu com a pandemia, o governo anterior congelou durante quatro anos, em R\$ 0,36 centavos por aluno, a parte da União para a merenda escolar.

Também sob o governo anterior, o Brasil bateu recordes de feminicídios. As políticas de igualdade racial sofreram severos retrocessos; produziu-se um desmonte das políticas de juventude; e os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados na história recente do País.

Na estrutura ocupacional no setor público federal, o assédio institucionalizado, a precarização laboral, a redução de pessoal e os sete anos sem reajuste para o funcionalismo tornaram mais precário o serviço prestado à população.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A falta de planejamento impediu a modernização da gestão pública, que sofreu com o esvaziamento completo do Plano Plurianual (PPA) e suas estruturas e funções de gestão e burocracias correlatas.

A dimensão da participação social em âmbito governamental enfrentou paralisações e retrocessos institucionais. Em praticamente todas as três grandes áreas de políticas públicas para o desenvolvimento nacional – desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania – houve claro retrocesso participativo e o desmonte dos principais instrumentos e mecanismos de relacionamento Estado/sociedade.

Quanto ao legado do governo anterior no âmbito das políticas ambientais e climáticas, é notório o rebaixamento organizacional e a falta de compromissos com os acordos internacionais. A destruição ambiental nos dois últimos anos foi a maior em 15 anos. Em quatro anos, o governo anterior destruiu 45 mil km² com desmatamento só na Amazônia.

O programa de desestatização caracterizou-se por decisões erráticas que implicaram em desnacionalização patrimonial e perda de soberania nacional, bem como na desarticulação dos investimentos públicos indutores e multiplicadores dos investimentos privados e do próprio crescimento econômico. Os consumidores de energia elétrica poderão pagar uma conta que pode chegar a R\$ 500 bilhões nos próximos anos, em razão de uma série de ações tomadas pelo governo anterior no setor elétrico.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

No tocante às relações federativas, o governo anterior foi responsável pela maior crise do sistema federativo desde a redemocratização. A União provocou desunião. Observou-se o enfraquecimento dos elos federativos em torno das principais políticas setoriais da área de desenvolvimento social e garantia de direitos. O maior exemplo foi o papel desarticulador do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

No que diz respeito à relação entre os três Poderes e o respeito aos preceitos constitucionais, a Presidência da República anterior adotou atitude de enfrentamento aos demais poderes, bem como ação contínua de afronta aos marcos legais do regime democrático.

Em relação à política externa brasileira, o Governo isolou o país de seus vizinhos e dos âmbitos multilaterais, e não pagou cotas a organismos internacionais, deixando o Brasil sem voto nesses fóruns. Sob a égide do governo anterior, constata-se um profundo rebaixamento e desprestígio internacional do País no concerto das nações.

Na sequência, com base nas contribuições provenientes dos GTs setoriais, será possível compreender a extensão e a complexidade desse processo de desmonte do Estado brasileiro e o quanto ele é nefasto para a população, em particular a mais necessitada.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

1.1 Desenvolvimento social e garantia de direitos

Desenvolvimento social

A volta do flagelo da fome ao País é o indicador mais relevante do desmonte das políticas de desenvolvimento social ocorrido nos últimos quatro anos. Um futuro com comida na mesa e mais dignidade para as 33 milhões de pessoas em situação de grave insegurança alimentar demandam a imediata retomada do conjunto de políticas públicas que o Brasil implementou com sucesso nos governos do PT.

Para isso, o Governo eleito precisará reverter o quadro encontrado, no qual as políticas de transferência de renda, os programas de segurança alimentar e nutricional e a oferta de serviços sociais estão completamente desorganizadas e contam com previsão orçamentária reduzida ou, por vezes, quase inexistentes.

A implementação improvisada do Auxílio Brasil desarranjou todo o sistema de transferência de renda em funcionamento há quase 20 anos e trouxe o caos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em razão de sucessivas mudanças, o programa perdeu o foco, tratou de maneira igual os desiguais e levou milhões de pessoas para as filas nas portas dos serviços socioassistenciais. As condicionalidades em saúde e educação foram alteradas e estão fragilizadas. Por exemplo, o total de crianças menores de 7 anos com acompanhamento vacinal passou de 68%, em 2019, para 45%, em 2022.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Apenas 60% dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) estão atualizados. O Cadastro também está desfigurado: das cerca de 40 milhões de famílias inscritas, 13,9 milhões compõem arranjos unipessoais. Isso tem impacto não apenas na concessão do Auxílio Brasil, mas também em outros 30 programas que utilizam o Cadastro, inclusive os programas de transferência de renda de estados e municípios. O governo anterior incluiu milhares de pessoas no CadÚnico e ameaçou retirá-las em função da má gestão e da falta de recursos.

Dados do Ministério da Cidadania informam que R\$ 9,5 bilhões de empréstimos consignados para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram concedidos nas vésperas da eleição. A Caixa Econômica Federal o fez sem respeitar a Lei das Estatais, com taxas de juros exorbitantes. Nenhum dos grandes bancos do País aderiram ao programa dado seu risco, o que foi viabilizado por medida provisória, convertida na [Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022](#). Assim, um a cada seis beneficiários do Auxílio Brasil contraiu empréstimo consignado. Essas pessoas terão até 40% do valor de seu benefício comprometido, mesmo que não permaneçam no programa. A medida, claramente eleitoreira, vai na contramão das políticas de proteção social, colocando em risco benefícios futuros.

O SUAS viu seu financiamento minguar e sofrer redução de 96% no orçamento para 2023, comparado ao de 2022, que já era bem menor do que o de 2018. O valor previsto para o financiamento do SUAS era de apenas R\$ 50 milhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esse valor não é suficiente sequer para um mês de funcionamento



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

dos equipamentos de proteção básica e especial, bem como das unidades de acolhimento. Com esse cenário, há risco real de paralisação do SUAS.

A rede física de equipamentos é praticamente a mesma de 2016, e a oferta de serviços socioassistenciais encolheu justamente no momento em que se observou o empobrecimento do País. O número de pessoas em situação de rua aumentou nas grandes e pequenas cidades, mas os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) estão concentrados apenas nas cidades de grande porte. Até o momento, a quantidade de equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social tem sido insuficiente.

A maior parte das alterações dos programas de transferência de renda e dos serviços socioassistenciais foi feita sem qualquer tipo de pactuação com órgãos colegiados, como o Conselho Nacional de Assistência Social e a Comissão Tripartite, e houve grande fragilização da relação com estados e municípios. A rede SUAS está sobrecarregada, com sistemas administrativos defasados, alta rotatividade de profissionais e baixos salários, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais.

A fila de espera para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) contava, em dezembro de 2022, com mais de 580 mil pessoas; o tempo médio para a concessão do benefício passou de 78 para 311 dias, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU).



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Em relação à política de segurança alimentar e nutricional, houve um completo desmantelamento. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi desativado e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) não teve nenhum papel relevante durante todo esse período. Quase todos os programas tiveram orçamento reduzido, dependentes cada vez mais de emendas parlamentares para garantir alguma execução.

O Programa Cisternas, que já atendeu mais de 1 milhão de famílias com tecnologias sociais de acesso à água, não chegou em 2022 nem próximo a 1 mil cisternas entregues. O Programa Fomento Rural teve orçamento reduzido e desvios de função. Foram adotados mecanismos de compra ineficientes para a aquisição de cestas básicas e existe um passivo enorme de prestação de contas, a partir de 2023. Por outro lado, os equipamentos públicos de segurança alimentar, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e centrais de distribuição de alimentos da agricultura familiar, vêm sendo desmontados. Os recursos são irrisórios para 2023.

Diante do desmonte verificado, a tarefa de reconstruir toda a rede de proteção social representa um enorme desafio. Será necessário retomar a atuação coordenada entre os ministérios para promover o desenvolvimento social com redução da pobreza e das desigualdades e a erradicação da fome no País.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Educação

Desde o início do governo anterior a política de educação foi negligenciada, tratada como instrumento para a guerra cultural e com aparelhamento ideológico. Trocas de ministros, denúncias de corrupção e crises na oferta dos serviços públicos foram a tônica desse mandato.

Nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula, houve um forte investimento em educação, com iniciativas de creche a pós-graduação. Antigos programas foram ampliados e aperfeiçoados e novos foram criados. As conquistas observadas nesse período foram comprometidas a partir de 2016, tendo sido intensificado o processo de desmonte das políticas educacionais, bem como os ataques às universidades, aos institutos federais, aos professores e aos estudantes, durante o governo anterior.

De 2019 a 2022, o Ministério da Educação (MEC) e suas autarquias sofreram retrocessos institucionais, orçamentários e normativos, observando-se falta de planejamento; descontinuidade de políticas relevantes; desarticulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais e da rede federal de ensino; incapacidade de execução orçamentária; e omissões perante os desafios educacionais. Além disso, houve graves indícios de corrupção que precisam ser investigados.

O descaso com a educação atingiu diversos programas, como os de alimentação escolar; construção de creches e escolas; organização curricular; ampliação do tempo integral; iniciação à docência, entre



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

outros. As poucas iniciativas adotadas foram tardias, beneficiaram um limitado número de estudantes e estiveram desconectadas das necessidades reais, como no caso da estratégia de formação de professores por meio de plataformas de educação a distância, sem coordenação nacional, incentivo e valorização dos educadores.

Em consonância com a forte tradição de participação social na área de educação, destaca-se a importância da recriação de uma série de comissões e comitês que foram extintos desde 2019, como o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Também constituem desafios a retomada de comissões paralisadas, a exemplo do CGProuni; o aperfeiçoamento de conselhos em funcionamento, como o Conselho de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); e a criação de novos conselhos, como o Conselho Consultivo de Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior, com ampla participação de organizações que militam na área educacional.

Outras questões preocupantes dizem respeito ao não cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e a não instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), cuja implementação é urgente. Também merecem atenção a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a reforma do ensino médio; a concessão de bolsas de pós-graduação, iniciação à docência, iniciação científica e ensino médio e técnico; as políticas de cotas para estudantes do ensino superior; a educação profissional e tecnológica; a estrutura das



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

autarquias vinculadas ao MEC; e as ações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

É importante lembrar que, nos últimos anos, as políticas e os programas educacionais foram afetados por sucessivos e sistemáticos cortes de recursos. O valor previsto no orçamento de 2023, descontadas as transferências obrigatórias aos entes subnacionais para a educação básica, é inferior em R\$ 18,5 bilhões à média do valor comprometido no período 2015-2021, e inferior em R\$ 9,2 bilhões ao de 2021, que já havia sido o pior ano de toda a série. É urgente, portanto, recompor o orçamento do MEC, considerando as prioridades do novo Governo e as principais emergências orçamentárias identificadas.

Um ponto que merece destaque é que, nos últimos anos, o MEC implementou diversas ações educacionais alinhadas a uma pauta atrasada e com uma visão divergente das políticas que, comprovadamente, asseguram uma educação pública de qualidade a todas e todos. As normas educacionais mais recentes refletem esse movimento de ideologização, precarização e constrangimento da educação pública.

Além da necessidade de revogação de normas em desconformidade com um projeto de educação pública, gratuita, laica e democrática – sem gerar insegurança jurídica e desorganização das redes de ensino –, é indispensável recuperar a capacidade operacional em áreas críticas para a execução das políticas, seja no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), seja no MEC ou em outras autarquias,



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

a exemplo das áreas de licitação, empenho, contratos, pagamento e tecnologia da informação, sob risco de comprometer ações de grande relevância, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), além da dificuldade de recursos para o pagamento de bolsas, como evidenciado pelo caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Saúde

A primeira constatação na área de saúde é que o País ainda convive com uma grave crise sanitária. Além das quase 700 mil mortes pela Covid-19, a pandemia exacerbou o quadro de deterioração da saúde, na contramão de melhorias substantivas que estavam em curso no País, com base na Constituição de 1998, a qual definiu a saúde como direito universal e possibilitou a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) para a sua efetivação. Desde 2016, observa-se a piora generalizada em indicadores de saúde, tais como: i) redução da taxa de coberturas vacinais, com alto risco de reintrodução de doenças como a poliomielite; ii) queda acentuada de consultas, cirurgias e procedimentos diagnósticos e terapêuticos realizados pelo SUS, na atenção básica, especializada e hospitalar, atrasando o início do tratamento de doenças crônicas, tais como cânceres e doenças cardiovasculares, entre outras; iii) retorno de internações por desnutrição infantil provocadas pela fome; iv) estagnação na trajetória de queda da mortalidade infantil; e v) aumento de mortes maternas.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O grave quadro sanitário brasileiro decorre de um conjunto de retrocessos institucionais, orçamentários e normativos que levaram ao desmonte das políticas de saúde e que afetaram o funcionamento de diversas áreas do SUS. A degradação da autoridade sanitária nacional e do papel de coordenação e articulação do Ministério da Saúde (MS) foram fatores-chave na desestruturação de políticas e programas até então bem-sucedidos, como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Mais Médicos, a Farmácia Popular, a IST-Aids e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Também foram seriamente afetados os serviços que compõem as redes assistenciais do SUS, como atenção básica, saúde mental, saúde da mulher, urgência, pessoa com deficiência, entre outros.

De 2018 a 2022, estima-se que as perdas do SUS, em decorrência da [EC nº 95/2016](#), chegaram a quase R\$ 60 bilhões, descontando-se os gastos autorizados por medida provisória relacionados à Covid-19. Além disso, para 2023, a saúde sofreu o impacto da desorganização provocada pela proposta de orçamento do Governo, com consequências deletérias para programas como o Farmácia Popular e o Mais Médicos/Médicos pelo Brasil e para a saúde indígena, entre outros. Também é altíssimo o risco de colapso de serviços essenciais por falta de financiamento federal e por comprometimento da compra de insumos essenciais, incluindo vacinas e medicamentos em geral.

Diante desse quadro crítico, é urgente recuperar o orçamento da área de saúde, bem como estabelecer medidas de resgate da autoridade sanitária e da capacidade técnica do MS para a coordenação nacional,



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tripartite e participativa da gestão do SUS. Isso é essencial para que as demais prioridades da área possam ser efetivadas, como o resgate das altas coberturas vacinais por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI); o fortalecimento da capacidade de resposta à Covid-19 e outras emergências de saúde pública; e o enfrentamento das filas na atenção especializada.

Nesse sentido, é premente um esforço concentrado nacional para reduzir as filas de espera para diagnósticos e tratamentos de doenças cardiovasculares, cânceres e cirurgias de baixa e média complexidade – todas muito afetadas pela pandemia. Esse esforço deve estar articulado a ações estruturantes para a reorganização da atenção básica resolutive e integrada nas diferentes regiões do País. Também é importante conferir prioridade à recuperação das áreas de saúde mental, da mulher, da criança e do adolescente, da população indígena, bem como a adoção de uma diretriz antirracista na política nacional de saúde no Brasil. O mesmo olhar deve recair sobre alguns programas bem-sucedidos, que foram desmantelados nos últimos anos. É o caso da recuperação da Farmácia Popular, como parte da assistência farmacêutica do SUS; da retomada do estímulo ao desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde; e da transformação digital do SUS. Da mesma maneira, é urgente a verificação das condições de suporte, insumos e contratos em geral, seriamente comprometidas sob a gestão do governo anterior. Essas medidas são fundamentais para a retomada do desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro público, universal, integral e gratuito.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Com relação aos colegiados de participação social, que foram desarticulados e desacreditados, impõe-se o resgate do compromisso com o fortalecimento do Conselho Nacional de Saúde (CNS), indispensável ao controle social e à gestão participativa no SUS; a retomada das conferências nacionais de saúde; e a recriação de diversas instâncias de participação social, como o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) e a Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde.

Trabalho

A situação atual da área de trabalho e emprego reflete o descaso e a ação deliberada do governo anterior em subordinar a sua atuação à agenda ultraliberal da área econômica, aprofundar o processo de flexibilização da proteção ao trabalho, desmontar e combater a organização sindical e coibir as práticas de negociação tripartite e diálogo social.

Mesmo com a recriação, em 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), não se alterou o caráter secundário e subordinado conferido às questões trabalhistas. Além da estrutura precária do MTP, alguns instrumentos de gestão continuaram nas mãos do Ministério da Economia, do qual o MTP depende para contratos administrativos e até mesmo para a gestão de pessoas.

Alterar esse quadro de degradação institucional é indispensável para que as políticas de trabalho voltem a ter centralidade no processo de desenvolvimento do País. Isso passa pela reestruturação da área como



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

unidade institucional autônoma, bem como pelo restabelecimento da parceria com estados e municípios e a reorganização de estruturas descentralizadas que compõem o sistema público de trabalho, emprego e renda, sucateadas nos últimos anos.

Da mesma forma, o orçamento destinado às políticas na área do trabalho foi continuamente reduzido na gestão anterior, chegando a irrisórios R\$ 397 milhões, em 2022. Ao mesmo tempo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem registrado seguidos superávits, deixou de cumprir a sua finalidade constitucional no financiamento das políticas de trabalho. Outra importante fonte de recursos, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) também foi enfraquecido e descapitalizado.

Todas as políticas ativas de emprego estão fragilizadas em decorrência do contínuo subfinanciamento a que foram submetidas nos últimos quatro anos. O sistema público de intermediação de mão de obra está sucateado, com limitada capacidade de apoiar a recolocação de trabalhadores, e a mudança no sistema de repasse de recursos para os estados, por meio do modelo fundo a fundo, ainda não se completou.

Na área de qualificação social e profissional, o quadro é de ausência completa de política. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi abandonado e o Programa Novos Caminhos não saiu do papel, ou se limitou a ações pontuais e discutíveis, como o Caminho Digital. Registrou-se ainda a paralisia da política de aprendizagem profissional, fundamental para a prevenção e erradica-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ção do trabalho infantil e para a inserção profissional de jovens, praticamente zerando as oportunidades nesse âmbito.

O governo anterior também não poupou a inspeção do trabalho. Houve perda de autonomia normativa, técnica, financeira e de gestão nos últimos quatro anos. Quase metade do quadro de auditores fiscais do trabalho autorizados em lei estão vagos. E o orçamento destinado às funções de fiscalização é insuficiente para a manutenção das unidades regionais, responsáveis pelas ações de fiscalização.

A reversão desse quadro é necessária para assegurar o enfrentamento aos descumprimentos da legislação trabalhista, a garantia de direitos de saúde e segurança no trabalho, o cumprimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência, o combate às fraudes e a todas as formas de discriminação no emprego e na ocupação, bem como o fortalecimento das políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo que eram, até recentemente, referência mundial.

Entusiasta da reforma trabalhista de 2017, o governo anterior avançou ainda mais no desmonte da legislação do trabalho, utilizando todos os instrumentos normativos à sua disposição para flexibilizar a regulação laboral e enfraquecer as entidades sindicais. Frente ao aumento do trabalho por meio de plataformas digitais, não houve qualquer iniciativa para proporcionar um mínimo de proteção trabalhista e previdenciária. Também foi abandonada a política de valorização do salário míni-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

mo, instrumento fundamental para a elevação da renda do trabalho, a redução das desigualdades e a dinamização da economia.

Outros problemas recorrentes foram a perseguição a lideranças sindicais e a asfixia financeira de suas entidades, prevalecendo uma política antissindical, o esvaziamento de fóruns tripartites e a recusa ao diálogo social. Além disso, o Brasil assumiu posições regressivas em matéria trabalhista na área internacional, abandonou o diálogo sobre trabalho no âmbito da cooperação Sul-Sul e se juntou a países que buscam enfraquecer a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seus mecanismos de regulação.

Previdência Social

A Previdência Social e a Seguridade Social são um dos mais importantes mecanismos de proteção e desenvolvimento social do País. Os benefícios monetários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sustentam, direta ou indiretamente, mais de 90 milhões de brasileiros, e a Seguridade é fonte de renda para cerca de 140 milhões de cidadãos. Atualmente, 78% dos idosos têm nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) uma de suas principais fontes de rendimento familiar.

Os avanços sociais expressos na Constituição de 1988 proporcionaram a inclusão dos idosos rurais e urbanos; o combate ao êxodo rural; o apoio à agricultura familiar; e a promoção da economia regional, especialmente por seu papel redistributivo nos municípios mais pobres.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Também foram reduzidas a desigualdade de renda e a situação de pobreza dos mais velhos. As medidas adotadas pelo Governo Federal, a partir de 2016, ameaçam essas conquistas e colocam o Governo eleito diante do desafio de reconstruir a Seguridade Social e a Previdência Social.

Um dos principais desafios nesse âmbito consiste no enfrentamento da dramática exclusão do RGPS, que se ampliou nos últimos anos. Isso requer crescimento econômico e geração de emprego com carteira assinada. Também é necessária a revisão dos marcos regressivos das reformas trabalhista e previdenciária, que criaram regras de acesso ao Regime Geral equivalentes ou mesmo superiores às praticadas por países desenvolvidos e que desconsideram a dramática realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, merecem especial atenção as questões relativas à inclusão previdenciária dos cerca de 50% dos trabalhadores que não participaram do mercado formal de trabalho durante a maior parte ou de toda a sua vida laboral; que não conseguem integralizar as carências contributivas mínimas para a aposentadoria; e que não se enquadram nas exigências para acesso ao BPC. Outro ponto importante diz respeito à atenção às vítimas da Covid-19 e suas famílias, que sofreram perda de renda em decorrência da pandemia.

O enfrentamento adequado desses desafios remete a outro problema: a desestruturação institucional do setor, iniciada em 2016, que, sob o governo anterior, culminou na extinção do Ministério da Previdência e



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

a transferência de suas atribuições para a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi transferido para o extinto Ministério do Desenvolvimento Social, e, depois, para o Ministério da Economia e o Ministério do Trabalho e Previdência. A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e a perícia médica continuaram vinculadas ao Ministério da Economia.

Assistiu-se também a uma política que se traduziu no represamento de direitos para a redução forçada de gastos, com graves consequências administrativas e sociais. Os casos mais paradigmáticos foram: a redução do quadro de servidores do INSS; o fechamento de agências físicas; a desatualização cadastral que limita a concessão automática de direitos; a precariedade do serviço de teleatendimento; a migração do atendimento presencial para canais remotos; as dificuldades com o uso dos canais *on-line*; as limitações técnicas do canal digital; e o uso de automatização na concessão de benefícios com base em protocolos imprecisos, levando a indeferimentos desnecessários.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) também sofreram mudanças em decorrência da última reforma previdenciária, a qual trouxe o risco de financeirização dos planos de benefícios e menor proteção previdenciária, com prejuízos aos servidores públicos. O novo Governo terá que reorganizar as regras de funcionamento desse segmento, em sintonia com as melhorias introduzidas nos regimes próprios no período de 2003 a 2015. Também é necessária a melhoria na gestão do RPPS, com a implantação de um Sistema Integrado de Dados e do eSocial e o



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tratamento mais adequado da Compensação Previdenciária (Comprev), além de outras medidas de natureza tributária sobre normas gerais aplicáveis a todos os entes federados e acerca do Regime de Previdência Complementar do setor público, a Funpresp.

Nos últimos anos, houve ainda a tentativa de sucateamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com ataques sistemáticos à imagem e à credibilidade do sistema e de seus dirigentes, e o favorecimento de bancos e seguradoras. Tiveram lugar diversas resoluções do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC), para flexibilizar os direitos dos participantes, facilitar a retirada de patrocínio, alterar benefícios e critérios de reajuste de assistidos por esses planos, instituir planos com baixo nível de contribuição e benefícios reduzidos, dentre outras medidas que punem os participantes e assistidos em vez de proteger seus direitos, como é dever do Estado.

Em suma, é extensa a lista de questões e demandas que deverão exigir máxima atenção do ponto de vista legislativo, orçamentário e de garantia de direitos aos cidadãos, tanto no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), como também dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Cidades

O Ministério das Cidades foi essencial para a formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Estatuto das Cidades. De 2003 a 2016, o governo investiu R\$ 715 bilhões



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nas políticas urbanas (média de R\$ 50 bilhões por ano), com destaque para o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que contratou 4,2 milhões de moradias até 2016, sendo 1,6 milhão para famílias de baixíssima renda.

A partir de 2016, o investimento na área foi drasticamente reduzido, tendência que se aprofundou sob o governo anterior, quando foram extintos o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades. No PLOA de 2023, registrou-se uma redução de recursos para o setor urbano da ordem de 90% em relação a 2022, o que deverá provocar a paralisação de obras em andamento com recursos do Orçamento Geral da União.

O MCMV foi transformado no Programa Casa Verde Amarela, que zerou as contratações para a baixa renda, afetando sobretudo a população mais carente e vulnerável em termos habitacionais. O corte de recursos destinados à produção habitacional e às obras de infraestrutura urbana, além dos prejuízos às famílias e às cidades, representa uma perda de oportunidade para a promoção do crescimento econômico. O recurso público aplicado no setor contribui para um ciclo virtuoso, que aumenta a arrecadação tributária, gera emprego e renda e movimentada a cadeia da construção civil e outros setores da economia. Os programas de habitação têm potencial de gerar 1,5 milhão de empregos anuais, considerando a média do MCMV, observada no período 2009-2022, além de responder às necessidades habitacionais da população de baixa renda.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Na habitação, os reflexos do desmonte são percebidos no aumento em mais de 32 mil pessoas em situação de rua, somente nos últimos dois anos, totalizando mais de 178 mil pessoas; nas mais de 1 milhão de pessoas despejadas ou ameaçadas de despejo, durante a pandemia; no déficit habitacional de 5,9 milhões de domicílios; e nos mais de 5,1 milhões de domicílios em aglomerados subnormais (IBGE, 2019).

Na área de mobilidade urbana, foi interrompida a expansão dos sistemas de média e alta capacidades de transporte público. Há uma crise de demanda e esgotamento do atual modelo de remuneração dos serviços pela tarifa, com sucessivos aumentos de tarifas e perda da capacidade de pagamento dos usuários. Esse cenário foi agravado pela pandemia: o déficit estimado entre a receita e os custos operacionais dos prestadores, no período de março de 2020 a junho de 2021, correspondeu a R\$ 16,7 bilhões, nos sistemas de ônibus, e R\$ 12,5 bilhões, nos sistemas sobre trilhos (Agência Nacional de Transportes Públicos – ANTP). Assim, houve a deterioração das condições de mobilidade urbana nas cidades, com o sucateamento das infraestruturas de transporte urbano.

A gestão de riscos e prevenção a desastres climáticos também foi desarticulada, mesmo diante de um cenário de aumento de eventos climáticos extremos. Houve ainda uma redução de 99,5% na previsão orçamentária para saneamento, em 2023, o que deve afetar obras em andamento, o início de obras aprovadas e/ou licitadas pela Caixa Econômica e a retomada de obras paralisadas nos últimos anos.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Diante do claro desmonte das políticas públicas até então conduzidas pelo Ministério das Cidades, o novo Governo se vê diante da necessidade de redesenhar e retomar os programas considerados necessários à reconstrução da política habitacional do País, tendo como diretriz a redução das desigualdades urbanas e a promoção da transição ecológica nas cidades.

Cultura

A área da cultura foi um dos principais alvos do desmonte promovido pelo governo anterior, com impactos negativos sobre o orçamento destinado à pasta, as estruturas públicas de gestão da cultura, o acesso e o exercício dos direitos culturais e as atividades artísticas e dos trabalhadores da cultura. O governo anterior amplificou o discurso de criminalização das artes e da cultura, com impactos agudos sobre artistas, trabalhadoras e trabalhadores do setor cultural.

O governo anterior promoveu o maior retrocesso dos últimos 20 anos na execução do orçamento destinado à cultura. A partir da extinção do Ministério da Cultura (MinC), em 2019, o então Governo Federal reduziu em quase metade a execução orçamentária da área cultural, que já era declinante. Desde 2016, houve uma perda de 85% no orçamento da administração direta e de 38% no da administração indireta. O Fundo Nacional de Cultura (FNC), principal mecanismo de financiamento governamental do setor, teve seu orçamento reduzido em 91%. O corte foi tão acentuado que a maior parte do que restou foi canalizada para manutenção, tornando inviável qualquer atividade finalística.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

As estruturas públicas de gestão da cultura também foram destruídas ou desmontadas. O MinC deixou de existir em 2019, passando a ser uma Secretaria Especial vinculada, primeiro, ao Ministério da Cidadania e, depois, ao Ministério do Turismo. Ao mesmo tempo, a estrutura de cargos exclusiva da cultura foi absorvida por outras áreas governamentais e se reduziu para pouco mais de um terço da que existia em 2016.

Além da drástica redução de tamanho, a Secretaria virou as costas para a área cultural, cancelando editais, extinguindo políticas, descontinuando projetos, reduzindo sistematicamente o seu orçamento, perseguindo servidoras(es), sucateando instituições e publicando atos normativos autoritários que violam direitos e a diversidade cultural. O Sistema Nacional de Cultura foi negligenciado, tendo sido parcialmente desmantelado.

Como consequência do desmonte das políticas culturais, quadro agravado pela pandemia da Covid-19, a economia criativa e da cultura foi duramente impactada, provocando desemprego, fechamento de empreendimentos, precarização e vulnerabilização de trabalhadores e trabalhadoras do setor. A perda do setor cultural estimada para o biênio 2020-2021 foi de R\$ 69 bilhões.

As estimativas de participação do setor cultural na economia brasileira, em 2019, variavam de 1,2% a 2,7% do PIB, sendo que o conjunto de ocupados no setor cultural representava 5,8% do total (5,5 milhões de pessoas), atuando em mais de 300 mil empresas. Com a pandemia,



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

o faturamento do setor se aproximou de zero, já que as únicas atividades que continuaram faturando foram as relacionadas a serviços digitais, como *streaming* de vídeo e música.

Enquanto outros governos lançavam pacotes de auxílio aos seus setores culturais, quem assumiu essa tarefa no Brasil foi a oposição, com a Lei Aldir Blanc ([Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020](#)). Somente ao final de 2022, o setor voltaria ao patamar de geração de riqueza de 2019. Mesmo assim, o cenário ainda é incerto, dada a omissão e inoperância do governo anterior na área.

Com relação à participação social, o diagnóstico da área cultural reforça a tendência geral de restrição e redução da participação de setores da sociedade nas políticas públicas. Dos 25 colegiados associados às políticas culturais, dez foram extintos; três estão paralisados ou aguardando composição; um está ativo, mas com problemas na formalização e na composição; e apenas 11, ou seja, 41%, estão em funcionamento.

Enfim, é inegável o papel que a cultura deverá ter, no novo Governo, como área fundamental de apoio e estímulo à diversidade de manifestações culturais do povo brasileiro; como meio para propiciar o mais amplo acesso aos bens e serviços culturais; como instrumento indispensável ao fomento da produção cultural e à promoção de uma economia da cultura; e como parte da estratégia de retomada de desenvolvimento sustentável do País.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Esporte

O governo anterior interrompeu uma longa trajetória de valorização das políticas públicas para o esporte no País. Desde 2003, o setor vinha experimentando a ampliação de recursos e da capacidade de organização e execução de políticas públicas, além de ter ganhado maior relevância no debate público, principalmente com a realização dos dois maiores eventos esportivos do mundo no País, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A extinção do Ministério do Esporte, que se tornou uma Secretaria Especial e foi absorvida pelo Ministério da Cidadania, levou ao rebaixamento da pauta do esporte, à redução de seu orçamento e à perda de relevância no âmbito do Governo Federal. O orçamento do esporte caiu de R\$ 3,4 bilhões, em 2016, para R\$ 890 milhões em 2022. O PLOA 2023 prevê apenas R\$ 193 milhões para a pasta.

Políticas e programas voltados à prática desportiva foram descontinuados ou perderam importância. É o caso do Programa Segundo Tempo e do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut). A carência de infraestrutura esportiva nos municípios é um diagnóstico conhecido, que motivou a inclusão do esporte nos programas de investimento dos governos Lula e Dilma. Essa política de investimento em infraestrutura esportiva também foi paralisada. Da mesma forma, a Secretaria passou ao largo do crescente debate acerca dos atos discriminatórios ocorridos em atividades desportivas.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Sem uma visão estratégica clara para o setor, a Secretaria do Esporte realizou ações fragmentadas e isoladas, sem capacidade de incluir a agenda do esporte nas prioridades do País, em que pese o potencial econômico do setor e o papel que o esporte pode desempenhar na educação, na saúde, na inclusão social e no bem-estar físico e mental das pessoas.

O diagnóstico da área sinaliza para a necessidade de reinserir o fomento ao esporte na agenda nacional, com a recuperação ou redesenho de programas que já demonstraram a sua relevância para o esporte brasileiro, e, especialmente, com a ampliação e democratização da prática esportiva, sobretudo no ambiente escolar, promovendo, assim, uma cultura de paz.

Direitos humanos

No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos do governo. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas até 2015.

O MMFDH foi instrumentalizado para o cumprimento da tarefa de subverter o significado histórico dos direitos humanos, por meio do uso



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

deturpado de estruturas e recursos públicos; da celebração de parcerias com entidades estranhas à agenda do Ministério; e do comprometimento de áreas já consolidadas de enfrentamento a violações de direitos humanos.

A condução do Disque 100 é exemplo desse desmonte. Além de ter sido fragilizado pela péssima gestão contratual, o Disque 100 foi aparelhado para assediar educadores e estabelecimentos comerciais que exigiam certificado vacinal contra a Covid-19, atendendo denúncias de sujeitos identificados com a chamada “escola sem partido” e com o negacionismo da crise sanitária recente. Toda a rede de proteção, antes acionada para dar resposta a denúncias de violações, foi desarticulada. Os dados do Disque 100, que são fonte de informações para o desenvolvimento de políticas públicas, deixaram de ser divulgados.

As estruturas de participação social foram o alvo preferencial do desmonte ou da desconfiguração de políticas públicas no governo anterior. Na pasta dos direitos humanos, foram desarticulados ao menos 14 colegiados com participação social efetiva, sendo 12 alterados, com o objetivo de precarizar ou desconfigurar a participação da sociedade, e dois simplesmente extintos por revogação normativa sumária.

O orçamento dedicado às políticas de direitos humanos reforça o cenário de desprezo pelo setor. A despesa discricionária em 2022 chegou ao valor de R\$ 238 milhões, aproximadamente um terço da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015. O PLOA 2023 replicou o estado de



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

penúria do orçamento, elevando o desmonte das políticas da área a um patamar crítico.

Além dos cortes, houve baixa execução orçamentária. Até o início de dezembro de 2022, apenas 40% do orçamento da área havia sido empenhado e cerca de 21% havia sido executado. O cenário orçamentário-financeiro da pasta indica a inviabilidade da política de direitos humanos, caso não haja recomposição orçamentária a partir de 2023.

Essas três principais dimensões do desmonte – o revisionismo do significado histórico dos direitos humanos, as restrições à participação social e a precarização orçamentária –, culminaram na descontinuidade de políticas públicas importantes para a promoção e defesa de direitos humanos, como foi o caso do “Plano Viver Sem Limite” e das políticas à população LGBTQIA+ e à população em situação de rua.

Mulheres

A dimensão do desmonte provocado pelo governo anterior nas políticas para as mulheres é a expressão de um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher. Tal projeto começa na esfera simbólica, mas tem consequências concretas na desorganização e no esvaziamento das políticas públicas, na desidratação do orçamento, na desestruturação institucional e, conseqüentemente, na perda de direitos e até da própria vida das brasileiras.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

No primeiro semestre de 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios, registrando cerca de 700 casos no período. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro e mais de 230 mil brasileiras sofreram agressões físicas por violência doméstica. Os dados são do mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Embora todas as mulheres estejam expostas a essas violências, fica evidente o racismo: as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídios e 89% das vítimas de violência sexual.

Essas tragédias ocorrem no mesmo compasso do desmonte das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. No caso do Programa Mulher Viver Sem Violência, os principais eixos que garantiam a capacidade de execução foram retirados da legislação, desobrigando o Estado de cumpri-los. O orçamento do Programa foi desidratado em 90%, e a construção de Casas da Mulher Brasileira, paralisada.

O Disque 180 foi desmantelado. Esse serviço foi transferido para a Ouvidoria de Direitos Humanos e, com isso, seu papel de orientação, informação, denúncia e gestão de informação da rede de atendimento no País ficou restrito apenas a denúncias. O orçamento para esse serviço, em 2023, é de apenas R\$ 6 milhões, o que implica na paralisação do Disque-180 já nos primeiros meses do novo Governo.

Na gestão anterior, o feminicídio foi gravemente intensificado pela flexibilização da posse e do porte do uso de armas. De 2019 a março de 2022, mais de 400 mil novas armas de fogo foram registradas no País, segundo dados da Polícia Federal. Desse total, mais de 96% es-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tão em nome de homens e 4% em nome de mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, quando se considera que mais da metade dos casos de violência contra mulheres são cometidos por companheiros, ex-companheiros, pais ou padrastos e dentro de casa, é possível afirmar que isso eleva tanto o grau de escala de opressão, silenciamento e repressão sobre as mulheres, como o grau de letalidade dos homens sobre elas.

Os recursos direcionados para financiar as políticas públicas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, de 2015 a 2022, demonstram a dinâmica orçamentária perversa iniciada em 2016, com fortes cortes no orçamento da pasta. O PLOA 2023 trouxe uma redução de 90% no orçamento da área quando comparado ao de 2015.

O cenário trágico de desmantelamento das políticas para as mulheres também foi intensificado pela gestão irresponsável da pandemia da Covid-19. Para as trabalhadoras domésticas, a pandemia representou o aumento do risco à própria saúde, a queda na renda e a perda de direitos. Elas foram as primeiras a serem infectadas e as mais impactadas pelo coronavírus. A formalização dos vínculos laborais dessa categoria começou a declinar após 2016, tendência agravada na pandemia. Mesmo diante do aumento da fome, da perda de renda e direitos, o MMFDH não viabilizou ação alguma para incentivar e implementar a PEC das trabalhadoras domésticas, deixando-as ainda mais desprotegidas e vulneráveis.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A fome e a insegurança alimentar também afetam desproporcionalmente mulheres, negras e negros: um em cada cinco lares chefiados por mulheres não tem o que comer no dia a dia. Nos domicílios em que a responsável é negra ou negro, a fome aumentou de 10,4% para 18%. A fome em famílias com crianças quase dobrou.

Para além do aumento do desemprego generalizado, a taxa de desalento entre as mulheres é mais que o dobro do que entre os homens. A sobrecarga doméstica, as tarefas de cuidado e a falta de oferta de serviços públicos, como creches, prejudicam o retorno da mulher ao mercado de trabalho.

Ou seja, mesmo diante de um contexto de retomada econômica, se não houver políticas efetivas com recortes de gênero e raça, elas são as últimas a serem incorporadas – principalmente em postos mais precários, desvalorizados e informais.

Igualdade racial

As políticas de promoção da igualdade racial sofreram severos retrocessos durante a gestão anterior: estrangulamento orçamentário; desmonte de estruturas executivas e colegiadas relativas à temática; descumprimento de dispositivos legais; descontinuidade de programas; ausência de monitoramento das ações; e desarticulação de agendas intersetoriais.

Com relação ao orçamento, houve uma drástica redução de 93% desde 2015, o que reflete um processo mais amplo de esvaziamento or-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

çamentário das políticas de promoção da igualdade racial no conjunto das ações relacionadas à temática, em diferentes órgãos e entes da Administração Pública Federal. Entre os principais cortes, destacam-se a redução no programa de regularização fundiária de territórios quilombolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o estrangulamento das ações finalísticas da Fundação Cultural Palmares e as previsões irrisórias para a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

O desmonte orçamentário é também político. A antiga Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) foi rebaixada para a condição de secretaria nacional dentro do MMFDH, com o consequente enfraquecimento das estruturas institucionais dedicadas à gestão do setor.

Em um balanço geral acerca do percurso de programas e ações em curso nos últimos anos, avalia-se que dos 18 programas/ações que compunham o repertório prioritário da Seppir, em 2015, seis foram descontinuados, cinco desmantelados, seis enfraquecidos e um deles não passou por qualquer aprimoramento.

Entre os principais desmontes constatados, destacam-se:

- ausência de monitoramento da Lei de Cotas do Ensino Superior (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e da Lei de Cotas de Ingresso para o Serviço Público (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014);



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- ausência de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Lei sobre o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Indígena (Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008);
- desarticulação do esforço intersetorial da Agenda Social Quilombola e enfraquecimento das ações componentes da Agenda, resumindo-se o Programa Brasil Quilombola a ações pontuais e assistencialistas, em descumprimento inclusive das determinações judiciais da ADPF 742 (quilombolas e pandemia);
- paralisação dos esforços de regularização fundiária de territórios quilombolas, com falta de recursos, falta de pessoal e paralisação decisória no Incra;
- descontinuidade de ações fundamentais para enfrentamento à violência letal contra a juventude negra;
- enfraquecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- desmantelamento dos esforços de articulação intersetorial das agendas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e terreiros e dos povos ciganos; e



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- tentativa de destruição da Fundação Cultural Palmares por meio de medidas administrativas e manobras discursivas que visavam a ruptura do órgão com sua própria missão institucional.

Juventude

Com relação à política nacional para a juventude, o governo anterior representou o desmonte e o enfraquecimento de sua capacidade de articulação com as demais políticas públicas e de diálogo com a sociedade civil.

O setor perdeu orçamento de maneira crítica e sistemática desde 2016, o que se agravou durante a gestão anterior. O pico de investimentos na área aconteceu no período de 2005 a 2014. Desde então, a área sofreu sucessivos cortes orçamentários. Isso acarretou a desarticulação, a descontinuidade e o desmonte de políticas, programas e iniciativas importantes destinadas à população jovem.

Chama atenção o fato de que o Plano Plurianual (PPA) atual não contém um programa e ação orçamentária específicos para a juventude. A questão fica ainda mais evidente ao se analisar a execução orçamentária, em que se observa um padrão decrescente, tendo havido queda de quase 95% na execução orçamentária ao final dos últimos quatro anos.

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), incorporada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), contava com uma es-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

estrutura organizacional precária, com baixa capacidade de articulação política, de diálogo com setores organizados e de execução de políticas públicas. Ela exerceu um papel lateral e desvinculado de quaisquer objetivos estratégicos. Comparado ao papel político desempenhado pela SNJ em períodos anteriores, percebe-se uma diminuição drástica em sua relevância na estrutura da Administração Federal.

Muitos programas voltados para a juventude foram esvaziados e desarticulados, a partir de 2016, com especial ênfase no governo anterior. É o caso do Estação da Juventude, que foi sendo paulatinamente diminuído e desfigurado. Também é o caso do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, descontinuado em 2017, apesar de seus resultados positivos. Programas de outros setores, voltados à juventude, também sofreram revezes, como é o caso do Projovem Urbano, atrelado ao Ministério da Educação, que perdeu estrutura e orçamento nos últimos quatro anos.

Povos indígenas

Os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados e ignorados na história recente do Brasil como no governo anterior. Os cortes orçamentários; o desmonte das estruturas administrativas; a completa paralisação dos processos demarcatórios, somados ao aumento das invasões de terras e territórios indígenas; além da ausência de ações de prevenção e enfrentamento durante a crise sanitária da Covid-19, representam um desmonte sem precedentes na política indigenista brasileira.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A invasão das terras e dos territórios indígenas se acentuou exponencialmente nesse período, em razão de políticas de incentivo à grilagem e à exploração ilícita e indevida de recursos naturais por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas, pescadores, caçadores ilegais e narcotraficantes. Isso produziu um aumento expressivo de conflitos e violências contra os povos indígenas. Ameaças e mortes de lideranças e defensores indígenas (e não indígenas) têm sido crescentes em razão da impunidade, como mostrou o caso do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, na região do Vale do Javari (AM), que chocou o País e provocou grande e compreensível comoção internacional.

Outra consequência dessa política devastadora é a grave situação de calamidade que vem se perpetuando na terra indígena Yanomami, onde vivem, em 371 comunidades, mais de 28,1 mil indígenas, incluindo povos indígenas isolados. Configura-se, ali, uma situação de emergência humanitária, com violências sistemáticas, mortes de crianças e mulheres, destruição ambiental e adoecimento. O garimpo ilegal avançou 46% nessa região, em 2021.

A criminoso omissão do Estado na fiscalização das terras indígenas afetou os povos originários em todas as regiões. Ao paralisar completamente as demarcações, o governo anterior agravou o contexto de insegurança e as violações de cerca de 40% da população indígena, que vive em pouco mais de 1% do total da superfície demarcada atualmente no Brasil. Além de expor povos indígenas a situações de violên-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

cia e racismo, esse cenário contribui para a aceleração da destruição ambiental e a degradação dos biomas.

Durante o governo anterior, o Brasil registrou as maiores taxas de desmatamento na Amazônia desde 2006. Em contrapartida, as terras indígenas continuam apresentando os menores índices de desmatamento na Amazônia Legal, com taxas que representam apenas 1% do total desmatado na região.

Soma-se a isso o fato de que as terras indígenas são áreas protegidas que abrigam a maior parte da biodiversidade do planeta, e que as populações que nelas habitam detêm o conhecimento milenar e ancestral sobre formas de manejo e relacionamento com o universo não humano. Por isso, a paralisação das demarcações e demais ações de proteção das terras indígenas não só compromete seriamente a vida dos povos indígenas, em especial a dos isolados, mas também coloca em risco a sua própria subsistência na Terra.

Esse cenário devastador foi acompanhado e intensificado pela desorganização e pelo desmonte das estruturas administrativas relacionadas às políticas públicas indigenistas. Nos últimos cinco anos, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) foi desmantelada e sofreu drástica redução orçamentária. Nota-se que apenas 30% do orçamento do órgão financiou atividades finalísticas. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, apresentado ao Congresso Nacional, o orçamento da Funai sofreu corte de R\$ 34 milhões. Para 2023, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) conta com a previsão do



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

menor orçamento do órgão desde sua criação, tendo sofrido redução de 59% em relação ao orçamento de 2022.

A nomeação de profissionais sem experiência nos assuntos indígenas para ocupar cargos na Funai, bem como o aparelhamento do órgão por representantes de setores contrários aos direitos indígenas, contribuíram para a desestruturação total da política indigenista pública.

Políticas conquistadas ao longo de décadas nas áreas de gestão territorial e ambiental, saúde, educação, agricultura familiar e cultura foram sucateadas. Povos indígenas que vivem fora de seus territórios ou em terras não regularizadas, retomadas ou mesmo em contexto urbano, foram relegados à invisibilidade e total desassistência.

As instâncias representativas dos povos indígenas foram excluídas dos espaços de participação e controle social de políticas públicas, em razão da extinção ou paralisação do funcionamento de diversos Conselhos Participativos criados e implementados até 2016, incluindo o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

A gestão irresponsável da pandemia da Covid-19 levou à morte de mais de mil indígenas, pertencentes a 165 povos, pelo coronavírus. Dentre essas, destaca-se a morte de anciães e anciões, detentoras/es do conhecimento tradicional de seus povos, impactando na transmissão e continuidade desses saberes e tradições ancestrais.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

1.2 Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socio-ambiental e climática

Economia

No campo econômico, o legado dos últimos anos foi marcado por baixo crescimento, inflação alta, diminuição do poder de compra do salário e perda de credibilidade do arcabouço fiscal, que culminou em uma proposta irrealista de lei orçamentária para 2023.

O crescimento médio do PIB, no período 2019-2021, foi próximo de 1% ao ano até 2021. Na média, a expectativa é que o governo anterior tenha terminado o seu mandato com um crescimento médio próximo a 1,5%, inferior inclusive à média verificada no governo Temer. Para 2023, a expectativa de crescimento do Brasil é de 0,6%, enquanto no resto do mundo é de 2,7%.

A inflação acumulada no Brasil durante a gestão anterior supera 26%, uma das maiores do mundo, atrás apenas da inflação da Argentina, Rússia e Turquia. Em dois dos quatro anos do governo anterior, o Brasil estourou o limite superior da meta de inflação. Mesmo com as custosas desonerações para reduzir o preço dos combustíveis, a inflação acumulada em 12 meses é de 5,9%.

Em parte, o repique inflacionário pode ser explicado pela desvalorização cambial verificada no período. No governo anterior, a taxa de



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

câmbio do real com o dólar saiu de R\$ 4 / 1 US\$, em 2019, para R\$ 5,6 / 1 US\$, em 2021. Atualmente, está próxima de R\$ 5,3 / 1 US\$.

Na esteira do baixo crescimento e da elevada inflação, o salário mínimo praticamente não teve ganho real. O rendimento médio real caiu nos três primeiros anos do governo anterior, saindo de R\$ 2.471 para R\$ 2.265, em 2021. O rendimento real per capita de todas as fontes, em 2021, foi de R\$ 1.353, também o menor da série histórica. Em 2019, o salário mínimo comprava duas cestas básicas; agora, compra 1,6.

Por fim, o presidente anterior deixa um legado de perda de credibilidade na política fiscal e orçamentária. Após alterar por cinco vezes o arcabouço fiscal vigente para permitir gastos que totalizam R\$ 800 bilhões acima do originalmente previsto pelo Teto de Gastos, o último governo apresentou uma proposta de lei orçamentária irrealista para 2023, incapaz de garantir a continuidade das políticas públicas necessárias à garantia da cidadania da população. Ao final de 2022, os sinais de escassez de recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para o funcionamento da máquina pública se fizeram visíveis, como nos casos de atraso no pagamento de bolsas de estudo, corte de verbas para educação e falta de recursos para emissão de novos passaportes.

Indústria, comércio exterior e serviços

Ao longo dos últimos anos o País atravessou severo período de desindustrialização e ausência de políticas de desenvolvimento de um



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

modo geral, o que implicou em um decréscimo persistente da participação da indústria de transformação no PIB nacional. Além disso, o desmonte da política nacional de exportações no último governo também impactou fortemente na redução da participação da indústria de transformação no total das exportações brasileiras, caindo de 66%, em 2016, para cerca de 50%, em 2022. Esse cenário se agravou com os efeitos da pandemia e da nova geopolítica mundial sobre a desindustrialização e foi amplificado pela ausência de políticas industriais e de comércio exterior para virar o jogo e transformar uma ameaça em oportunidades para o setor produtivo do país.

A falsa premissa de que os mercados são autorreguláveis, sem a necessidade de ações coordenadas dos agentes públicos e privados, levou a equívocos de orientação e condução de políticas que foram danosas ao setor produtivo, deixando-o mais frágil e vulnerável à competição. A fragilidade se deu em termos financeiros e tecnológicos, resultando em uma grande estagnação da produtividade, especialmente no amplo universo de empresas da indústria de transformação.

Como o sistema industrial moderno é altamente complexo, envolvendo cadeias de valor de centenas de atividades de comércio e serviços integrados às atividades industriais propriamente ditas, o efeito contágio de fragilidades financeiras e tecnológicas no núcleo da indústria afeta todo sistema produtivo e de inovação. As repercussões foram especialmente graves nos segmentos de bens de capital e serviços altamente especializados de exportação e geração de conhecimento. Foram afetadas as áreas de comércio exterior, de *funding* e financia-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

mento para investimento – especialmente pela descapitalização intencional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, de apoio à produção e aos serviços e de proteção sistemática à população mais vulnerável.

Essas ações (ou falta de outras) dificultaram uma retomada econômica pós-pandemia ambientalmente responsável, que propiciasse empregos formais e melhor remunerados. Dado o tamanho econômico do Brasil, a criação de oportunidades poderia ser facilitada pela exploração do potencial de investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica por meio de uma ação coordenada entre os setores público-privado, principalmente em um cenário internacional que abre novas janelas de oportunidades com a propagada Indústria 4.0 e a sustentabilidade.

Portanto, a recriação do MDIC deve ser a primeira ação concreta do novo Governo para reverter o quadro no setor produtivo e na inserção externa brasileira, de maneira a impulsionar a inovação tecnológica, o aumento de produtividade e competitividade e a promoção de uma economia verde e limpa, não apenas na indústria, mas também no comércio e serviços. A missão precípua do novo MDIC é reindustrializar o Brasil e promover uma inserção internacional mais competitiva.

Infraestrutura

Na infraestrutura logística, os principais retrocessos a serem revertidos pelo novo Governo são a brutal queda do investimento público e a



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

falta de mecanismos de governança dos programas de investimentos estratégicos para o País, nos mesmos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimentos em Logísticas (PIL).

A queda brutal do investimento e o desmantelamento dos mecanismos de planejamento – somados à implementação de modelos de concessão voltados apenas para criar oportunidades de negócios privados, sem dar sustentabilidade aos projetos e reais benefícios aos usuários –, fizeram com que a infraestrutura logística perdesse capacidade e se degradasse ao longo dos últimos anos.

Todos os modais tiveram redução de gastos e precisam de um esforço de recomposição de suas médias históricas de investimentos. Sem isso, é impossível implementar um programa de investimento que entregue ao País uma infraestrutura condizente com os desafios do desenvolvimento econômico e com a geração de milhões de empregos de qualidade.

O investimento público em transportes atingiu seu pico em 2011, com a autorização de R\$ 35,8 bilhões do orçamento federal. Em 2023, o montante previsto no orçamento é de apenas R\$ 6,8 bilhões, míseros 19% do valor autorizado dez anos antes.

A gestão das rodovias encontra-se em patamar de manutenção, que não repõe o desgaste observado, resultando em péssimas condições de tráfego nas vias públicas. Também têm sido frequentes as notícias



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

de desabamentos de pontes e deslizamentos, revelando a baixa resiliência climática e estrutural das rodovias. Da mesma forma, recursos ínfimos foram aplicados na ampliação da malha rodoviária, com resultados medíocres, como a entrega de pontes de madeira e pequenos trechos de duplicação ou construção de rodovias.

Na área de ferrovias, os retrocessos são ainda mais contundentes. As obras públicas no setor restringem-se a duas pequenas obras de segurança ferroviária em áreas urbanas e apenas alguns segmentos do trecho II da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) – mesmo assim em ritmo muito lento.

Na área de portos, os recursos destinados às intervenções necessárias se restringem às receitas das próprias empresas, por determinação imposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com isso, apenas as companhias que dispõem de receitas estão autorizadas a realizar investimentos, deixando os portos de menor competitividade sem capacidade de realizar intervenções.

No setor aeroportuário, a maior parte dos aeroportos de médio e grande porte estão concedidos ao setor privado, processo iniciado em 2011. Nos últimos anos, porém, o governo perdeu a capacidade de fazer obras de melhoria e ampliação dos aeroportos remanescentes.

O setor aquaviário, por sua vez, não conta com um programa de gestão das hidrovias e de instalações portuárias que seja consistente com a necessidade do País, principalmente quando se considera como



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

objetivo estratégico o estabelecimento de uma matriz de transporte ambientalmente sustentável.

É preciso considerar a possibilidade de reavaliação de modelos de concessão, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias, o modelo de privatização das autoridades portuárias com exploração dos portos organizados e a regulamentação das autorizações ferroviárias.

É necessária, ainda, a adoção de medidas para a retomada de obras paralisadas, bem como a implementação de novos projetos. De igual maneira, se faz necessário adequar as previsões orçamentárias e capacidade de investimento no setor, fator indispensável para a recuperação e melhoria da infraestrutura logística do País, o crescimento econômico sustentável e a geração de emprego e renda.

Comunicações

A situação atual do Ministério das Comunicações denota a ausência de centralidade conferida ao setor, nos últimos anos, apesar de seu papel estruturante nas relações políticas, econômicas e sociais contemporâneas.

No âmbito da radiodifusão, o governo anterior atuou para reduzir a pluralidade e a diversidade nos meios de comunicação. Como exemplo, houve diminuição considerável de editais para radiodifusão educativa e comunitária, além da não conclusão dos processos de outorga do Canal da Cidadania.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Nos últimos quatro anos, assistiu-se ao desmonte do sistema de comunicação pública, previsto na Constituição Federal. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi reduzida ao papel de mera produtora de conteúdos governamentais, com a mobilização de suas rádios, agência e emissora de TV para essa finalidade. Casos de censura também foram denunciados por trabalhadores, evidenciando a instrumentalização política que privou a população brasileira do direito de acesso à informação pelos canais públicos de comunicação.

No campo das telecomunicações, as políticas continuaram focadas na expansão da infraestrutura, sem a existência de iniciativas que buscassem reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de telecomunicações e garantissem o pleno acesso da população de menor renda à Internet, com dispositivos adequados e pacotes de serviços menos limitados em termos de volume de dados e utilização.

Além disso, nos últimos quatro anos, não houve qualquer formulação de ações estratégicas sobre as comunicações, apesar da crescente centralidade dos meios e ambientes digitais na sociedade e na atual fase de desenvolvimento econômico, ignorando a percepção internacional sobre o tema, cada vez mais associado à geopolítica, à democracia, à redução das desigualdades e à necessidade de medidas para enfrentar a crise climática.

Como resultado dessa visão restrita das telecomunicações, o governo anterior também incluiu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o Serviço Federal de Pro-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

cessamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) no Programa Nacional de Desestatização.

A atuação governamental na área de comunicação foi, assim, presidida por uma lógica privatista, de instrumentalização dos meios públicos de comunicação, e de ausência completa de políticas públicas de inclusão digital e de promoção do acesso à informação, especialmente para a população de baixa renda.

Ciência, tecnologia e inovação

O governo anterior também desmontou o sistema científico e tecnológico nacional. Em meio a um discurso oficial de negação da ciência, o sistema federal de fomento da área de CT&I entrou em virtual colapso. As instâncias de diálogo entre o Governo Federal e seus parceiros nas áreas de ciência, tecnologia e inovação foram desvirtuados ou esvaziados, substituídos pela imposição unilateral de prioridades e programas por meio de decretos ou portarias, em geral para tentar legitimar um quadro de retração de investimentos ou para atender interesses isolados de ocupantes de cargos na cadeia de comando do Ministério da área. Como resultado, houve grande pulverização de iniciativas e sobreposição de ações, com relevância e impacto limitados.

Dado o grau de desmonte nessa área, impõe-se a necessidade de reorganização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). É necessário, em primeiro lugar, recompor e ampliar o financiamento de CT&I, garantindo a liberação integral dos recursos



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja Secretaria Executiva é exercida pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A destinação desses recursos deve se voltar para projetos nacionais estruturantes e mobilizadores, em complemento (e não substituição) à recuperação e ampliação do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e de suas unidades e agências, especialmente os recursos próprios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

É necessário combinar e integrar variados atores e instrumentos na estruturação de uma Estratégia Nacional de CT&I, concebida como política de Estado de longo prazo, apoiada em incentivos à Pesquisa e ao Desenvolvimento (P&D); crédito e investimento para tecnologias críticas; e formação de recursos humanos, subvenções e uso do poder de compra governamental. Para isso, é fundamental remontar a estrutura organizativa do MCTI, tendo por objetivo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, além da redução das desigualdades sociais brasileiras. É necessário, igualmente, recompor e revitalizar as instâncias de diálogo e participação da sociedade civil na construção das políticas públicas para a área, como o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) e o Conselho Diretor do FNDCT, além de realizar nova Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja última edição ocorreu em 2010.

No contexto de expansão acelerada da sociedade do conhecimento, a área de ciência, tecnologia e inovação torna-se um pilar central para



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

a reconstrução, a reindustrialização e o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País.

Minas e energia

De forma geral, nos últimos quatro anos, a política de minas e energia sofreu um forte desmonte regulatório, combinado com uma abertura de mercado, que, em última instância, reduziu o espaço de atuação estatal. Essa redução ocorreu de várias formas, seja pela menor regulação do setor, como no caso da mineração e do setor de combustíveis, seja pela transferência patrimonial de ativos públicos para o setor privado, a exemplo da privatização da Eletrobras e da venda de refinarias da Petrobras.

No setor de minas, foram promulgadas medidas, por meio de portarias e decretos, para desregulamentar o setor e fomentar atividades predatórias, como o Código de Mineração e a Política Pró-Minerais Estratégicos. A reversão desse quadro demanda uma nova organização institucional, concentrada na resolução de questões graves no setor. É necessário incentivar o desenvolvimento do conhecimento geológico e da mineração, tendo claro, porém, o potencial para geração de conflitos na área de mineração, pelos seus impactos ambientais e sobre os valores culturais e modos de vida próprios das populações de regiões onde estão ou devem se instalar grandes empreendimentos.

Na energia elétrica, a principal preocupação diz respeito à mitigação das consequências negativas da privatização da Eletrobras sobre as



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tarifas do setor elétrico, em função do processo de “descotização” e da concentração de poder de mercado em uma empresa privada. Causam, igualmente, preocupação e impacto negativo sobre as tarifas as emendas inseridas na lei de privatização da Eletrobras. Tornou-se obrigatória a contratação de termelétricas caras e desnecessárias, o que criou uma reserva de mercado para as pequenas centrais hidrelétricas e levou à renovação de contratos de usinas antigas, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Também inquieta e deve ser foco de atenção a perda por parte da União da capacidade de influenciar os rumos da Eletrobras, apesar de continuar a ser o maior acionista da empresa.

Na indústria de petróleo, gás e biocombustíveis, as medidas de abertura e as constantes mudanças de políticas do setor geraram uma série de distorções. De modo geral, tais medidas caminharam no sentido de reduzir a participação da Petrobras no abastecimento e no mercado de gás natural, bem como de diminuir a previsibilidade em relação às ações de descarbonização. É o caso do Programa Renovabio e do percentual de mistura dos biocombustíveis, que tiveram suas metas e seus objetivos alterados de maneira frequente.

Para os próximos anos, o cenário tende a se agravar, uma vez que ainda está em curso um conjunto amplo de desinvestimentos da Petrobras, bem como iniciativas de desregulamentação e descoordenação, como o Abastece Brasil. Além disso, o Renovabio continuou a reduzir suas metas de descarbonização e há previsão de maior abertura do setor de biocombustíveis, o que pode fragilizar ainda mais a indústria brasileira.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Diante desse cenário, as atenções do novo Governo devem se voltar para leis, decretos e outros atos normativos que representam um risco de perpetuação do desmonte da área de minas e energia, bem como para a necessidade de medidas de reconstrução das políticas públicas do setor, especialmente nas áreas de mineração, energia elétrica, petróleo, gás e biocombustíveis – todas elas de grande importância para a retomada do desenvolvimento sustentável do País.

Agricultura, pecuária e abastecimento

Nos últimos quatro anos, houve uma redução de 31% no orçamento discricionário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O descaso ambiental do governo anterior prejudicou a imagem da agropecuária brasileira e seus investimentos em sustentabilidade. Os estoques públicos de alimentos foram reduzidos – no caso do arroz, em 95% –, havendo um déficit de capacidade de armazenamento de 89 milhões de toneladas no Brasil.

A pesquisa agropecuária foi fragilizada: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) perdeu 27% de seus recursos. Houve postergação na adoção de maiores percentuais de biocombustíveis. O seguro rural tornou-se insuficiente para as necessidades dos agricultores, e a área de plantio de arroz, feijão e mandioca são hoje as menores da série histórica. O desmonte também foi sentido nas ações de defesa agropecuária, com redução real de 31% no orçamento para sanidade e qualidade de insumos. A política agrícola, por sua vez, sofreu as consequências do aumento nas taxas de juros, sendo



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

que o financiamento de tratores que pagava 7,5%, em 2018, hoje está pagando 12%. Na área de comércio internacional, o número de adidos agrícolas é inferior às necessidades de abertura de mercado.

No rol de questões na área de agricultura, pecuária e abastecimento que devem merecer atenção especial, destacam-se: o enfrentamento de emergências em defesa da agropecuária (peste suína clássica, influenza, aftosa, monilíase, mosca da carambola, fusário 4 da banana, médicos veterinários temporários); a implementação do Plano Nacional de Fertilizantes; o financiamento para armazenamento e compra de máquinas; o fortalecimento da área de sustentabilidade da produção, do Incra e da plataforma de gestão territorial; a continuidade da digitalização dos serviços da área; e o fortalecimento da atuação dos adidos agrícolas.

Além disso, é importante considerar a necessidade de fortalecimento da participação social nos conselhos e nas estruturas do MAPA, especialmente no que diz respeito às chamadas políticas transversais, como o combate ao desmatamento ilegal, a segurança hídrica e a governança fundiária.

Para enfrentar as emergências postas, impõe-se o enfrentamento das atuais restrições orçamentárias, de maneira a assegurar recursos para: i) o Plano Safra, nas linhas de custeio e investimento; ii) o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); iii) a assistência técnica e extensão rural; iv) as aquisições do Governo Federal; v) a transferência de tecnologia agropecuária; vi) o cadastro ambiental rural; vii) a manu-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tenção e modernização da Embrapa; viii) o cooperativismo; ix) a agricultura orgânica; e x) a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Desenvolvimento agrário

A irresponsabilidade do então Governo Federal no âmbito das políticas públicas voltadas à agricultura familiar afetou, de forma desigual, os diferentes sujeitos que produzem alimentos, relegando ao esquecimento mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais envolvidas com a atividade agrícola.

O desmonte das políticas públicas nessa área passou, também, pela reformulação de seus marcos legais, visando à privatização dos territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais, aliada à eliminação da participação e do controle social e ao ataque aos direitos socioambientais. Sob esse aspecto, Executivo e Legislativo se uniram no Congresso Nacional em defesa de projetos de lei que visassem flexibilizar o registro de agrotóxicos (PL nº 6.299/2002) e a regularização fundiária por meio de autodeclaração (PL nº 2633/2020 e PL nº 510/2021).

A desestruturação teve impacto negativo na produção agrícola, principalmente na produção local e nos circuitos curtos. Isso prejudicou o acesso a alimentos e elevou seu preço, culminando em alterações de hábitos alimentares, diante do menor poder de compra dos consumidores e da queda na oferta de alimentos saudáveis. Mesmo no caso do crédito e do seguro, que tiveram seus valores aumentados, a



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

concentração e a desigualdade de acesso permitiram que esses benefícios fossem aproveitados pela maior parte das agricultoras e dos agricultores com menores condições.

À exceção dos recursos orçamentários e não orçamentários relacionados ao crédito e ao seguro produtivo – cada vez mais concentrados em menos agricultores, menos produtos e um número menor de estados –, os demais recursos foram reduzidos, em geral, a menos de 10% dos valores históricos deflacionados do fim do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma, algumas vezes chegando a menos de 1%. A situação foi ainda pior no PLOA 2023.

A Constituição de 1988 define a diretriz acerca do cumprimento da função social da propriedade rural, bem como o regime de destinação de terras públicas compatível com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. Apesar disso, o governo anterior não mediu esforços para esvaziar, descaracterizar e subverter tanto a aplicação do texto constitucional quanto o funcionamento do Incra no cumprimento de sua missão institucional.

De forma perversa, não houve destinação de novas áreas públicas para a reforma agrária e caminhou-se a passos lentos até mesmo no assentamento de famílias em áreas já obtidas. Além disso, o governo anterior propagou a ideia de que entregou títulos de domínio de terra, quando na verdade trata-se apenas de documentos provisórios e precários.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Esse ciclo contribuiu para levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome da ONU. A pobreza aumentou em 22,7%, de 2020 a 2021 (ou em mais 11,6 milhões de pessoas), e a extrema pobreza em 48,2% (ou em mais 5,8 milhões de pessoas), pelos critérios do Banco Mundial. Ao fim, são 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) na pobreza, das quais 17,9 milhões (8,4% da população) vivem em extrema pobreza. Também se observou um aumento estimado de 38% da população em situação de rua, de 2019 para 2022.

Diante desse quadro, é central implementar programas e ações que tanto reconheçam o trabalho do produtor agrícola quanto fortaleçam a autonomia econômica, social, cultural e ambiental desse segmento, além de preservar seus modos de vida nos campos, nas florestas e nas águas. É preciso também garantir estrutura, equipe e orçamento para assistência técnica específica, acesso à terra, território e água, fortalecimento da organização produtiva e dos quintais agroecológicos com crédito e fomento produtivo, acesso à cidadania, à cultura, à educação e a documentos básicos, bem como o enfrentamento de diferentes formas de violência e discriminação, como a vivida pelas mulheres, pelas juventudes e pelas diversidades sexuais e de gênero.

Desenvolvimento regional

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é produto de uma fusão mal planejada das antigas estruturas do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades, ocorrida em 2019.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Principal macropolítica formulada no extinto Ministério da Integração, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional encontra-se hoje desprestigiada e, por isso, incapaz de cumprir um papel orientador. Os Fundos de Desenvolvimento Regionais tiveram suas estruturas de governança desmontadas e seus conselhos deliberativos esvaziados. A desarticulação entre as fontes de financiamento (fundos e orçamento fiscal da União) e as políticas e os planos nacionais de desenvolvimento regional afetam a capacidade de enfrentamento das desigualdades regionais, o que fica evidenciado pelo fato de 80% do montante destinado a estados e municípios ter sido direcionado a municípios com alto nível de desenvolvimento econômico.

O MDR é um dos órgãos mais dependentes de emendas parlamentares para manter-se em funcionamento e realizar investimentos, o que agrava a fragmentação de suas intervenções, já historicamente marcadas pelas dificuldades de coordenação horizontal e vertical.

Desde 2020, quando as emendas de relator se somaram as de bancada, individuais e de comissões, um volume relevante do orçamento passou a ser aplicado em ações locais sem relação com os objetivos das políticas públicas. O MDR tem sido um dos principais destinatários e executores dessas emendas, o que, em contrapartida, tem subtraído recursos de obras e projetos estruturantes para o desenvolvimento regional e comprometido o orçamento discricionário do Ministério.

O orçamento previsto para 2023 é de R\$ 3,5 bilhões, cerca de 45% da dotação atualizada de 2022. Diante dessa significativa redução é



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

evidente a necessidade de complementação orçamentária para a execução de projetos estruturantes do Ministério, especialmente nas áreas de recursos hídricos, defesa civil e irrigação, sob risco de paralisação de obras e ações prioritárias para o desenvolvimento regional.

Meio ambiente

Nos últimos quatro anos, as instituições federais de conservação ambiental e uso sustentável de recursos ecológicos passaram por um processo inédito de intimidação. O objetivo foi claro: geração de riqueza monetária para poucos em prejuízo do direito constitucional de todos ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

O governo anterior promoveu um desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios, espaços de controle e participação social, e órgãos e instituições públicas ligadas à preservação das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético e da agenda climática e ambiental.

Como consequência, as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado atingiram picos nunca vistos há 15 anos. Houve aumento de 60% do desmatamento na Amazônia durante o governo anterior, a maior alta percentual que já ocorreu em um mandato presidencial, desde o início das medições por satélite, em 1988.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Houve também graves danos à população e prejuízos de reputação do setor produtivo nacional, ocasionando a imposição de barreiras aos produtos brasileiros no comércio internacional, a restrição de acesso ao crédito, a perda de credibilidade do Brasil perante o resto do mundo, além do comprometimento da soberania nacional em relação à Amazônia. As comunidades e os povos tradicionais foram perseguidos ou esquecidos, em total desconhecimento acerca de sua importância para a proteção da biodiversidade brasileira e a atração de financiamentos e doações internacionais com foco em sustentabilidade ambiental e social.

O desmonte das políticas ambientais está expresso na escassez de recursos para o setor, na falta de pessoal e de gestão competente da área. Dos R\$ 4,6 bilhões de despesas previstas no orçamento de 2022, menos de R\$ 3 bilhões foram utilizados para políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de instituições vinculadas à pasta.

Não obstante, o Fundo Amazônia conta hoje com mais de R\$ 3,3 bilhões paralisados, conforme alerta do Supremo Tribunal Federal (STF) e de relatórios da sociedade civil.

O quadro de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) encontra-se com 2.103 cargos existentes vagos. Enquanto o Ibama tinha 1.800 servidores atuando na fiscalização ambiental em 2008, agora são



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

apenas cerca de 700 – nem todos em campo. Houve efetivo aparelhamento e ocupação de cargos gerenciais e de direção sem capacidade técnica e política de atuação na área de proteção e gestão ambiental. São contundentes os casos de perseguição e assédio aos servidores dos órgãos.

Apenas 0,4% do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi validado, o que compromete a implementação do Código Florestal. Além disso, o CAR não registra informações essenciais sobre a situação ambiental das propriedades, conforme alertado pelo TCU. Para completar, o sistema de lavratura de autos eletrônicos foi desmontado e os processos tramitam em papel. Vale destacar também as medidas deliberadas para aumentar a impunidade para criminosos ambientais.

O desmonte das políticas ambientais foi reforçado com o esvaziamento da agenda ambiental por meio da transferência de estruturas e órgãos vinculados ao MMA a outros ministérios e pela desestruturação da governança colegiada e aguda restrição à participação social.

A criação de Unidades de Conservação (UC) foi paralisada em nível federal. Como se não bastasse, os anúncios de retificação, cancelamento e mudança de categoria das UCs já existentes, houve incentivos à invasão e destruição de muitas delas. O desmatamento incentivado pelo governo anterior se traduz em redução significativa da rica biodiversidade, bem como na queda dos níveis de captura de carbono nas contas do inventário nacional de gases de efeito estufa.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O Brasil perdeu seu protagonismo na agenda internacional sobre clima, florestas, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais, água, Amazônia, oceano, energia limpa e descarbonização das cadeias produtivas. É preciso que o País volte a ocupar assento privilegiado e recupere a credibilidade na discussão global sobre as questões socioambientais.

Agora, o grande desafio é reverter o cenário deixado pelo governo anterior. A transição para a economia de baixo carbono é entendida como uma vantagem competitiva para o País, que tem condições de gerar negócios, produtos e serviços com menores emissões de carbono, além de oferecer soluções para as necessidades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O desafio do Governo eleito é o da reconstrução do desmonte das instituições e o reencontro do País com seu futuro como potência ambiental.

Pesca

Pesca e aquicultura são atividades com grande relevância socioeconômica, responsáveis por alimentar mais de dois milhões de pessoas na pesca artesanal, pelo trabalho de mais de 300 mil famílias de aquicultores, dez mil trabalhadores na indústria e uma produção de 1,5 milhões de toneladas de pescado.

O desmonte provocado pelo então governo atingiu fortemente a atividade, especialmente a pesca artesanal e a aquicultura familiar. O orçamento, que, em 2015 – último ano do Ministério da Pesca – foi de



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

R\$ 655 milhões, não superou R\$ 19 milhões em 2022. Todos os programas tiveram uma redução acima de 70% em sua dotação, com impactos na prestação de serviços básicos e ampliação das consequências nefastas com a falta de investimentos para segmentos sensíveis, como a pesca artesanal e a aquicultura familiar.

Com isso, as políticas públicas e as ações de fomento à atividade foram aniquiladas, deixando milhares de famílias de pescadores e aquicultores desassistidos, além de comprometer a prestação de serviços básicos ao setor.

Em relação às ações e aos programas descontinuados, recomenda-se retomar programas como o de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, de infraestrutura, da compra de pescado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Subsídio ao Óleo Diesel, além de criar melhores condições de acesso às linhas de crédito para pescadores e aquicultores. É preciso revisar e corrigir deficiências graves do Registro Geral da Pesca, do Sistema de Recadastramento de Pescadores (SISRGP), do Programa de Monitoramento de Embarcações por Satélite (PREPS) e de Mapas de Bordo. Além disso, recomenda-se reestruturar o modelo de gestão da pesca, reformulando os Comitês de Gestão (CPGs) com o objetivo de ampliar a participação dos pescadores artesanais.

É preciso recriar o Ministério da Pesca e Aquicultura, com estrutura enxuta, operacional e permeável à participação, como medida de caráter estratégico para o desenvolvimento do setor. O Conselho Na-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

cional de Aquicultura e Pesca (Conape) deve ser reativado e a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil) reestruturada, visando ampliar a participação do setor.

Em relação aos pontos de alerta, faz-se necessária atenção especial para o Sistema de Recadastramento de Pescadores (SIS-RGP 4.0), para problemas relacionados ao Seguro Defeso, para a urgência de realização da Estatística Pesqueira e para a Reestruturação do Modelo de Gestão da Pesca, consubstanciada no Programa Rede Pesca Brasil.

Turismo

A brutal descontinuidade de políticas públicas pelo governo anterior no Ministério do Turismo e na Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), nos últimos anos, impactou negativamente o turismo brasileiro. O legado que se recebe é de um turismo que perdeu quase todas as conquistas obtidas nas últimas duas décadas, desde a criação do Ministério do Turismo e a transformação da Embratur na instituição responsável pelo marketing, pela promoção e pelo apoio à comercialização do Brasil no mercado internacional, em 2003.

O Ministério do Turismo dispõe de previsão orçamentária total de R\$ 691,9 milhões para 2023, incluindo turismo e cultura. Desses, R\$ 372,9 milhões são recursos destinados às emendas de relator geral. Dos R\$ 319 milhões restantes, estão incluídos gestão, pessoal e programas de turismo e cultura. Com a possível separação das pastas,



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

há que se fazer uma reestruturação orçamentária e de governança para o bom funcionamento do Ministério do Turismo. O potencial de impacto econômico e social (geração de negócios, empregos, renda e divisas) do turismo pode ser um diferencial do novo Governo.

A Embratur passa a ter um papel fundamental a cumprir na recomposição da imagem e no reposicionamento do Brasil como destino turístico internacional. Alinhada com a política externa brasileira, a empresa será estratégica na nova gestão. Entende-se que a mudança no modelo jurídico-institucional da Embratur, ocorrida entre 2019 e 2020, passando de um órgão da Administração Pública indireta para um serviço social autônomo (MP nº 907, de 26 de novembro de 2019), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, deveria ter oferecido maior agilidade e eficiência para sua atuação, mas resultou em uma instituição disfuncional e sem fonte financiadora. Recomenda-se a revisão do modelo jurídico e a revisão do contrato com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), hoje a principal fonte de financiamento das ações da instituição.

É fundamental a reconstrução da governança, com a retomada das ações do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e a elaboração de um novo Plano Nacional de Turismo (PNT) e da Política Nacional de Turismo. Igualmente, é necessário reaproximar-se do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Turismo (Fornatur) e dos dirigentes municipais do setor (Anseditur), bem como estabelecer diálogo propositivo com o *trade* turístico, revendo ações relacionadas ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), às isenções concedidas



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ao setor e ao fomento às atividades econômicas e de qualificação de mão de obra.

1.3 Defesa da democracia, reconstrução do Estado e da soberania

Centro de Governo

O Centro de Governo (CdG) reúne o conjunto das unidades da Presidência que atuam na coordenação dos órgãos e das entidades do Poder Executivo, direcionando as áreas setoriais para o alcance dos objetivos definidos pelo Presidente. Embora haja muita variação na organização do Centro de Governo entre os países e também ao longo da própria história da Nova República, em geral, algumas funções estão presentes nos diferentes arranjos institucionais e são fundamentais para a coerência da ação governamental.

Por um lado, o Centro de Governo busca garantir a sustentação política e social para a consecução do programa governamental, realizando a coordenação política, a articulação social e a comunicação com a sociedade, além de oferecer mecanismos de transparência e responsividade. Por outro, o Centro de Governo precisa garantir os resultados e as entregas de bens e serviços públicos. Nesse sentido, o CdG deve ser capaz de definir prioridades, coordenar o processo de produção de políticas públicas (especialmente as prioritárias e as transversais), mediar e equacionar eventuais conflitos, acompanhar e monitorar as



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ações e os programas de governo e oferecer suporte jurídico e político para as decisões do Presidente.

Durante o governo anterior, foi comprometido o esforço coletivo e cumulativo de construção de um Centro de Governo capaz de promover uma coordenação em rede, de responder às demandas da sociedade e de prover políticas e serviços públicos de qualidade à população do País. Em primeiro lugar, a exoneração e devolução em massa de servidores anteriormente cedidos para a Presidência resultou na redução de capacidades e na perda de conhecimento acumulado ao longo de anos. Em segundo lugar, a extinção das instâncias colegiadas de participação e coordenação das ações governamentais dificultou na cooperação intersetorial em torno de políticas e programas de governo. Além disso, inviabilizou-se o processo de escuta e diálogo com a sociedade civil na construção de consensos e soluções para problemas públicos.

O Centro de Governo foi, portanto, seriamente desorganizado, rebaixando a capacidade de comando geral da Presidência sobre as suas próprias prioridades programáticas, bem como a capacidade de coordenação e articulação das diversas áreas de governo. Isso reduziu o grau de coerência – em termos de eficiência, eficácia e efetividade – intergovernamental e afetou negativamente o desempenho institucional agregado do setor público federal, notadamente as entregas efetivas de bens e serviços públicos à população.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A Casa Civil foi enfraquecida e esvaziada como órgão de coordenação de políticas públicas. A Subchefia de Assuntos Jurídicos, responsável pela análise da produção normativa do Poder Executivo, foi transferida da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência, fragmentando a função de análise e elaboração de atos normativos. A Secretaria de Assuntos Estratégicos se tornou uma unidade de assessoria direta ao Presidente, atuando de forma descoordenada com as instâncias de planejamento preexistentes. A capacidade de proposição de projetos de lei e articulação no Congresso caiu a patamares nunca antes vistos. Uma das poucas unidades criadas, a Secretaria de Relações Institucionais passou a se dedicar à liberação de emendas orçamentárias.

Ou seja, o modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e com mais níveis hierárquicos, que cooperam pouco e não dialogam com a sociedade civil. Como resultado, a capacidade de resposta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprometida, produzindo impactos graves na vida das pessoas. A acefalia do então Governo Federal resultou no desmantelamento de diversas políticas públicas e no aprofundamento de crises, como a pandemia da Covid-19.

Entre os principais retrocessos do período, destacam-se: i) a ausência de um conjunto claro de prioridades compartilhadas em todo o governo; ii) a fragmentação institucional de unidades dentro do CdG; iii) a fragilidade das funções de monitoramento e avaliação das prioridades do governo e de programas transversais; iv) o enfraquecimento dos canais de diálogo e dos arranjos de governança do então Gover-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

no Federal com estados, Distrito Federal e municípios; v) o desmonte das instâncias de participação social e interlocução com a sociedade dentro e fora do CdG; vi) a alta rotatividade de dirigentes e baixo grau de capacidades técnicas e políticas do alto escalão do quadro burocrático nas unidades do CdG; e vii) o desmonte da Política Nacional de Participação Social e das suas instâncias e mecanismos institucionais.

Planejamento, orçamento e gestão

Um dos principais retrocessos institucionais do governo anterior foi a reunião de grandes ministérios em uma única pasta: o Ministério da Economia. Diversas funções essenciais ficaram enfraquecidas, entre elas as do Planejamento, Orçamento e Gestão, fundamentais para estruturar de modo adequado as ações setoriais, transversais e territoriais do Governo Federal.

No que diz respeito ao Planejamento Governamental, os “sistemas” de planejamento federal e nacional foram completamente sucateados, tanto em termos de pessoal como em termos organizacionais (posição rebaixada e hipersubordinada na estrutura de governo) e institucionais (fragmentação e burocratização dos processos e precariedade das legislações pertinentes).

O esvaziamento do sistema de planejamento levou ao enfraquecimento de instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), a estratégia nacional de desenvolvimento, o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os planos de desenvolvimento



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

regional, os planos setoriais e demais programas de promoção do desenvolvimento nacional. As empresas estatais passaram a ser vistas apenas como ativos a serem vendidos para gerar receitas, com perda de importância estratégica para o desenvolvimento do País. Na área internacional, prevaleceu a agenda de representação nos fóruns financeiros internacionais em detrimento dos demais fóruns.

No que diz respeito à governança orçamentária, observou-se as seguintes ocorrências: i) aumento da rigidez e insuficiência orçamentária causada, sobretudo, pela [EC nº 95/2016](#) do Teto de Gastos e demais restrições fiscais autoimpostas; ii) diminuição ou empobrecimento da participação, da transparência e da representatividade social e territorial do gasto; iii) maior empoderamento do Poder Legislativo a partir da implementação de emendas individuais impositivas e das emendas secretas do relator; e iv) piora na relação do orçamento federal com a dimensão macroeconômica e sobrevalorização das formas financeiras (diga-se, estéreis) de captura dos fluxos orçamentários correntes.

Além disso, foram desarticulados os mecanismos de participação e controle social na formulação e no acompanhamento de políticas públicas, bem como na elaboração e execução do orçamento. Os investimentos públicos caíram brutalmente, seja pela desarticulação do planejamento, seja pela orientação fiscalista do governo ou pela escassez de recursos orçamentários, visto que desde a instituição do Teto de Gastos os investimentos discricionários se tornaram sua principal variável de ajuste.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Por fim, a gestão pública permaneceu à deriva, distante de uma concepção de Estado republicano, democrático e desenvolvimentista. Ao contrário, essa agenda foi fortemente dominada pelas más intenções da PEC nº 32/2020, que mais atrapalharam que ajudaram a identificar os verdadeiros problemas estruturais do setor público brasileiro, a saber: o autoritarismo, o burocratismo, o privatismo, o fiscalismo e o corporativismo.

Durante o governo anterior, a gestão pública sofreu com diversas ações de desconstrução e descontinuidade em quase todas as áreas governamentais. Isso se refletiu na desvalorização e escassez generalizada de servidores; em riscos de segurança cibernética e de apagões na agenda de governo digital; na governança precária dos imóveis da União; e no atraso na normatização e preparação dos órgãos públicos para a nova lei de licitações, que entra em vigor em abril de 2023.

As entidades vinculadas – Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – sofreram com o fenômeno do assédio institucional e com cortes orçamentários que chegaram a 50% nos últimos quatro anos, prejudicando as políticas de desenvolvimento dos servidores, bem como a produção de informações fundamentais para a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas, com o risco de um apagão generalizado de dados e análises.

Justiça

As políticas de justiça e segurança pública na gestão anterior foram marcadas por inúmeros retrocessos. Durante esse período, diversas



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

vezes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública deixou de lado seu papel institucional para se colocar a serviço dos ataques à democracia e às instituições promovidos pelo Presidente da República.

O desmonte das políticas públicas construídas pelos governos anteriores, a ausência de diálogo com a sociedade civil e de políticas nacionais integradas na área de justiça e segurança pública marcaram o Ministério na então gestão e levaram a retrocessos, como o desmonte da política de controle de armas, área na qual muitas das mudanças promovidas pelo Poder Executivo invadiram a competência do Legislativo.

O então governo foi marcado por uma baixa implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social apresentou várias fragilidades, que foram reforçadas com a falta de valorização do trabalho dos policiais.

As organizações criminosas tiveram um grande crescimento, particularmente na região Amazônica e nas áreas de fronteira, com a explosão de crimes como a extração ilegal de madeira e o garimpo ilegal. Dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicaram mais de 10 mil km² de floresta derrubada somente em 2022. O mandato anterior terminou com um inaceitável aumento de 60% da taxa de desmatamento na Amazônia em relação aos quatro anos anteriores.

Já a política prisional foi marcada pelo reconhecimento pelo STF do "estado de coisas inconstitucional" do sistema penitenciário, caracteri-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

zado pela violação generalizada de direitos fundamentais dos presos (ADPF 347). O Tribunal determinou a liberação pela União do saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e recomendou a não realização de novos contingenciamentos de seus recursos.

Em relação às políticas de defesa do consumidor, destaca-se o retrocesso com o estabelecimento do mínimo existencial em 25% do salário mínimo, dificultando a solução do problema do superendividamento.

Para mudar esse cenário, e cumprir as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU de nº 16 – “Paz, justiça e instituições eficazes” – é imprescindível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública volte a ocupar seu papel na defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito, retomando sua responsabilidade pela promoção do diálogo e da participação, para implementar as políticas de segurança pública e de acesso à justiça que a população espera do Governo eleito.

Transparência, integridade e controle

No Brasil, as áreas de transparência, integridade e controle, embora não estejam a cargo de um órgão único de Estado, compõem uma seara que abarca funções da Advocacia-Geral da União (AGU), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Controladoria-Geral da União (CGU), da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

(COAF) e perpassa todos os demais órgãos da Administração Pública Federal no Brasil.

A partir desse entendimento, o eixo principal de atuação consiste em estabilizar e rearticular as instituições do Poder Executivo Federal situadas no âmbito da governança jurídica e da promoção da integridade, buscando o resgate dos esforços em prol da transparência como ferramenta indispensável para uma administração eficiente e aberta às contribuições da sociedade civil e da cidadania.

Neste sentido, pode-se afirmar que o governo anterior, reticente com relação aos preceitos e às boas práticas internacionais no campo da transparência, da integridade e do controle, agiu para fragmentar e constranger a ação de órgãos cruciais ao bom desempenho desse campo. Até mesmo o relacionamento interinstitucional desses órgãos com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério Público Federal (MPU) padeceram dos mesmos problemas.

No caso da AGU, em que pese a instituição de um Sistema de Governança Corporativa, verifica-se que diversos temas de alta relevância institucional ainda são decididos sem debate pelas estruturas de governança da instituição. É importante destacar que o Sistema ainda não prevê a participação da PGFN, órgão administrativamente subordinado ao Ministério da Fazenda, mas tecnicamente atrelado ao Advogado-Geral da União. Ademais, as atividades administrativas da AGU têm sido desenvolvidas por servidores cedidos e requisitados de outros órgãos e empresas públicas, portanto, sem vínculo efetivo com a



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

instituição e sem as habilidades e competências necessárias ao apoio dos membros da instituição, situação de risco reconhecida, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União.

Em relação à CGU, merece destaque a implantação de mecanismos efetivos de transparência e acesso à informação durante os governos Lula e Dilma, os quais enfrentaram a opacidade e a cultura do sigilo que, historicamente, predominaram na Administração Pública. Emanam da CGU iniciativas que encontraram grandes resistências políticas e obstáculos institucionais no governo anterior, tais como: i) o Portal da Transparência; ii) a Lei de Acesso à Informação; iii) o plano de Dados Abertos do Governo Federal; iv) a Lei de Conflito de Interesses; e v) a Lei Anticorrupção etc., que juntos aprimoraram a execução e o controle dos recursos públicos no País.

A lista de retrocessos nessas áreas inclui interferência e desmantelamento dos órgãos de controle e defesa do Estado; extinção dos conselhos e outros mecanismos de participação social; recorrentes e conhecidos ataques à LAI; e o “Decreto do Sigilo” ([Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019](#)), inclusive com a volta do sigilo inibidor da transparência e com o uso indiscriminado e indevido da proteção de dados pessoais. O recurso à imposição de sigilos foi usado como forma de manter ocultas circunstâncias vinculadas à conduta de autoridades e integrantes próximos ao círculo do poder, sob falso pretexto de proteção da segurança nacional e segurança do Presidente da República à época, seus familiares, apoiadores e auxiliares diretos.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Já no que tange à Comissão de Ética Pública (CEP/PR) e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), instâncias compostas por membros que necessitam de independência político-partidária e autonomia operacional para o bom desempenho de suas funções, sabe-se que durante a gestão anterior houve diversos atritos entre as comissões de éticas localizadas nos diversos órgãos e entidades e os novos dirigentes dessas instituições. Com o passar do tempo e o consequente fim dos mandatos dos conselheiros, as substituições foram realizadas de modo a tornar os seus membros mais alinhados com o governo. No que se refere ao COAF, a [Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020](#), que vinculou o Conselho administrativamente ao Banco Central do Brasil (BC), alterou o escopo de suas atribuições e estrutura de governança, após integrantes do governo anterior não terem tido êxito na tentativa de transferência do órgão do antigo Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tais alterações parecem inadequadas e resultaram em impactos negativos no funcionamento do COAF.

Por fim, cabe ressaltar que seguiu sem avanços significativos, durante o governo anterior, as relações institucionais dos órgãos do sistema nacional de transparência, integridade e controle com o terceiro setor, a participação social e o controle público dos atos e processos de governo em âmbito federal.

Participação social

O governo anterior destruiu o que pôde e neutralizou o alcance de todo o sistema nacional de participação social, legado da Constitui-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ção de 1988 levado a sério de forma diligente pelos governos Lula e Dilma. O [Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019](#), pior expressão dessa política, extinguiu e/ou mutilou colegiados em todos os órgãos do serviço público.

Nos últimos quatro anos não houve participação social alguma na Presidência da República. Conferências e fóruns interconselhos foram desmobilizados, plataformas digitais foram extintas, consultas e audiências públicas deixaram de ser realizadas, com consequências danosas para as políticas públicas. Casos emblemáticos foram a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criado em 1993, ou o esvaziamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), criado em 1981. A volta do Brasil ao Mapa da Fome e a uma situação de pária internacional em matéria ambiental são consequências diretas desse desmonte, com graves repercussões para a vida do povo brasileiro.

O contraponto pode ser verificado, por exemplo, no papel relevante exercido pelo Conselho Nacional de Saúde, ao defender a vida contra o negacionismo que levou a centenas de milhares de mortes por Covid-19, ou pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao resistir a um governo autoritário e violento. Participação social é essencial para o Estado Democrático de Direito, a qualidade do serviço público e o exercício da cidadania.

Para reverter esse cenário, é preciso resgatar a Secretaria-Geral da Presidência da República como órgão central da política nacional de



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

participação social, espraiada pelos ministérios, impulsionando processos de caráter federativo e territorial, com inovações no legado virtuoso do ciclo de governos democráticos pós-Constituição de 1988.

Comunicação social

Um dos maiores retrocessos na área de Comunicação foi o esvaziamento administrativo, funcional e de gestão da Secretaria de Comunicação (Secom), que perdeu status de ministério e, logo depois, foi transferida pelo governo anterior para o Ministério das Comunicações. Esse sistema reunia as áreas de comunicação dos órgãos da administração direta e indireta, fixando diretrizes e articulando ações integradas do Poder Executivo.

A desarticulação atingiu também a área de publicidade, de modo que as campanhas institucionais e de utilidade pública dos ministérios passaram a ser feitas sem a supervisão da Secom. A babel instalada no setor gerou denúncias e interpelações do TCU – que determinou recentemente à Secretaria que não aplicasse mais recursos publicitários em canais e sites que veiculam *fake news*. Foram grandes os prejuízos à sociedade, causados pela desinformação e pela falta de campanhas de utilidade pública, como vacinação infantil e combate ao HIV.

Do ponto de vista orçamentário, a Secom fez baixos investimentos publicitários nos dois primeiros anos do governo anterior, verificando-se crescimento significativo nos últimos dois anos. Ainda assim, o PLOA de 2023 reduz em 48% o orçamento da Secretaria em relação à LOA 2022.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A EBC foi uma das instituições mais impactadas pelo ciclo de retrocessos do governo passado, que já na campanha eleitoral de 2018 ameaçava extinguir a EBC. Empossado, militarizou a empresa e incluiu-a no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e depois no Plano Nacional de Desestatização (PND). Diante da inviabilidade da privatização, e percebendo a utilidade dos canais para sua guerra cultural e projeto de reeleição, passou à fase do aparelhamento. Nomeou gestores de perfil inadequado ou claramente hostis à democracia para a emissora.

A TV Brasil teve sua programação desfigurada, com a descontinuação de muitos programas. A TV governamental NBR, por sua vez, perdeu a identidade própria, tornando-se um subcanal da TV pública, com a programação interrompida para as transmissões oficiais, que incluíam atos militares e até religiosos. Casos de censura, assédio e perseguição foram registrados nas TVs e nas rádios, na Radioagência Nacional e na Agência Brasil. A EBC adotou uma série de práticas antissindiciais e chegou a ser condenada judicialmente por assédio moral coletivo. A Ouvidoria Cidadã e a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública elaboraram dossiês que apontam, entre os temas mais censurados: direitos da população negra e indígena; demandas das mulheres negras; e investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, bem como matérias sobre reforma agrária, desmatamento, meio ambiente, mudanças climáticas e referências à ditadura militar. A cobertura da pandemia da Covid-19 sofreu interferência, e a EBC foi citada no relatório final da CPI da Pandemia por difusão de conteúdo negacionista.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O canal internacional da TV Brasil foi extinto e a produção própria de conteúdos, bem como as coproduções com produtores independentes, foram drasticamente reduzidos.

Relações exteriores

A combinação entre o desmonte de políticas públicas, em nível interno, e o predomínio de visão isolacionista do mundo, em nível externo, afetou a imagem do País e prejudicou a capacidade brasileira de influir sobre temas da agenda global.

Ao assumir posturas negacionistas, o Brasil perdeu protagonismo em temas ambientais, desafiou esforços de combate à pandemia e promoveu visão dos direitos humanos inconsistente com sua ordem jurídica. Na América Latina, tornou-se fator de instabilidade. A política africana foi abandonada e pouca atenção foi dada às comunidades brasileiras no exterior.

O estímulo a processos de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos sempre foi uma marca da diplomacia brasileira, além de um preceito constitucional. No governo anterior, predominou postura diametralmente oposta, que redundou no desmonte da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), na saída da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e no crescimento de forças favoráveis ao desmantelamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) enquanto união aduaneira. Ao apostar no isolamento da Venezuela, o Brasil cometeu erro estratégico de transformar a América do Sul em palco da disputa geopolítica entre Estados



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Unidos da América (EUA), Rússia e China. De catalisador de processos de integração, o País passou a ser fator de instabilidade regional.

O governo anterior abandonou o protagonismo em agendas internacionais caras aos interesses de desenvolvimento nacional, como direito à saúde, direito à alimentação adequada, igualdade de gênero e racial, e enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação. A mudança no discurso diplomático e a participação desastrosa em alianças ultraconservadoras caminharam de mãos dadas com o desmonte de políticas públicas domésticas, em especial no que se refere à igualdade de gênero, aos direitos sexuais e reprodutivos e aos direitos de minorias.

A dívida com organizações internacionais representa grave prejuízo à imagem do País e à sua capacidade de atuação, comprometendo severamente sua política externa. O Brasil deve atualmente cerca de R\$ 5,5 bilhões. Se um valor mínimo dessa dívida não for pago ainda no atual exercício, haverá perda de voto em organizações como a ONU, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras.

2. Mapeamento das emergências fiscais e do orçamento público

O período 2016-2022 foi marcado por uma forte deterioração nas finanças públicas e no orçamento. A irresponsabilidade do governo anterior culminou em um apagão fiscal no final de 2022 e em uma proposta



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

orçamentária para 2023 incapaz de garantir a manutenção dos serviços públicos essenciais e o funcionamento da máquina pública. Enfrentar esse cenário adverso foi parte do processo de transição governamental.

Com a instituição do Novo Regime Fiscal – [EC nº 95/2016](#), o crescimento da despesa primária foi limitado, até 2036, à inflação do período anterior. Na prática, mesmo diante de qualquer nível de crescimento real do PIB, a regra implica em uma redução da despesa primária em relação ao tamanho da economia, e também independente do comportamento da arrecadação.

Ademais, o Teto de Gastos se somou a outras regras existentes, criando uma sobreposição que engessou ainda mais o uso da política fiscal para suavizar os ciclos econômicos e viabilizar despesas essenciais do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Como se pôde constatar, o Teto de Gastos determinou forte redução de investimentos públicos, gastos sociais e em ciência e tecnologia. Desde então, observou-se o esvaziamento do orçamento público como instrumento do planejamento e financiamento de políticas públicas, bem como da capacidade estatal de processar demandas da sociedade por serviços essenciais e induzir o crescimento sustentável da economia.

Além disso, o governo anterior promoveu um desmonte deliberado de políticas públicas, inclusive por meio de expressivos cortes orçamentários. No contexto do acirramento do conflito distributivo, a base de apoio do governo no Congresso Nacional aprovou frequentes fle-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

xibilizações ao regime fiscal, particularmente no período eleitoral, de modo que a austeridade passou a ser administrada seletivamente. Inclusive, por meio da edição de atos para desobrigar o governo a aplicar recursos em áreas estratégicas como C,T&I, esvaziando decisões anteriores do Congresso.

A combinação entre rigidez orçamentária em geral e flexibilização seletiva de regras agregou incertezas ao cenário econômico, ao mesmo tempo que implicou em redução de recursos públicos para áreas essenciais, conforme expresso no projeto orçamentário para 2023.

O desafio, portanto, consiste em reconstruir e redemocratizar as instituições e normas fiscais e orçamentárias, de modo que elas sejam um instrumento efetivo para o atendimento pleno das demandas da sociedade dirigidas ao Estado.

É nesse contexto que se coloca a PEC do Bolsa Família, que serviu, no curto prazo, como um instrumento para garantir investimentos e gastos essenciais à população, especialmente a mais vulnerável. Além disso, a medida aponta para a necessidade de revisão e reconstrução das instituições e normas fiscais e orçamentárias do país, combinando estabilização econômica, sustentabilidade fiscal e redução das desigualdades.

2.1 Mapeamento das principais emergências orçamentárias

Um dos eixos centrais da transição de governo foi o orçamento público, com a identificação dos principais gargalos e emergências orçamentá-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

rias para 2023. De modo geral, constatou-se volume considerável de dotações insuficientes para manutenção de diversos programas, especialmente políticas sociais e investimentos públicos. Sem os R\$ 145 bilhões viabilizados pela PEC do Bolsa Família, a população sofreria uma precarização adicional dos serviços públicos. O diagnóstico também aponta que vários desses serviços sofreram queda acentuada de recursos desde 2015.

Entre os exemplos mais ilustrativos, convém citar os seguintes, cotejando-se, em termos nominais, a lei orçamentária de 2022 com o projeto de lei orçamentária para 2023:

- queda do benefício às famílias em situação de pobreza: de R\$ 600 para R\$ 405;
- investimentos reduzidos de R\$ 44,7 bilhões para R\$ 22,4 bilhões (sem considerar emendas parlamentares em 2023), de modo que o investimento previsto está no patamar mais baixo da série histórica, em torno de 0,2% do PIB;
- diminuição do Fundo de Arrendamento Residencial: de R\$ 665 milhões para R\$ 34 milhões;
- redução da construção de escolas de educação infantil: de R\$ 111 milhões para R\$ 2,5 milhões;
- diminuição da aquisição de transporte escolar para educação básica (Caminho da Escola): de R\$ 15,2 milhões para R\$ 425 mil;



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- congelamento há cinco anos do valor per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar, mesmo diante da elevada inflação de alimentos;
- diminuição do Farmácia Popular (gratuidade e copagamento): de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 1,02 bilhão, prejudicando o acesso de mais de 21 milhões de pessoas a medicamentos para hipertensão, diabetes, asma e a insumos como fraldas geriátricas;
- redução da provisão de médicos na atenção primária: de R\$ 2,69 bilhões para R\$ 1,46 bilhão;
- queda na saúde indígena: de R\$ 1,49 bilhão para R\$ 610 milhões;
- diminuição da educação e formação em saúde: de R\$ 1,66 bilhão para R\$ 725 milhões;
- redução do apoio a obras emergenciais de mitigação para a redução de desastres: de R\$ 2,57 milhões para R\$ 25 mil;
- queda nas ações de proteção social básica e especial do SUAS: de R\$ 908,6 milhões para R\$ 48,2 milhões;
- redução da implantação de equipamentos e tecnologia social de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos: de R\$ 61,2 milhões para R\$ 2,3 milhões; e



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- diminuição da aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar: de R\$ 679,5 milhões para R\$ 2,67 milhões.

Em síntese, a proposta orçamentária original para 2023 inviabiliza a manutenção de programas essenciais ao atendimento das demandas da população por serviços públicos. Em particular, mantida a previsão orçamentária inicial, a principal consequência seria a redução da transferência de renda às famílias em situação de pobreza.

2.2 Ações para reconstrução do orçamento público: PEC do Bolsa Família e ajustes para o PLOA 2023

Neste contexto, foi elaborada a PEC nº 32/2022, também conhecida como PEC do Bolsa Família, com o intuito de adequar o orçamento público ao programa aprovado pela população nas urnas, evitando redução de gastos em áreas essenciais e viabilizando a inclusão das camadas mais vulneráveis no orçamento. Para tanto, a reconstrução do País deve ser iniciada pela garantia de renda a esse segmento.

A proposta foi debatida pela Coordenação da Transição e por membros do Congresso Nacional. A seguir, é possível conferir uma compilação dos principais pontos aprovados no Senado Federal:

- amplia o teto em R\$ 145 bilhões;
- retira do Teto de Gastos, no máximo, o equivalente a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes de 2021 para a realização de investimentos (até R\$ 23 bilhões);



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- induz a captação de recursos por meio de parcerias em áreas estratégicas, com efeito fiscal neutro, viabilizando, por exemplo, projetos federais relacionados à área ambiental e às mudanças climáticas; e
- prevê que, até 31 de agosto de 2023, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei complementar com novo regime fiscal. A medida é essencial e está em linha com o programa de governo e as sugestões dos Grupos Técnicos, que apontaram a necessidade de modernizar o atual regime fiscal, substituindo-o por regras que equilibrem a estabilidade macroeconômica, a sustentabilidade fiscal, a inclusão social e o financiamento de gastos com efeitos estruturantes.

Com a perspectiva de aprovação da PEC, a Coordenação da Transição enviou para o relator do orçamento as sugestões de ampliação das programações, buscando concentrar as demandas em despesas capazes de induzir a retomada do crescimento econômico com inclusão social, sendo dotadas de elevados efeitos redistributivos e multiplicadores sobre a renda. Como se pode depreender da Tabela 1, as despesas adicionais são fortemente inclinadas a gastos sociais, investimentos e C,T&I. Ademais, consideram a recomposição de orçamento para permitir o funcionamento do Estado em áreas cruciais.

O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Tabela 1 – Demandas da transição para a LOA

ÓRGÃO	VALOR ADICIONAL PLOA/2023 (R\$)
Ministério da Cidadania	75.000.000.000
Ministério da Saúde	22.700.000.000
Ministério da Educação	10.865.811.998
Ministério do Desenvolvimento Regional	9.500.000.000
Salário mínimo	6.800.000.000
Encargos financeiros da União	5.600.000.000
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	4.982.427.220
Ministério do Turismo	3.703.000.000
Ministério da Economia	1.756.756.602
Ministério da Defesa	1.000.000.000
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	933.999.997
Ministério da Justiça e Segurança Pública	799.999.992
Ministério do Meio Ambiente	536.000.000
Ministério do Trabalho e Previdência	400.600.000
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	250.000.000
Ministério das Comunicações	126.400.000
Presidência da República	35.000.000
Banco Central do Brasil	10.000.000
Total geral	145.000.000.000



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Nos termos da PEC, também é importante considerar o valor adicional de até R\$ 23 bilhões para investimentos, que se somaria aos investimentos previstos dentro do teto de gastos. Neste sentido, estima-se que seria possível alcançar cerca de 0,7% do PIB em investimentos em 2023, apoiando a recuperação da economia e suavizando as flutuações econômicas.

Do ponto de vista macroeconômico, a despesa prevista está concentrada em gastos que podem reverter a expectativa de desaceleração da economia. Ademais, a PEC evita uma queda abrupta do gasto como proporção do PIB, apontando para a manutenção dos patamares de despesa para 2022 e impedindo uma contração fiscal significativa, que reforçaria o cenário indesejável de desaceleração da economia.

Em suma, a PEC nº 32/2022 e os valores adicionais alocados na Lei Orçamentária Anual, nos termos demandados pela transição, permitem a recomposição de orçamento para programas essenciais e a previsão de gastos sociais e investimentos estratégicos que induzirão a retomada do crescimento econômico sustentável com redução em simultâneo das desigualdades mais gritantes no momento.

3. Sugestões de medidas para revogação e revisão

Os Grupos da Transição fizeram um trabalho técnico profundo de estudo das centenas de normas produzidas no período de 2019 a 2022, durante o governo anterior. Nas diversas áreas de atuação da Admi-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nistração Pública Federal, foram identificados casos em que a elaboração normativa foi utilizada, por meio da criação ou da revogação de atos, para desmontar políticas públicas, restringir a participação social, enfraquecer os mecanismos de controle social ou obstruir o acesso a direitos individuais, sociais e econômicos. O resultado do estudo dos Grupos Técnicos é extenso e foi detalhado em minutas que subsidiaram a elaboração do Relatório Final.

Dado o escopo do trabalho da equipe de transição, cujo objetivo legal, previsto no art. 2º da [Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002](#), trata de diagnosticar as ações de órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal e oferecer subsídios para os primeiros atos de iniciativa do novo Presidente da República, esta Seção do Relatório Final de Transição apresenta um desafiador esforço de síntese e indicação de destaques.

O rol de revogações e alterações normativas apresentado a seguir reúne situações de especial urgência, com sugestão de providências imediatas de edição de atos pelo Presidente da República, seja de caráter normativo – promovendo revogações e alterações –, seja de caráter orientador – indicando a necessidade de que órgãos e entidades da Administração Pública Federal elaborem estudos e providenciem nova regulamentação para temáticas de grande relevância.

Essas sugestões serão avaliadas com todo o rigor jurídico e técnico pelos novos ministros e novas ministras e suas equipes, e passarão pela avaliação do novo Presidente eleito.

3.1 Revogações e revisões na área da política pública de armas

A proposta é de revogação de oito decretos e uma portaria interministerial que incentivam a multiplicação descontrolada das armas no Brasil, sem fiscalização rigorosa e adequada. O descontrole coloca em risco a segurança das famílias brasileiras e, portanto, deve ser revertido pelo Ministério da Justiça, em diálogo com o Ministério da Defesa.

Sugere-se uma revisão rigorosa do conjunto de atos normativos que desmontou a política pública de controle das armas no país, e a substituição por uma nova regulamentação para a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#) – Estatuto do Desarmamento –, como uma das primeiras medidas do novo Governo. Dessa forma, propõe-se a revogação do [Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019](#); do [Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019](#); do [Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019](#); do [Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019](#); do [Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021](#); do [Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021](#); do [Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021](#); e do [Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021](#). Além disso, sugere-se que o Presidente determine a revisão, pelos ministérios responsáveis, do teor da Portaria Interministerial MJ/MD nº 1.634/2020.

3.2 Revogações e revisões na área da política pública de meio ambiente

A proposta é de revogação de atos normativos de extrema gravidade, que geraram uma situação descrita como "estado de coisas inconstitucional" em julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal, conforme voto da Relatora Ministra Cármen Lúcia na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 760 e na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 54.

O Pacote Verde, analisado pelo STF, é formado por sete processos judiciais em que são analisados atos do governo anterior que levaram à atuação estatal deficiente, à desestruturação da legislação ambiental brasileira, ao enfraquecimento da fiscalização e do combate a crimes ambientais e crimes relacionados aos povos indígenas, à desproteção do meio ambiente como um todo e, em especial, do bioma da Amazônia. Nas manifestações dos ministros constantes das decisões já proferidas, a constatação é de que há um quadro estrutural de ofensa massiva, sistemática e generalizada dos direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde e à vida digna.

Nesse contexto, sugere-se uma série de revogações de atos normativos relacionados ao desmonte das políticas públicas ambientais, conforme objetivos destacados a seguir.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Controlar o desmatamento

Proposta de revogação dos decretos que abriram espaço para um processo acelerado de desmatamento ilegal nos diversos biomas brasileiros, inclusive desmanchando o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). O PPCDAM foi historicamente um dos principais instrumentos capazes de controlar o desmatamento, contribuindo para redução de emissão de gás. ([Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019](#); [Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2019](#); e [Decreto nº 10.845, de 25 de outubro de 2021](#)).

Acabar com a impunidade quanto às multas ambientais

Proposta de revogação de decretos que anularam multas ambientais, paralisaram o sistema de fiscalização ambiental e criaram um ambiente de perseguição aos fiscais. A perda é de mais de R\$ 18 bilhões para os cofres públicos, conforme questionamento feito pelo STF na ADPF 775. A proposta é de revogação integral do [Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019](#), e de parte do [Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022](#).

Reverter a autorização para o garimpo ilegal na Amazônia

Proposta de revogação total do [Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022](#), que liberou o garimpo ilegal na Amazônia a partir de uma regulamentação indevida do que foi chamado de "garimpo artesanal".



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Retomar o Fundo Amazônia

Proposta de revogação parcial dos [Decretos nº 10.223, de 5 de fevereiro de 2020](#), e [nº 10.144, de 28 de novembro de 2019](#), nos pontos em que inviabilizaram a governança do Fundo Amazônia, instrumento de extrema relevância para o controle do desmatamento e o fomento a atividades produtivas sustentáveis no bioma. Com isso, há mais de R\$ 3 bilhões parados no Fundo, que agora poderão ser utilizados. A urgência disso decorre inclusive de decisão recente do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 59.

Por fim, quanto à estruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), sugere-se que o Presidente da República edite um despacho em que oriente o Ministério do Meio Ambiente a proceder imediatamente à revisão do teor do [Decreto nº 11.018, de 30 de março de 2022](#), para eliminar os retrocessos realizados na estrutura e no funcionamento do Conselho. A medida é essencial para o cumprimento de decisão do STF na ADPF nº 623, devendo ser elaborada uma nova regulamentação, a partir de amplo diálogo com a sociedade.

3.3 Revisão de atos que impuseram sigilo indevido de 100 anos em documentos de acesso público

A proposta é de revisão de casos em que houve imposição de sigilo de 100 anos pelo governo anterior para impedir o conhecimento público de documentos. Os casos revisados serão aqueles contidos em



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

lista apresentada à Equipe de Transição por especialistas e entidades da sociedade civil com expertise na área de transparência.

Sugere-se, a partir do trabalho técnico realizado pelo Grupo da Transição de Transparência, Integridade e Controle, que sejam adotadas as seguintes medidas:

Medida A: despacho do Presidente da República que determina, pelo princípio da autotutela da Administração Pública, que a Controladoria-Geral da União reavalie as decisões tomadas na lista de casos denunciados como de imposição indevida de sigilo de 100 anos; e

Medida B: despacho do Presidente da República que determina que a Advocacia-Geral da União elabore proposta de parecer vinculante que indique o escopo de aplicação possível da atual redação da Lei de Acesso à Informação relativa à proteção de dados pessoais.

3.4 Revogações de atos que avançam em processos de desestatização

A proposta é de revisão da lista de empresas de processos de desestatização que se encontram em etapas preparatórias e ainda não foram concluídas.

Sugere-se que o Presidente da República edite despacho orientando os ministérios responsáveis a revisar os seguintes atos relativos a empresas de grande relevância nacional:



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- **Petrobras:** Resolução nº CPPI 240/2022 (recomenda inserção no PPI);
- **Correios:** Decreto nº 10674, de 13 de abril de 2021 (PND), Decreto nº 10.066, de 15 de outubro de 2019 (PPI), Resolução nº CPPI 168/2021, Resolução CPPI 98/2019;
- **EBC:** Decreto nº 10669, de 8 de abril de 2021 (PND), Decreto nº 10.354, de 20 de maio de 2020 (PPI), Resolução CPPI nº 169/2021, Resolução CPPI nº 98/2019;
- **Nuclep:** Decreto nº 10.322, de 15 de abril de 2020 (PPI), e Resolução CPPI nº 92/2019;
- **PPSA:** Decreto nº 11.085, de 27 de maio de 2022 (PPI), e Resolução CPPI nº 224/2022; e
- **Conab:** Decreto nº 10767, de 12 de agosto de 2021 (PPI).

3.5 Revogações e revisões de atos que prejudicam direitos sociais e econômicos

A proposta é de revisão de atos normativos relacionados aos direitos sociais e econômicos dos brasileiros, sendo alguns casos com impactos significativos para a população mais vulnerável, conforme objetivos elencados a seguir.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Acabar com a obrigação de que agricultores rurais de famílias de baixa renda entreguem parte de sua produção para o Governo

Proposta de revogação parcial do [Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021](#) (art. 76, § 4 e art.77), que regulamentou a contraprestação do “auxílio inclusão produtiva rural”, ou seja, trouxe a previsão de que o Governo “tome para si” 10% da produção de agricultores de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, que receberam o auxílio, ignorando a situação de insegurança alimentar em que vivem tantas dessas famílias no campo. Como essa retirada de alimentos das famílias vulneráveis já está planejada para janeiro de 2023, a revogação é urgente.

Recriar o Programa dos Catadores

Proposta de revogação da parte do [Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020](#) (art. 1º, CCXXXV), que acabou com o Programa Pró-Catador (antigo [Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010](#)). O Programa reunia ações de apoio a trabalhadores de baixa renda que se dedicam a coletar materiais reutilizáveis e recicláveis, promovendo inclusão social e econômica dessas pessoas e contribuindo para a sustentabilidade. A ação imediata seria de retomada da redação anterior da norma que tratava dessa política pública.

Proteger as famílias brasileiras contra o superendividamento

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério da Justiça a revisar o teor do Decreto nº 11.150, de 26



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

de julho de 2022 (Decreto do Superendividamento), para apontar caminhos de reversão do processo de superendividamento vivido pelas famílias brasileiras de baixa renda. A medida aumentará a segurança jurídica no tema, pois a constitucionalidade do ato está questionada no STF na ADPF nº 1.005 e na ADPF nº 1.006.

3.6 Revogações e revisões de atos contrários aos direitos de crianças, adolescentes e da juventude

Derrubar regras ilegais que retiram proteção do adolescente aprendiz

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério do Trabalho a revisar o teor do Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022, que, ao tratar de aprendizagem profissional, derrubou várias regras de proteção do adolescente. A partir dos debates necessários, deve ser proposta nova regulamentação para o tema.

Acabar com a política pública de educação especial que promove o isolamento social das crianças com deficiência

Proposta de revogação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 – “Decreto da Exclusão” –, uma política preconceituosa que exclui as crianças com deficiência do convívio com as demais crianças nos ambientes escolares, promovendo isolamento social inaceitável. O ato normativo é inclusive questionado no STF na ADPF nº 751 e na ADI nº 6590.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Recriar o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo

Proposta de revogação de parte do Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 (art. 1º, CCLXXII), que acabou com o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo (antigo Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016). O Programa reunia ações de efetivação de direitos e inclusão produtiva para jovens nos territórios rurais. A ação imediata seria de retomada da redação anterior.

Avaliar o custo-benefício do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministro da Educação a avaliar os resultados da política pública prevista no Decreto nº 10004, de 5 de setembro de 2019, sob critérios técnicos relativos ao custo-benefício, para definição sobre a dotação orçamentária respectiva e sobre sua continuidade.

3.7 Revogações e revisões na área das políticas públicas de cultura

Adequar as normas de fomento indireto à realidade da economia da cultura

Proposta de revogação do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, que regulamenta o fomento a ações culturais via mecanismo de incentivo fiscal em âmbito federal. Pretende-se criar com agilidade uma



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nova regulamentação para o mecanismo, como uma das primeiras medidas do novo Governo na área da cultura. Além disso, sugere-se que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministro da Cultura a revisar o teor dos seguintes atos: Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 01/2022, Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 03/2022, Portaria SEFIC/SECULT/MTUR nº 210/2021, Portaria SEFIC/SECULT/MTUR nº 604/2021 e Portaria SECULT/MTUR nº 44/2021.

3.8 Revogações e revisões de atos contrários à igualdade racial

O diagnóstico quanto às questões relativas à igualdade racial indica a gravidade dos efeitos do governo anterior no sentido de desmobilizar a afirmação de direitos e impedir processos de reparação histórica. Nesse sentido, sugere-se a revisão de atos normativos de cunho especialmente grave, com os objetivos listados a seguir.

Retomar a defesa dos direitos e dos territórios das comunidades quilombolas

Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente o Incra e a Fundação Palmares a revisar os seguintes atos normativos:

- Resolução Incra nº 29/2020, que paralisou a política pública de demarcação de territórios quilombolas e criou um ambiente de perseguição de servidores públicos que atuam nessa área; e



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Portaria Fundação Cultural Palmares nº 57/2022, que burocratizou o procedimento de reconhecimento de comunidades quilombolas, sem qualquer escuta dos impactados.

Valorizar lideranças cujo legado foi negado

Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente a Fundação Cultural Palmares a revisar a Portaria Fundação Cultural Palmares nº 189/2020, que excluiu 27 personalidades negras do rol de homenageados, tais como: Gilberto Gil, Benedita da Silva, Marina Silva, Elza Soares, Conceição Evaristo, dentre outras figuras de especial relevo.

3.9 Revogações e revisões de atos que limitam o direito de participação social

Retomar a participação social para democratizar os espaços de poder e aumentar o controle social da gestão de recursos públicos

Proposta de revogação do Decreto n. 9759, de 11 de abril de 2019, cujo teor visava a redução da participação social em todo o governo. Além disso, tendo em vista tal revogação, sugere-se que seja editado pelo Presidente da República um despacho de orientação aos ministérios para que seja revisto o teor dos seguintes atos, com elaboração de nova proposta de normatização:

- Decreto nº 9.883/2019 – colegiado sobre discriminação;



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Decreto nº 9.887/2019 – colegiado sobre trabalho escravo;
- Decreto nº 9.894/2019 – colegiado sobre população em situação de rua;
- Decreto nº 10.003/2019 – colegiado sobre crianças e adolescentes;
- Decreto nº 10.144/2020 e Decreto nº 10.224/2020 – colegiados de meio ambiente;
- Decreto nº 10.177/2019 – colegiado sobre pessoas com deficiência;
- Decreto nº 10.226/2020 – colegiado sobre juventude;
- Decreto nº 10.905/2021 – colegiados sobre direitos dos trabalhadores;
- Portaria Min. Saúde nº 3.021/2020 – povos indígenas nas instâncias da gestão da saúde; e
- Portaria MEC nº 577/2017 – reduziu a participação de trabalhadores no Fórum Nacional da Educação.

Derrubar os entraves para que movimentos populares tenham acesso ao Incra

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Incra a revisar o teor da Portaria Incra nº 460/2019. Ao prever regras deliberadamente burocratizadas para o acesso ao prédio do Incra, os efeitos produzidos pela Portaria são de impedimento de acesso por uma parte significativa dos movimentos populares que não cumprem as exigências indevidas estabelecidas, criando uma barreira para o seu direito constitucional de participação social.

A lista de sugestões de revogações e revisões de atos normativos, elencada no Relatório Final da Transição, demonstra o tamanho dos desafios do Governo eleito quanto à reconstrução do Estado brasileiro em áreas bastantes sensíveis, cujas políticas públicas são essenciais para a efetivação de direitos da população.

As propostas de providências imediatas contidas na listagem acima poderão ser efetivadas por meio de um conjunto de atos do Presidente da República, em formato de decretos e despachos formulados por integrantes da Advocacia-Geral da União, em diálogo com as equipes técnicas dedicadas a cada temática da Administração Pública Federal.

4. Proposta de nova estrutura organizacional dos ministérios

O novo Presidente foi eleito com uma ampla plataforma política, que envolve, entre tantos compromissos, a superação da pobreza e da fome no Brasil, a melhoria da qualidade da educação básica, a redução drástica do desmatamento da Amazônia, o fomento à produção de alimentos, a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura e a promoção dos direitos da cidadania.

Para alcançar esses grandes objetivos, o primeiro desafio do Governo eleito é reorganizar a estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, de forma a reverter o processo de desmonte do Estado e criar as bases para a reconstrução das políticas públicas. Esta seção apresenta a proposta de estrutura ministerial para o Governo Federal, que tomou posse e assumiu em 1º de janeiro de 2023.

Nos últimos anos, o País assistiu a uma ação deliberada de desmonte do Estado brasileiro, que se traduziu na completa desorganização da máquina pública, com riscos para a manutenção dos serviços públicos essenciais. Esse processo foi orientado pela ideia de redução do papel do Estado no desenvolvimento econômico, ambiental e social do País. Os efeitos dessa visão foram agravados pela incompetência do governo anterior no desenho, na coordenação e na implementação de suas políticas e pela condução desastrosa da gestão pública em praticamente todas as áreas de atuação governamental. A consequência foi o comprometimento de políticas de Estado essenciais para



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental, a promoção e garantia de direitos, a inclusão e justiça social, o exercício da democracia, e o diálogo e a participação social.

Diante da extensão e gravidade dos problemas identificados pelos grupos técnicos que contribuíram na elaboração deste relatório de transição, o novo Governo eleito terá pela frente o desafio de retomar e consolidar o processo de construção democrática do Estado brasileiro, inaugurado com a Constituição Federal de 1988.

Para assegurar o êxito da plataforma eleitoral consagrada pelo voto popular nas eleições de 2022, é fundamental reconstruir o Estado brasileiro. Nem grande nem pequeno, ele deve ter a dimensão e a complexidade necessárias ao enfrentamento dos inúmeros desafios que terão lugar nos próximos quatro anos. Longe do debate “Estado mínimo x Estado máximo”, a questão-chave é dotar o Estado de recursos, instrumentos, estruturas e arcabouço institucional condizentes com o seu papel estratégico no desenvolvimento do País.

O Estado moderno deve incorporar arranjos institucionais de governança e implementação de políticas que envolvam tanto o setor público quanto o privado, a academia e as organizações da sociedade civil, gerando inovação, ganhos de eficiência e qualidade nas entregas à população. Deve também ser transparente e aberto à participação e ao controle social. Ao mesmo tempo, precisa preservar as funções estatais, inovar na gestão, ganhar agilidade e manter um corpo qualifica-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

do de servidores públicos capazes de dar continuidade à ação estatal e de resistir às investidas autoritárias de governos antidemocráticos.

Com base nessa visão, as prioridades estratégicas do novo Governo devem demandar um extenso rol de iniciativas, tais como: i) reorganização e fortalecimento dos órgãos centrais de coordenação e acompanhamento das ações de governo; ii) reestruturação da Administração Federal, especialmente de seus ministérios, com vistas a aumentar a capacidade de implementação de políticas públicas; iii) aperfeiçoamento dos meios e instrumentos de gestão pública; iv) inovação e melhoria na qualidade dos serviços públicos; e v) retomada e ampliação do diálogo e da participação social.

4.1 Nova dinâmica de Centro de Governo

É por isso que a nova estrutura do Governo Federal recupera o desenho do Centro de Governo (CdG), estabelecido durante os mandatos de 2003 a 2010. O Centro de Governo precisa ser capaz de coordenar o conjunto das ações governamentais, com clara definição de prioridades, e envolver a sociedade, o Poder Legislativo, os estados, o Distrito Federal e os municípios no processo de formulação da agenda nacional e de construção das políticas públicas.

Ao longo dos últimos anos, o Centro de Governo foi desorganizado, havendo um rebaixamento da capacidade de coordenação da Presidência com relação às suas prioridades programáticas. Isso afetou



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

negativamente a atuação institucional do setor público federal, especialmente as entregas de bens e serviços à população.

O modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e mais níveis hierárquicos, que cooperam pouco e não dialogam com a sociedade civil. Com isso, a capacidade de resposta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprometida, gerando impactos graves na vida das pessoas, a exemplo do que se observou durante a pandemia da Covid-19.

A extinção das instâncias colegiadas de participação e coordenação de programas governamentais dificultou ainda mais a cooperação intersetorial em torno de ações de governo e bloqueou qualquer possibilidade de escuta e diálogo social. Um dos principais retrocessos nesse âmbito foi o desmonte da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e de suas instâncias e mecanismos institucionais.

Para reverter esse quadro, o novo Centro de Governo prevê uma Presidência forte, capaz de recuperar e ampliar a capacidade de coordenação das políticas setoriais e transversais. A Casa Civil irá recuperar suas funções originais, incluindo a análise jurídica das proposições, e sua capacidade de coordenação de governo. A Secretaria-Geral volta a ser o órgão de diálogo com a sociedade civil, restabelecendo a participação social como método de governar. A Secretaria de Relações Institucionais assume a coordenação política e a articulação com os entes federados e a representação parlamentar no Congresso Nacio-



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nal. A Secretaria de Comunicação Social retorna à Presidência da República, fortalecendo a comunicação do Presidente com o conjunto da sociedade.

Além disso, a Presidência voltará a contar com os seus órgãos de assessoramento participativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (CDES), conhecido como Conselhão. Da mesma maneira, na Esplanada como um todo, serão reativados os conselhos de participação social e demais mecanismos de interação com organizações, lideranças e movimentos sociais.

4.2 Nova estrutura de ministérios

Para reforçar o compromisso com a diversidade, as antigas Secretarias Especiais das gestões 2003 a 2010 serão transformadas em ministérios, com estrutura adequada e maior relevância político-institucional. Serão criados os Ministérios das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Igualdade Racial e, pela primeira vez, o Ministério dos Povos Indígenas. Com isso, busca-se dotar as pautas da diversidade de meios que favoreçam a promoção dos direitos e das políticas voltadas a essas populações. Caberão a esses ministérios a coordenação da agenda e das ações transversais e setoriais relativas às suas áreas de atuação, de forma a reverter processos de exclusão muitas vezes reforçados nas próprias políticas públicas.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O Ministério da Economia, com uma estrutura inchada e disfuncional, será decomposto em quatro unidades ministeriais com finalidades específicas. O Ministério do Planejamento e Orçamento recupera a sua função essencial de planejar as ações do Estado, além de apoiar a execução das políticas públicas por meio da destinação de recursos para execução, monitoramento e avaliação contínua das ações de governo. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação é recriado para promover o processo de reindustrialização do País e a dinamização econômica, ao mesmo tempo que promove a transição para uma economia verde e descarbonizada, baseada em inovação e novas tecnologias, com impacto socioambiental positivo.

Para melhorar a qualidade dos serviços públicos e racionalizar o uso de recursos pela máquina pública, será criado o Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos. Um dos focos do Ministério será a busca por novos meios para inovar na gestão, melhorar o atendimento público e prover bens e serviços de qualidade para a população. Para isso, ele atuará no aumento dos serviços digitais de forma a ampliar o acesso e melhorar a experiência dos usuários desses serviços, com agilidade, simplicidade e maior alcance das políticas públicas. Em outra frente, o Ministério cuidará da gestão e do desenvolvimento de pessoas, promovendo a melhoria de produtividade e o bem-estar dos servidores, com benefícios para toda a sociedade. Por fim, a pasta irá atuar na prestação de serviços compartilhados para os demais ministérios, eliminando estruturas redundantes e garantindo maior economia nas contratações de bens e serviços pelo novo Governo.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Assim, o Ministério da Economia poderá se concentrar na condução da política econômica, priorizando as agendas macro e microeconômica, tendo como prioridade o controle da inflação, a melhoria do ambiente de negócios, a promoção do investimento, a geração de emprego, o controle da execução financeira e a racionalização tributária. Entre os desafios da pasta, estão o desenho de uma proposta de reforma tributária e uma nova regra fiscal que garanta estabilidade e previsibilidade aos agentes econômicos e que, ao mesmo tempo, permita impulsionar o desenvolvimento sustentável do País.

No novo arranjo, o Ministério do Meio Ambiente recupera a sua capacidade de não apenas proteger os biomas, a biodiversidade e os recursos renováveis brasileiros, mas também de promover o desenvolvimento socioambiental do País, com base na utilização racional desse imenso potencial para uma economia verde e limpa. Entre os avanços nessa área, está a reafirmação do compromisso do novo Governo com a redução do desmatamento e com a preservação dos recursos naturais da Amazônia e de outros biomas, bem como com o desenvolvimento de uma matriz energética limpa e com o combate ao aquecimento global.

Além disso, a cultura, o desenvolvimento agrário, o esporte, a previdência, o trabalho, as cidades e a pesca voltarão ter suas pastas próprias, refletindo a prioridade conferida a essas áreas pelo novo Governo. A cultura voltará a ser valorizada e promovida com a devida centralidade que deve ter na construção da identidade nacional. Da mesma forma, a produção de alimentos pela agricultura familiar voltará a ser apoiada pelo



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

governo por meio de crédito, fomento e assistência técnica. O esporte passará a contar com uma estrutura que permita o apoio a atletas profissionais e amadores e ao esporte de base. A previdência e o trabalho também voltarão a ter estrutura e meios para a promoção de garantia de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, aposentados, pensionistas e beneficiários dos sistemas previdenciários. O Ministério das Cidades, por sua vez, irá promover políticas para tornar as cidades mais inclusivas, sustentáveis e dinâmicas, por meio de políticas de mobilidade, saneamento e habitação.

Já a área social será reforçada para que os compromissos assumidos pelo Presidente sejam cumpridos: superar a fome, melhorar a qualidade da educação básica e fortalecer o Sistema Único de Saúde. Para isso, serão reforçadas as áreas de assistência e desenvolvimento social e os sistemas de saúde e educação. A pandemia evidenciou ainda mais a importância de um Estado capaz de coordenar a resposta para grandes crises. Quando isso falta, a população sofre. Ficou clara a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Butantã, dos institutos de pesquisa brasileiros, do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), das instituições de ensino e pesquisa, e de tantas outras organizações públicas que se envolveram na resposta à crise decorrente da Covid-19.

No caso da governança pública, será conferida a ela a dimensão estratégica necessária para garantir as condições indispensáveis à atuação governamental em todas as áreas. Além das instâncias ministeriais



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

e de coordenação de governo indispensáveis à implementação de ações transversais, o novo Governo contará com ministérios setoriais cujo papel é liderar e viabilizar, em suas respectivas áreas de atuação, as políticas públicas emanadas da Constituição de 1988 e aquelas que fazem parte dos compromissos programáticos do Governo eleito.

Mesmo no caso dos ministérios que já existiam e que foram mantidos pelo novo Governo, houve uma clara orientação no sentido de dotá-los de estruturas adequadas aos desafios programáticos e institucionais concernentes às suas respectivas áreas de atuação, dentro do esforço de reorganização da Administração Pública Federal e de reversão do desmonte do Estado brasileiro. Alguns desses ministérios tiveram as suas denominações alteradas, de maneira a refletir as diretrizes e prioridades do Governo eleito.

Enfim, a nova estrutura ministerial ou organizacional do Poder Executivo Federal guarda relação estreita com uma visão do País e com um projeto de desenvolvimento nacional liderado pela coalizão política que, em contexto eleitoral democrático, assume a condução do Governo brasileiro. Para concretizar os compromissos chancelados pelo voto popular e para as funções necessárias a um Estado Nacional contemporâneo, chegou-se à seguinte configuração ministerial:



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Desenvolvimento social e garantia de direitos

- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Ministério da Igualdade Racial
- Ministério das Mulheres
- Ministério dos Povos Indígenas
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério da Previdência Social
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação
- Ministério da Cultura
- Ministério do Esporte
- Ministério das Cidades



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

**Desenvolvimento econômico e sustentabilidade
socioambiental e climática**

- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério da Economia
- Ministério dos Transportes
- Ministério de Portos e Aeroportos
- Ministério de Minas e Energia
- Ministério das Comunicações
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação
- Ministério do Turismo
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Ministério da Agricultura e Pecuária
- Ministério da Pesca e Aquicultura

Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

- Casa Civil da Presidência da República
- Secretaria-Geral da Presidência da República
- Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- Advocacia-Geral da União
- Ministério do Planejamento e Orçamento
- Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos
- Controladoria-Geral da União
- Ministério da Justiça e Segurança Pública



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério da Defesa

É importante ressaltar que o esforço para a criação dos ministérios indicados anteriormente foi realizado com base na racionalização de estruturas preexistentes, sem a criação de cargos ou geração de novos gastos ao erário. Buscou-se também contemplar, na medida do possível, as demandas apresentadas pela sociedade civil durante o processo de transição de governo. E apesar das fortes restrições, essa nova estrutura governamental reflete o trabalho colaborativo realizado pelos diversos grupos técnicos, com os ajustes necessários para que o número total de cargos não fosse alterado e para que, ao mesmo, fossem asseguradas as condições indispensáveis à boa atuação de todas as áreas governamentais.

5. Conclusão

A entrega deste relatório ao Presidente eleito marca uma virada de página da história recente deste país, que não deve ser jamais esquecida. O extremismo e sua violência são incompatíveis com a democracia. Com a abertura de um novo ciclo político, o “Brasil do Amanhã” começa a ser construído. A bússola que orienta a todos deste Governo são as Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil e a Carta para o Brasil do Amanhã, apresentadas durante as eleições.



O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

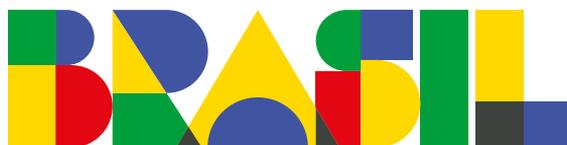
O Brasil conclui, assim, o maior e mais complexo processo de transição já realizado no país, em todos os tempos, de forma democrática, plural, participativa, com rigor técnico e parcimônia no uso dos recursos públicos. No momento histórico em que a democracia foi posta à prova e os mecanismos de participação social desarticulados e desacreditados, o Governo eleito inova no processo de transição governamental com a abertura para o amplo diálogo com a sociedade.

A reconstrução e a transformação do País são dois grandes desafios e uma obra de muitos. Serão quatro anos de intenso trabalho e dedicação total para recompor o Estado e as políticas públicas, para mudar para melhor a vida da população e para voltar a cultivar a esperança e a alegria deste povo.

No dia 1º de janeiro de 2023, foi realizada, em Brasília, a maior cerimônia de posse presidencial de todos os tempos. E o povo celebrou no Festival do Futuro a vitória mais importante da democracia nos últimos tempos.

Ao longo dos últimos meses, brasileiros e brasileiras viram a esperança voltar a brilhar nos olhos de todos. A esperança de uma vida melhor em um país mais justo, inclusivo e solidário. Um país que necessita de um governo que volte a olhar com carinho e cuidado para o povo, especialmente para aqueles que mais necessitam. Um país que também precisa de paz, democracia e diálogo. É com a força deste legado e os olhos voltados para o futuro que este Governo se prepara para iniciar uma verdadeira reconstrução e transformação no Brasil.

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO